

REGINILDE RODRIGUES SANTA BARBARA

**O CAMINHO DA AUTONOMIA NA CONQUISTA DA DIGNIDADE:  
SOCIABILIDADES E CONFLITOS ENTRE LAVADEIRAS EM FEIRA DE  
SANTANA – BAHIA (1929-1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela dos Reis Sampaio.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em 12/01/2007.

BANCA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela dos Reis Sampaio (Orientadora)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elizete da Silva

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tania Risério d'Almeida Gandon

Prof. Dr. George Evergton Sales Souza (Suplente)

JANEIRO/2007

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

- S231 Santa Barbara, Reginilde Rodrigues.  
O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-Bahia (1929-1964) / Reginilde Rodrigues Santa Barbara. - 2007.  
121 f.
- Orientadora : Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gabriela dos Reis Sampaio.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.
1. Lavadeiras - Tanque da Nação (Feira de Santana, BA) - Vida e costumes sociais. 2. Lavadeiras - Tanque das Nação (Feira de Santana, BA) - Entrevistas. 3. Festas populares - Feira de Santana (BA) - Aspectos sociais. 4. Mulheres negras - Emprego - Feira de Santana (BA) - Condições sociais. 5. Sociologia do trabalho. 6. Relações de gênero. 7. Inclusão social. I. Sampaio, Gabriela dos Reis. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.  
CDU - 396.5(813.8)  
CDD - 305.480981

## **RESUMO**

Os caminhos trilhados por algumas lavadeiras de Feira de Santana foram utilizados para a busca de determinados aspectos da história da cidade vivenciados por sujeitos sociais que compunham grupos majoritários, embora não-hegemônicos, na zona urbana feirense – como as mulheres e homens trabalhadores, em sua maioria, negros. Imersos em uma condição que lhes impunha variadas adversidades, os indivíduos desses grupos buscavam estabelecer alternativas que lhes permitissem ir além da simples sobrevivência. Ser lavadeira, para as mulheres aqui estudadas, mostrou-se uma interessante opção dentre aquelas que lhes eram apresentadas como possíveis, oferecendo-lhes a possibilidade de criação dos seus filhos, de exercer a liberdade de ir e vir, tendo um lugar ao qual pudessem afirmar pertencimento, além de garantir-lhes controle sobre seu próprio tempo, independência financeira e autonomia na definição de seus objetivos e na resolução de seus problemas. Estes foram elementos fundamentais para a constituição de um sentimento de dignidade pelo qual lutaram as lavadeiras do Tanque da Nação.

## **ABSTRACT**

This thesis investigates the history and life of washerwomen from the city of Feira de Santana, Bahia, Brazil, which reveals aspects of the city's history experienced by social actors that were the majority of the population, although not hegemonic, in the urban area of Feira de Santana: men and women, workers, most of them blacks. Under conditions that imposed many adversities, individuals from these groups tried to establish alternatives that would allow them to go beyond the simple survival. The women studied here showed that to be a washerwoman was an interesting option among those possible, offering the possibility of raising kids, having freedom to come and go, a place in which they could affirm belonging and have control over their own time, financial independency, autonomy in define their objectives and solve their own problems. Those were fundamentals elements for the constitution of a feeling of dignity through their struggle as washerwoman of the “Tanque da Nação”.

*Para Gaiaku Luiza (in memorian).*  
*Para Mainha, Painho, Bambam e Nana, pelo amor e por todo o resto.*  
*Para Helder, com amor.*  
*Para o Movimento Negro Unificado, pela luta.*

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq que financiou minha pesquisa através de seu Programa de Bolsas de Pós-Graduação.

À professora Gabriela dos Reis Sampaio pela orientação, que, além das indispensáveis indicações, sugestões e correções, fez-se repleta de sensibilidade, respeito, estímulo e companheirismo.

Aos professores Antonio Luigi Negro e Lucilene Reginaldo, que compuseram a banca de qualificação, de onde me ofereceram uma série de questões, observações e sugestões fundamentais para o direcionamento da pesquisa. Algumas delas, eu tentei responder ao longo desse texto.

Aos colegas de turma, pelos debates estimulantes. À Chris, Katia, Jacimara, Kleber, Vânia, Miguel e Jacira – nossa exemplar representante de turma – agradeço pela amizade, discussões e momentos de descontração, que ajudaram a tornar ainda mais interessantes as idas para São Lázaro.

Aos funcionários e pesquisadores do Museu Casa do Sertão/UEFS, sempre muito profissionais e atenciosos. Às funcionárias do Arquivo da Câmara de Vereadores de Feira de Santana. Aos funcionários e pesquisadores do CEDOC/UEFS, pela disponibilidade e orientação com o material a ser pesquisado. Aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Feira de Santana, pela atenção. Aos funcionários das Bibliotecas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, na pessoa de Marieta, e da Biblioteca Central Julieta Carteadó da UEFS, na pessoa de Hailton.

Na UEFS, foram muitos os que viram a idéia inicial do projeto nascer. Agradeço a todos que colaboraram para que ele viesse a se concretizar. Dentre vários outros, estão Onildo Reis David, Gilmário Brito, Elisângela Oliveira, Aldo Moraes, Elizete e Tania, que, em diferentes etapas, fizeram sugestões cruciais.

Às duas últimas, professoras Elizete da Silva e Tania Gandon, além da colaboração ainda durante a graduação, agradeço por aceitarem de pronto o convite para compor a banca de defesa. Do mesmo modo, agradeço ao professor George Evergton Sales Souza pela gentileza de aceitar ser suplente durante a defesa.

Aos jovens guerreiros e guerreiras do NENNUEFS, que tanto me servem de estímulo. Flávio ajudou-me de modo definitivo com o levantamento dos processos criminais no CEDOC, onde também contei com o apoio de Zumba e Paulo (do Feira 6).

À Elane e Karine, amigas de fé, que me ajudaram a não deixar a peteca cair. Agradeço a Karine Damasceno também pelas leituras atenciosas e questões interessantes.

Às meninas do Castelo, Roberta, Neriane, Sara, Maíra, Clara e Andrea pela grande amizade e incentivo. As duas últimas prestaram-me favores especiais para a realização desse trabalho, com leituras e sugestões preciosas.

Ao colega e amigo Robério. Obrigada por tudo. Você foi fundamental! Leituras, discussões, sugestões e força, muita força.

À amiga Paula, pela divisão do apartamento, das angústias e esperanças. Ao mano Plabo, pela colaboração com as coisas do computador.

À Daniela e à Fernanda, pela amizade e por tudo.

À Paloma, em nome de todos os que se fizeram meus amigos nos tempos do HPT.

Aos amigos e irmãos da FRENEFE... Família grande! Não vai dá pra citar todos, mas agradeço o apoio de cada uma e cada um.

Aos companheiros e irmãos do MNU. Obrigada pelo apoio e compreensão. A luta continua!

À amiga Suely, companheira de longas e, por vezes, não muitas vezes, duras caminhadas. Obrigada.

À família do JOMAFÁ. Nalma, Dete, Verinha, Tia Aninha, Zelita e Tia Zezé foram as senhoras que escolhi para representar todos os amigos e parentes dessas bandas. Obrigada pelo carinho, atenção e estímulo.

À Dona Maria, Dona Helena, Dona Anete e aos demais depoentes por compartilharem importantes episódios de suas vidas e tornar esse trabalho possível.

À Helder Masseca por todo apoio, paciência e carinho nas horas mais difíceis.

À família Santa Bárbara, em toda sua extensão, no nordeste e sudeste do país. Sem vocês, sem suas histórias e sua união esse sonho não teria nascido. Através dessa dissertação, rendo-lhes minha homenagem.

A todos os amigos, irmãos e companheiros que torceram e de algum modo colaboraram para a concretização dessa tarefa.

Às forças espirituais que me guiam e protegem e àquelas que por elas zelam.

Axé!

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – As Melindrosas Fazem a Festa: relações de raça, classe e gênero na inclusão de trabalhadores na modernidade feirense.....</b>	<b>8</b>
1.1. Um breve histórico de Feira de Santana.....	9
A cidade em festa.....	14
1.2. As melindrosas lavadeiras do Tanque da Nação.....	18
Sob o olhar da imprensa.....	23
Acerca da “melindrosa”.....	28
O olhar de um rival.....	33
Em busca das Melindrosas.....	38
<b>CAPÍTULO 2 – Mulheres de Ganho, Mulheres Valentes: memórias e trajetórias de lavadeiras em Feira de Santana.....</b>	<b>46</b>
2.1. Saudades e lembranças de uma mulher alegre.....	47
2.2. A visão dos conflitos de uma mulher valente.....	52
2.3. Uma mãe de doze filhos.....	65
<b>CAPÍTULO 3 – Relações de Trabalho e Cultura de Ofício: sociabilidades, tensões e significados nas experiências de trabalho das lavadeiras do Tanque da Nação.....</b>	<b>74</b>
3.1. Jornadas de trabalho e cultura de ofício.....	77
Estratégias de sobrevivência: ocupações eventuais ou complementares.....	82
3.2. Padrões ou fregueses? Autonomia, submissão, paternalismo e opressão.....	86
Lavar para rico.....	87
Outros fregueses, outros espaços... outros mundos.....	93
3.3. Na vizinhança do Calumbi: um bairro operário, um território negro.....	98
Região do Calumbi: o Tanque do Urubu, a estrada, o Tanque da Nação.....	98
Conflitos, sociabilidades e prazeres.....	101
De volta ao trabalho: mais alguns significados de uma experiência complexa.....	106
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>113</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>116</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, analisamos o cotidiano de lavadeiras da cidade de Feira de Santana, com o foco sobre as que lavavam roupas no Tanque da Nação, a fim de perscrutar a diversidade de significados atribuídos a sua experiência, com maior atenção aos sentidos por elas próprias elaborados. Desse modo, seguimos os caminhos por elas percorridos em meio à cidade, observando as relações por vezes solidárias e por outras vezes tensas, assim como as estratégias que foram estabelecendo ao longo de sua caminhada.

Para tanto, buscamos informações acerca dessas trabalhadoras em variados tipos de fontes, objetivando um olhar mais amplo sobre a multiplicidade de fatores que incidiram sobre suas vidas e sobre o modo como se relacionaram com tais intervenções em sua ação cotidiana. O trabalho com fontes orais, sob essa ótica, mostrou-se central, como se percebe ao longo desse texto, dada a especificidade da questão por nós levantada – que prioriza o olhar das próprias lavadeiras sobre sua vivência. A pesquisa com fontes orais fez-se ainda mais imperativa frente ao silêncio ou relato permeado de preconceitos das fontes escritas sobre a experiência das mulheres, sobretudo quando estas constituem um grupo de trabalhadoras informais e negras. Diante desse cenário, constatamos, como refletiu Rachel de Soihet, que “criatividade, sensibilidade e imaginação” tornam-se fundamentais na busca de pistas sobre o passado feminino.<sup>1</sup>

Assim, partindo de entrevistas preliminares junto a pessoas que podiam informar sobre o objeto de pesquisa,<sup>2</sup> encontramos os sujeitos que se tornaram centrais para esse estudo e foi em torno de seu relato que se encadeou a narrativa aqui apresentada – as senhoras Anete de Jesus Mota, Helena Gomes Cerqueira e Maria Mota de Jesus. Nesse sentido, o depoimento cedido pela senhora Magnólia de Oliveira, nascida em 1941, ex-moradora da região do Calumbi, onde se localiza o Tanque da Nação, cumpriu um importante papel. Ela indicou nomes de lavadeiras mais antigas que ainda se encontrariam vivas e, sobretudo, informou sobre a dinâmica daquele território, no qual viveu parte de sua infância e adolescência, depois de ter migrado do distrito de Anguera, na zona rural feirense, juntamente com seus pais e mais

---

<sup>1</sup> Rachel Soihet, “Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas”, in: **Gênero em Debate. Trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**, São Paulo, EDUSC, 1997, pp. 53-82.

<sup>2</sup> Nessa perspectiva, foram entrevistadas as senhoras Laura de Jesus, nascida em 14/01/1929; Magnólia de Oliveira, em 16/07/1941; Terezinha Costa da Silva, em 31/10/1935; Ivannide Rodrigues Santa Bárbara, em 28/06/1950; os senhores José Luiz Conceição Neves, nascido em 03/02/1955, conhecido como Babalu de Lulu; José Pascoal Dias dos Santos, em 09/04/1950. Com exceção de Dona Magnólia, que foi morar em Salvador em meados da década de 1960, após casar-se, os demais ainda residiam na região do Calumbi, onde atualmente encontra-se, dentre outros bairros, o do Tanque da Nação.



cinco dos seus nove irmãos, no início da década de 1950 – os outros, todos os homens, migraram para São Paulo, em busca de emprego na mesma época. Seus passeios, suas idas às festas, novenas e sambas, ou mesmo ao Tanque para buscar água – quando aproveitava para encontrar as amigas, “arreliar” os transeuntes e pegar carona nas carroças – renderam-nos um relato rico e alegre, que deu conhecimento do caráter dinâmico daquela região onde trabalhavam e residiam as lavadeiras do Tanque da Nação.

A entrevista do senhor José Pascoal Dias dos Santos, filho de lavadeira, nascido em 1950, no bairro do Taque da Nação, onde ainda reside, mostrou-se importante ao revelar um pouco da perspectiva de uma criança que muitas vezes acompanhou a mãe ao Tanque, quando brincava junto às árvores que ali havia. Demonstrou também o olhar de um adolescente que tinha como uma de suas tarefas ajudar na entrega das trouxas de roupas lavadas nas casas dos fregueses de sua mãe. O senhor José Pascoal também concedeu significativas informações sobre algumas mudanças percebidas no espaço onde viveu toda sua vida, como o calçamento de ruas e o povoamento do bairro, assim como sobre a importante e larga presença dos sacerdotes de religiões de matriz africana que imprimiram uma marca especial àquela região.

O depoimento da senhora Ivannide Rodrigues Santa Bárbara, nascida em 1950, mostrou-se também muito rico e importante, uma vez que, sendo filha de uma mulher que no início dos anos de 1960 passou a lavar roupas no Tanque da Nação, ingressou prematuramente na profissão. Aos onze anos, acompanhava sua mãe ao Tanque, não para brincar, como faziam geralmente as demais crianças, mas para lavar roupas – geralmente roupas de crianças de uma casa de família para quem sua mãe prestava serviços. O relato de Dona Ivannide foi utilizado em muitos momentos juntamente aos das três principais depoentes, sobretudo quando se tratou da descrição das práticas de trabalho, as quais ela preocupou-se em detalhar ricamente. Como se percebe ao longo do texto, o seu depoimento se diferencia das demais, mais propriamente, no que diz respeito à linguagem utilizada e à própria estruturação da narrativa. Ela, diferentemente das demais, frequentou a escola formal onde, dez anos depois de formar-se em Magistério, ingressou no curso de Economia na Universidade pública da cidade, o qual não chegou a concluir. Atualmente é militante de uma entidade nacional do movimento social negro e de um partido político de esquerda, pelo qual se candidatou a cargos do poder executivo e legislativo em nível local. Sua trajetória de vida a levou por caminhos que nos fez considerá-la uma “grande testemunha” que, na perspectiva de Danièle Voldman, é “aquela que construiu sua identidade sobre uma ação voluntária e conscientemente interpretada, em qualquer que tenha sido o nível de responsabilidade ou de

ação reais”, ou seja, a testemunha que tem idéia de seu papel histórico, que tem “consciência de ter participado dos acontecimentos de seu tempo e de ter influenciado o seu curso”.<sup>3</sup>

A especificidade metodológica da História Oral, entendida aqui como pesquisa com fontes orais, tem como uma das principais características a produção do documento pelo próprio pesquisador. Essa peculiaridade exige reflexões sobre os mecanismos de tratamento e análise da fonte oral, que vão desde a técnica de recolhimento dos depoimentos, da relação entrevistado–entrevistador, do conhecimento de conceitos indispensáveis para problematização, até o processo de arquivamento das fitas.<sup>4</sup> Sob essa perspectiva, ao identificarmos as principais depoentes, realizamos as entrevistas de maneira semi-estruturada, com caráter de história temática. Procuramos permitir que as experiências fossem relatadas a partir de um eixo de questões estabelecido com base na problemática da pesquisa, de modo a orientar as entrevistadas, sem, contudo, restringir seu depoimento ao roteiro pré-estabelecido.<sup>5</sup> Sobre esse aspecto, vale ressaltar que cada entrevistado imprimiu uma dinâmica própria ao seu depoimento, não se mostrando, assim, interessante fazer muitas interferências no decorrer dos relatos. Essa dinâmica trouxe à luz importantes informações que ultrapassaram as questões indicadas no roteiro e também permitiu registrar a orientação que cada um dava à sua narrativa, revelando, desse modo, características da imagem que iam construindo sobre si perante a mim, entrevistadora, e com fins a ser divulgada por meio da pesquisa.

Entendemos, em consonância com o que propõe Maria Odila Silva Dias, que a perspectiva metodológica que orienta o estudo social das mulheres deve assumir a temporalidade histórica do tema e proceder à delimitação e problematização das balizas do conhecimento referentes às mulheres em questão.<sup>6</sup> Assim, o estudo das diversidades dos papéis informais femininos tem em perspectiva o caráter multidisciplinar e plural do método e encontra solo fértil na reconstituição crítica do cotidiano e em sua politização.<sup>7</sup> Desse modo, lançamos mão também de fontes escritas e oficiais que dessem uma compreensão mais ampla das relações estabelecidas pelas lavadeiras em Feira de Santana. As Atas da Câmara de

---

<sup>3</sup> Danièle Voldman, “Definições e usos”, in: Marieta Ferreira; Janaina Amado, **Usos e abusos da história oral**, Rio de Janeiro, FGV, 1998.

<sup>4</sup> Marieta Ferreira; Janaina Amado, **Usos e abusos da história oral**, Rio de Janeiro, FGV, 1998; Verena Alberti, **Manual de história oral**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

<sup>5</sup> As principais questões feitas às entrevistadas buscaram elucidar: as práticas e espaços de trabalho; momentos e espaços de lazer; a composição familiar e as relações sexo-afetivas; a relação com outras lavadeiras, com os clientes e outros grupos sociais; os motivos de ingresso na profissão e o significado de ser lavadeira; a percepção sobre a modernização do espaço urbano e as modificações no processo de lavagem e o modo de vida.

<sup>6</sup> Cf. Maria Odila Silva Dias, “Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”, in: Albertina de Costa; Cristina Bruschini (orgs.), **Uma questão de gênero**, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, FGV, 1992.

<sup>7</sup> Sobre o caráter político do cotidiano das mulheres trabalhadoras urbanas ver Maria Izilda Matos, **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**, São Paulo, EDUSC, 2002.

Vereadores de Feira de Santana foram vasculhadas a procura de informações específicas sobre as intervenções da municipalidade nos espaços freqüentados pelas lavadeiras, principalmente os relacionados ao seu trabalho.<sup>8</sup> Alguns processos crimes foram consultados com o objetivo de encontrar ocorrências que informassem um pouco mais sobre o contexto em que estavam inseridas aquelas mulheres.<sup>9</sup> Os jornais foram consultados sob essa mesma ótica e com o objetivo mais específico de buscar informações acerca das Melindrosas, cordão carnavalesco do Tanque da Nação, a fim de responder às questões levantadas no primeiro capítulo, que definiram o marco inicial de nossa pesquisa – o ano de 1929.<sup>10</sup>

Em uma matéria de capa dedicada aos cinquenta anos de realização da Micareta em Feira de Santana, a Revista Panorama da Bahia, de 20 de abril de 1987, afirmava que “As Melindrosas” havia sido um clube carnavalesco “composto por garotas, a maioria filhas de lavadeiras do Tanque da Nação – zona residencial pobre de Feira”<sup>11</sup>, que teve um importante papel na criação do primeiro carnaval fora de época da cidade, realizado em abril de 1937. As principais fontes da matéria foram os relatos do diretor fundador do clube, o senhor Manoel Fausto dos Santos, “ex-jogador de futebol e desportista amador muito conhecido no Município como ‘Mané de Emília’” e do senhor João dos Santos Figueiredo, conhecido como “João de Guilhermino”, “autor de muitas fantasias das ‘Melindrosas’, onde também exerceu a função de ‘tesoureiro vitalício’”<sup>12</sup>. A matéria, intitulada “Uma festa de 50 anos”, objetivava traçar um histórico da Micareta na cidade, mas dedicou a maioria de suas seis páginas aos primeiros anos dos festejos nas décadas de 1930 e 1940, aos principais clubes – dentre os quais tem maior destaque as Melindrosas – e às rivalidades entre estes, destacando seus personagens mais famosos, além de transcrever algumas marchinhas cantadas à época.

Esse documento amparou a afirmação sobre a composição social das Melindrosas em estudos acadêmicos como sendo um cordão “composto em sua maioria por lavadeiras do Tanque da Nação”, o que aguçou ainda mais nosso interesse em investigar a história da participação das lavadeiras na construção da cidade de Feira de Santana.<sup>13</sup> A partir daí questionamos, em sendo verdadeira tal afirmação, o que teria impelido tais mulheres a se agruparem e saírem às ruas da cidade em dias festivos; perguntamos ainda se esse cordão

---

<sup>8</sup> Disponíveis no Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana.

<sup>9</sup> Disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC/ Universidade Estadual de Feira de Santana.

<sup>10</sup> Foram consultados o jornal Folha da Feira (1932-1935) e Jornal Folha do Norte (1929; 1931-1933; 1939-1940; 1942-1943; 1948-1952; 1960-1961) disponíveis no Museu Casa do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana.

<sup>11</sup> Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987, p. 13.

<sup>12</sup> Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987, pp. 12-14.

<sup>13</sup> Adriana Silva Teles, **Presença Negra da Festa de Santana (1930-1950)**, Especialização, Feira de Santana, UEFS, 2000, p. 47.

poderia ser considerado como a expressão de uma identidade comum existente entre elas. Afinal, quais significados tal participação no Cordão teria para as lavadeiras do Tanque da Nação e quais relações travavam com os demais grupos e sujeitos sociais presentes no espaço da festa?

Ao buscar respostas para essas questões, no primeiro capítulo, abordamos a trajetória do cordão das Melindrosas, desde seu primeiro desfile em 1929, e seus possíveis significados, tanto para seus componentes, quanto para os outros sujeitos e grupos da sociedade local do período. Enfocamos as relações de solidariedade e as tensões presentes naquelas ocasiões. Nesta análise, foram utilizadas notícias de jornais da época e registros de memórias das festas e do cordão carnavalesco em questão. Antes, contudo, apresentamos ao leitor que desconhece os “bons ares” do município que recebeu o título de “Princesa do Sertão” e no qual desfilaram as lavadeiras melindrosas, um pouco do cenário citadino de Feira de Santana. Focalizamos, sobretudo, alguns dos principais festejos que lhes eram tão caros até a primeira metade do século passado e, ao que parece, mobilizavam a maior parte da sociedade local.

Vale ressaltar, sobre esse aspecto, que as festas observadas não foram avaliadas em si mesmas, na tentativa de estabelecer alguma separação entre o sagrado e o profano, entre o cultural e o político, ou ainda entre o arcaico e o moderno. Seguindo a proposta de Martha Abreu, elas foram estudadas como campo privilegiado para ir ao encontro das práticas, disputas e sociabilidades de determinados grupos e sujeitos subalternizados que de alguma maneira deixaram vestígios.<sup>14</sup> Nessa perspectiva, destaca-se também a indicação de Maria Clementina P. Cunha, ao afirmar que o investigador atento às frestas presentes nas festividades “poderá espiar uma rica miríade de práticas, linguagens e costumes, desvendar disputas em torno de seus limites e legitimidade, ou da atribuição de significados, e sentir as tensões latentes sob formas lúdicas”.<sup>15</sup> Por estes caminhos, reconstituímos a folia do cordão das Melindrosas, observando sua participação nas festividades de Feira de Santana, a fim de identificar as relações e os significados que eram engendrados naqueles momentos.

Atentos às questões da memória como elemento que possibilita percepção de expressões tanto de caráter subjetivo, como de uma coletividade e da práxis objetiva<sup>16</sup>, a experiência das lavadeiras e os significados por elas atribuídos a tal experiência foram investigados considerando-se a subjetividade das depoentes no processo de construção da

---

<sup>14</sup> Martha Abreu, **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira; São Paulo, Fapesp, 1999.

<sup>15</sup> Maria Clementina P. Cunha, “Apresentação”, in: Maria Clementina P. Cunha (org.), **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**, Campinas, Editora da Unicamp, 2002, p. 12.

<sup>16</sup> Cf. Alistair Thomson, “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”, in: **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, abril, 1997.

entrevista como documento. Nesse sentido, o segundo capítulo busca compreender alguns aspectos da vida das depoentes principais, a fim de identificar o lugar onde situam seus discursos sobre si e sobre o seu passado. Identificamos as principais características dos discursos de Dona Anete de Jesus Mota, Dona Maria Mota de Jesus e Dona Helena Gomes Cerqueira, as quais, em função das singularidades dos seus percursos de vida, relataram e refletiram de um modo próprio sua trajetória em momentos particulares e íntimos, assim como, por vezes, avaliaram de modo diferente os momentos vividos em comum com outras lavadeiras do Tanque da Nação. Os principais elementos da trajetória de vida enfatizados por essas mulheres constituem o foco desse capítulo e foram analisados com ênfase nas relações de gênero, articulando-as às perspectivas racial e de classe, que se fizeram imprescindíveis por aqui estar se tratando de trabalhadoras majoritariamente negras.<sup>17</sup> Observamos que, nos embates e estratégias vivenciados, tanto na esfera pública quanto na privada, essas mulheres, como a maioria das outras trabalhadoras, afirmavam um tipo próprio de feminilidade, alimentado na exigência cotidiana de luta pela sobrevivência e por uma tradição que marcava diversas gerações de mulheres trabalhadoras,<sup>18</sup> sobretudo das negras.<sup>19</sup> Uma feminilidade impregnada de valentia que, contudo, não abria mão da solidariedade e da afetividade, e, muito menos, fugia da submissão ao poder patriarcal.<sup>20</sup>

Por tratarmos com uma categoria de trabalhadoras, as relações de trabalho não poderiam deixar de serem abordadas e estas são o foco do terceiro e último capítulo. Partindo

---

<sup>17</sup> Sobre a discussão teórica do conceito de gênero, ver Joan Scott, **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**, Recife, SOS Corpo, 1990; sobre a articulação das perspectivas de classe, raça e gênero, ver Verena Stolcke, “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?”, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 20, 1991, pp. 101-120; sobre a discussão em torno da perspectiva do conceito de “raça” aqui utilizada, ver Antonio Sérgio Guimarães, **Classes, raças e democracia**. São Paulo, Editora 34, 2002, especialmente o segundo capítulo, “Raça e pobreza do Brasil”, no qual o autor discute o uso de “raça” como conceito para análise sociológica e defende: “... ‘raça’ é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’”, p. 50. Para uma visão interessante e divergente a respeito do uso do conceito ‘raça’ ver Paulo Gilroy, **O Atlântico Negro - Modernidade e Dupla Consciência**. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

<sup>18</sup> Ver Martha Abreu Esteves, **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; Cláudia Fonseca, “Ser mulher, mãe e pobre”, in: Mary Del Priore (org), **História das mulheres no Brasil**, São Paulo, Contexto, Unesp, 1997, pp. 510-552; Lígia Fagundes Telles, “Mulher, mulheres”, in: Mary Del Priore (org), **História das mulheres no Brasil**, São Paulo, Contexto, Unesp, 1997, pp. 669-671; Maria Izilda Matos, **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**, São Paulo, EDUSC, 2002; Maria Odila Silva Dias, **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**, São Paulo, Brasiliense, 1995.

<sup>19</sup> Ver Cecília M. Soares, **Mulher Negra na Bahia do Século XIX**, Mestrado, Salvador, UFBa, 1994; Isabel Cristina Ferreira dos Reis, **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**, Salvador, CEB, 2001; Maria Aparecida P. Sanches, **Fogões, Pratos e Panelas: Poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador, 1900-1950**, Mestrado, Salvador, UFBa, 1998.

<sup>20</sup> Ver Alberto Heráclito Ferreira Filho, **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940**, Salvador, CEB, 2003; Sueann Caulfield, **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**, Campinas, Editora da Unicamp, 2000.

da descrição das técnicas, práticas e espaços de trabalho das lavadeiras do Tanque da Nação, deparamo-nos com uma singular cultura de ofício pautada na autonomia, que lhes permitiu elaborar um modo próprio de relacionarem-se com seus patrões, vizinhos e entre elas mesmas. A construção da lavanderia pública, em meados da década de 1960, marcou importantes alterações nas relações que as lavadeiras estabeleciam entre si no seu espaço de trabalho. Tendo como principal fonte os depoimentos orais, observamos através da fala das depoentes o modo como conflito, malícia e poder de barganha cruzavam-se ao se empenharem na conquista de seus interesses mais imediatos e de seus projetos de vida. Uma visão de mundo alimentada por redes de solidariedades estabelecidas nas relações de vizinhança e parentesco e por elementos culturais vivenciados no espaço de moradia, somados aos demais fatores anteriormente mencionados, também informou as relações estabelecidas pelas lavadeiras do Tanque da Nação, colaborando na construção de um forte senso de dignidade.

## CAPÍTULO 1

### **As Melindrosas Fazem a Festa: Relações de raça, classe e gênero na inclusão de trabalhadores na modernidade feirense**

*Não crestem as secas as esperanças de bom tempo, e nesse sertão emerge,  
da árdua rotina, um espaço privilegiado de festa.\*  
Cândido da Costa e Silva.*

A ex-lavadeira, Dona Anete de Jesus Mota, nascida em 1932, relembrou, em entrevista, sua participação no animado cordão carnavalesco “Melindrosas”, quando tinha doze anos ou menos e morava na região do Calumbi, onde se localizava o Tanque da Nação e organizava-se o acalorado cordão:

As Melindrosas, quando eu comecei a freqüentar eu tinha meus... doze anos, por aí, e era, acho que o ano de quarenta e dois, por aí, quando eu comecei. Então as Melindrosas era um conjunto, sabe, como a Micareta... era um cordão. E esse cordão era de Cachoeira e São Felix e tinha aquele senhor que fazia a parte de organizar a parte de lá e tinha Mané de Emília, que eram duas partes. Então, quando chegava o dia de Micareta, a gente pegava o trem de ferro... era o trem ali atrás da Matriz, a estação era ali... E aí tinha aquelas recomendações todas: tal dia a gente vai buscar a turma de Cachoeira. Êta, que folia! Aí, a gente ia tudo com as roupinhas, as sainhas... Era tudo preto, vermelho e amarelo e as sandalhinhas de couro com as tirinhas abotoadas aqui do lado, na perna. Êta, que folia! Eram três, quatro classes e de lá vinham três ou quatro também (...). Mané de Emília morava aí, numa casona grande!... Aí no Tanque da Nação, na Rua Mairí e dali... Também era um bloco que tinha muitos conhecidos, cada qual que pegava o seu pessoal, tudo conhecido, cada qual pegava assim... Por exemplo, você tem um bloco de lá de Salvador, eu tenho um de cá, então você vem contando comigo, então da sua parte eu escolho um bocado e fica comigo, porque na casa não dá pra ficar todos, não é, que é mais de cinqüenta, mais de tantas... Então, aquela menina que é conhecida de fulana vai ficar na casa de fulana... Agora à noite, naquela hora certa, se ajuntava tudo ali pra se vestir. Tinha muita gente daqui [do Calumbi, que saía], muita menina, muito rapaz, os que já se foram [já morreram].<sup>1</sup>

Esse relato de uma significativa experiência da infância de Dona Anete de Jesus Mota revela importantes informações sobre a dinâmica das Melindrosas e sobre alguns dos significados encerrados pelos que vivenciaram a participação no cordão. O grupo carnavalesco de origem e sede na cidade de Feira de Santana foi por ela entendido como sendo, simultaneamente, desta cidade e do município de Cachoeira, devido à movimentada dinâmica do grupo, que fazia constantes viagens a várias cidades do recôncavo baiano, tanto para lá se apresentarem como para trazer membros que ampliassem suas fileiras nas festas locais. Dona Anete lembrou de outros importantes elementos sobre o cordão, como a

---

\* Cândido da Costa e Silva. **Roteiro da Vida e da Morte**. São Paulo, Editora Ática, 1982.

<sup>1</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

liderança de Mané de Emília, do Tanque da Nação, e as cores principais do clube – informações também encontradas nos jornais – e acrescentou dados sobre a participação de “rapazes” no cordão, pelo menos naquele período em que ela participou.<sup>2</sup>

O que, contudo, mostrou-se mais precioso em sua descrição foram as subjetividades e significados que somente são dados a ver por meio do depoimento oral. Dona Anete destacou o sentimento de alegria que cercava aquela ocasião. Sociabilidades previamente estabelecidas garantiam a constituição do grupo, já que as Melindrosas eram “um bloco que tinha muitos conhecidos”, e a solidariedade fazia-se fundamental para garantir-lhe viabilidade frente à falta de uma estrutura maior e formalizada. Assim, como ela informou, “cada qual que pegava o seu pessoal, tudo conhecido”, porque uma só casa não comportaria todos, uma vez que eram “mais de cinquenta, mais de tantas” e, então, “aquela menina que é conhecida de fulana vai ficar na casa de fulana”. Toda “folia” que cercava os preparativos do desfile nas festas carnavalescas não poderia dispensar, contudo, determinada organização e disciplina, fazendo-se necessário que, “à noite, naquela hora certa”, todas as pessoas que integrassem o cordão se juntassem para se vestirem e partirem para o desfile. A participação de “muita gente” daquele lugar da cidade reforça a compreensão do cordão como um elemento que mobilizava vizinhos e conhecidos, a maioria trabalhadores que, como Dona Anete, morava na região do Calumbi, onde, dentre outros bairros, encontrava-se o Tanque da Nação.<sup>3</sup>

Aqui são aprofundadas estas e outras questões em torno do cordão das Melindrosas, que a historiografia local afirma ter sido composto por lavadeiras do Tanque da Nação. Sua participação nos festejos locais, as disputas nas quais se envolveu e os possíveis significados que possuía para seus integrantes, seus rivais e outros grupos da sociedade feirense compõem o enredo desse capítulo.

### **1.1. Um breve histórico de Feira de Santana**

A cidade de Feira de Santana teve como importante elemento propulsor de seu nascimento e desenvolvimento o fato de constituir-se como entreposto comercial. Daí a referência, em seu nome, à feira semanal de gado que sediou desde o primeiro quartel do século XVIII e que, em 1828, seria considerada a maior da província da Bahia. Distanto em torno de 108 km de Salvador no sentido noroeste, Feira de Santana situa-se a leste do estado, “numa zona de transição entre o Recôncavo baiano de clima sub-úmido e o Nordeste seco de

---

<sup>2</sup> O Cordão das Melindrosas, criado em 1929, encerrou suas atividades em 1952.

<sup>3</sup> O Tanque da Nação foi uma antiga e grande fonte de água que deu nome ao bairro que em torno dela se desenvolveu, na região do Calumbi, zona oeste da cidade de Feira de Santana.



clima semi-árido, numa área denominada agreste baiano”.<sup>4</sup> Pousada sobre um extenso tabuleiro – um planalto com 250 metros de altitude em média, com tipo de floresta seca mesclada à caatinga que oferecia muitos pontos de sombra e com olhos d’água que minavam por toda a região – tornou-se, ainda no século XVII, um grande atrativo, ao servir de bebedouro e descanso para tropeiros, vaqueiros e suas boiadas vindas de várias partes do sertão baiano e dos caminhos de Goiás, Minas e Piauí. Afastado cerca de 14 quilômetros da sede da Freguesia de São José das Itaporocas, a qual estava subordinada, surgia ali o povoado de Santana dos Olhos D’Água, como ficou conhecido. Convergiam assim as benesses de seus fatores geográficos, dentro de uma região imersa no polígono das secas, e de seu posicionamento estratégico, promovendo ligação entre o recôncavo e o sertão, especialmente, o vale do São Francisco. Beneficiava-se, nesse aspecto, de antigas estradas reais pertencentes à Cachoeira, termo que integrou até 1833, quando foi elevada à condição de vila.<sup>5</sup>

Não obstante o comércio ter sido sempre a atividade central na economia da cidade, provendo sua classe dominante – que viria a ser composta por comerciantes e grandes proprietários de gado de corte – de seus maiores lucros; a agricultura também tivera presença fundamental na economia desse território, tendo nos pequenos produtores e proprietários rurais seus principais agentes.

Às segundas-feiras, a cidade abrigava a maior e mais importante de suas instituições econômicas e culturais: a feira semanal, que conjugava uma grande feira de gado no antigo Campo da Gameleira, ou Campo do Gado, e uma não menos importante feira-livre, que se estendia por todo o centro da cidade, atraindo para si uma variedade de sujeitos sociais saídos dos vários bairros e distritos e dos municípios da região. Para lá se dirigiam os grandes produtores e comerciantes de gado, os indispensáveis vaqueiros, as famílias abastadas ou sua criadagem, para a compra dos mais variados artigos, além dos pequenos produtores e dos atravessadores. Estes últimos vendiam em maior quantidade os produtos mais consumidos, como farinha de mandioca ou de tapioca, milho, feijão, ovos, galinha, peru, pele de cabra e carneiro, além de fumo de corda, como registrara o jornal em 1929, que publicou também os preços dos respectivos produtos da “última feira”.<sup>6</sup> Também se misturavam à multidão as

---

<sup>4</sup> Gessiene O. Caldas, **Espaços Urbanos: uma produção popular. Qualificação e requalificação do bairro George Américo. Feira de Santana (1987-1998)**, Mestrado, Salvador, UFBa, 2000, p. 67. Sobre a localização e outros fatores geográficos e sociais de Feira de Santana ver também Nacelice Barbosa Freitas, **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização (1970-1996)**, Mestrado, Salvador, UFBa, 1998.

<sup>5</sup> Zéli Jesus de Lima, **Lucas Evangelista: o Lucas da Feira. Estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana**, Mestrado, Salvador, UFBa, 1990.

<sup>6</sup> Jornal Folha do Norte, 05/01/1929.

quitandeiras, bilheteiros, aguadeiros, fateiras e um sem número de trabalhadores, muitos prestadores dos serviços mais diversos. O ato de número 33, publicado naquele mesmo ano pela Intendência Municipal, dava mostras da complexidade que alcançara a economia feirense, que tinha em seu centro o comércio, o qual se encontrava, por sua vez, cercado de várias outras atividades, as quais o poder público local procurava regular, manter sob controle e sobretudo auferir taxações. Nesse ato do poder público eram taxados os secos e molhados, as farmácias e uma variedade de casas de comércio, além de barraqueiros, “carroceiros, ganhadores, magarefes ou cortadores, engraxates e ‘chauffeurs’”, os quais deveriam “submeter-se a matrícula, em sejo acto (*sic*) pagarão a respectiva taxa de licença”.<sup>7</sup> O memorialista Gastão Sampaio, ao registrar suas lembranças dos anos de 1920 à década de 1950, ofereceu um importante testemunho, ainda que apaixonado, da dinâmica dessa grande feira semanal:

Quem se dirige a Feira de Santana, num dia de segunda, sem antes ter presenciado uma de suas feiras livres, não poderá ficar indiferente ao burburinho e terá de se extasiar pelo ineditismo do espetáculo, dada a sua própria grandiosidade.

Uma monstruosidade de gente, um movimento irrequieto. Será muito difícil encontrar, em qualquer outra feira, tal efervescência (...). Vibram os tabaréus. Eles se amontoam e se acotovelam parecendo que nada têm a fazer ou ver por ali (...). Mas é aquele pouco que trazem e que levam, que se deliciam com um caldo de cana (...). Dali partem para uma mesma rotina.

A feira livre de Feira ocupa uma grande parte de sua cidade, no dia grandioso de sua explosão (...). O movimento dos feirantes não se limita a ela [rua principal] e avança e invade muitas transversais, ruas paralelas, especialmente pelo lado norte da cidade, por onde se misturam inúmeras casas comerciais e repartições públicas de todas as esferas.

(...) [O comércio de gado] é estabelecido fora do centro da cidade, no atual Campo do Gado. É imenso, localizado num conjunto de currais de ripões e moirões de lei, com balança para pesada de boiadas de gado vivo, alojamento e uma série de stands, onde se comerciam todos estes materiais, assim como peles curtidas de veado, onça e muitos outros animais raros, além de outros aparatos para montaria e atinentes a tal ramo. Ali também é realizado o mercado de suínos, caprinos e ovinos, com suas peles curtidas e secas. É ali que se concretizam os fabulosos negócios de gado em pé.

A feira livre tem à venda fartura de alimentos de todas as espécies, vestimentas, confecções, mobiliários, madeira para obras, cancelas, cerâmicas variadas (...). Produtos de ferrarias, marcenarias, em geral vindos de regiões mais distantes. Toda aquela imensidão de gêneros, no fim do dia, desaparece como por encanto. Compradores das mais variadas origens para ali seguem e se abastecem para revender em outras feiras de outras localidades, num intercâmbio surpreendente (...).

Calculamos que cerca de 100.000 visitantes se juntem à população local.<sup>8</sup>

Com ressalvas ao exagero quanto ao número de pessoas que a conformavam, o relato acima, embora extenso, oferece um panorama dinâmico da extensão e variedade de produtos e personagens presentes na feira, na qual se destacariam os vaqueiros, no Campo do Gado, e os

---

<sup>7</sup> Jornal Folha do Norte, 20/07/1929.

<sup>8</sup> Gastão Sampaio, **Feira de Santana e o Vale do Jacuípe**, Salvador, Bureau, s.d., pp. 27-28.

“tabaréus”, ou melhor, trabalhadores rurais na feira-livre.<sup>9</sup> A grande concentração de pessoas originadas de lugares, costumes e condições sociais tão distintas transformava a feira-livre num espaço onde eram deflagrados muitos conflitos, como era sugerido pelas denúncias dos jornais. Tais artigos não se cansavam de cobrar, durante a década de 1930, providências da administração pública sobre os crimes e desordens provocados por “larápios”, “embriagados” ou “vaqueiros exibicionistas”, que “espantam rezes para o centro da cidade a fim de mostrar em público seus dotes profissionais, derrubando-as e laçando-as após terem realizado um grande estrago em meio ao pavor que provocavam na multidão”.<sup>10</sup>

A predominância dos trabalhadores rurais na feira semanal refletia a própria constituição populacional da cidade. Até 1920, estimava-se que, dos 77.600 habitantes, menos de 10 por cento residiam na cidade e vilas circunvizinhas – a maioria vivia na zona rural.<sup>11</sup> Em 1940, do total de 83.268 habitantes, que colocavam Feira de Santana em quinto lugar em termos de população absoluta no estado, aproximadamente 17 por cento, ou 14.131 pessoas, residiam na sede do município, constituindo-a, desse modo, como a quarta maior cidade da Bahia. Em 1950, de uma população total de 107.205, em torno de 33 por cento, ou seja, 35.047 pessoas, viviam na sede do município.<sup>12</sup> Nesse período, Feira de Santana já era considerada a maior cidade do interior do estado da Bahia.

Do total da população, que somava a cidade e o campo, os “brancos” reduziam-se, segundo o censo de 1940, a 12 por cento, ou seja, cerca de 10 mil pessoas. Os indivíduos de ascendência africana totalizavam o restante da população, classificados entre 28 por cento de “pretos” (23.553) e 60 por cento de “pardos” (49.5593), não havendo nenhuma referência às pessoas de ascendência indígena.<sup>13</sup> Em 1950, houve um aumento na porcentagem da população classificada como “branca”, que passaram a compor em torno de 17 por cento dos municípios feirenses (18.467 pessoas); os classificados como “pretos” eram, então, 36.517

---

<sup>9</sup> Rollie Poppino estima em torno de “dez mil pessoas o número de compradores e vendedores” em 1950, in: **Feira de Santana**, p. 242.

<sup>10</sup> Algumas matérias publicadas pelo jornal Folha do Norte ao longo de 1932, como “Recebeu uma facada quando discutia” (18/06), “Um boi desgarrado obrigou o commercio a fechar” (27/08), “Um pobre lavrador atropelado por vaqueiros” (26/11), ou mesmo “Requer muito asseio o mercado de farinha” (06/08), sugerem algumas tensões e desordens presentes no espaço da feira semanal. Algumas das lavadeiras que observaremos mais de perto no próximo capítulo também tinham na feira livre uma opção para acrescentar sua renda, principalmente através da venda de refeições em barracas. Outras também foram protagonistas de brigas nesse cenário.

<sup>11</sup> Rollie E. Poppino, **Feira de Santana**, Salvador, Editora Itapuã, 1968, p. 247. Vale lembrar que esse senso de 1920 não distinguia entre população rural e urbana.

<sup>12</sup> Esse total de pessoas, embora exclua todos os moradores dos nove distritos locais da época, conta com 8.488 habitantes incluídos no “quadro urbano”; os demais, dos 35.047 habitantes, estavam assim distribuídos: 15.421 pessoas no “quadro urbano” e 11.138, no “quadro suburbano”. Cf. IBGE, **Estado da Bahia. Censo demográfico. (Série Regional. Vol. 20, Tomo 1)**, Rio de Janeiro, 1955, p. 106. O Censo Demográfico de 1960 não distinguia a população rural e urbana do município.

<sup>13</sup> Dados do Recenseamento Geral do Brasil, de 1920 e 1940, apud, Rollie Poppino, pp. 246-248.

peessoas, ou seja, 34 por cento da população, enquanto que os “pardos” representavam aproximadamente 49 por cento (51.991 habitantes).<sup>14</sup> Se os indivíduos classificados como brancos estariam entre aqueles possuidores de maior prestígio social e das maiores fortunas e negócios, além de serem a maior parte dos profissionais liberais, os negros – pretos e pardos -, por seu turno, ainda amargavam a forte herança da escravidão e vivenciavam as barreiras impostas pelo preconceito racial. Eles executavam as ocupações mais pesadas e socialmente desqualificadas, dentre as quais estavam as de trabalhadores domésticos, vaqueiros e roceiros. Alguns negros, contudo, principalmente os pardos, conseguiram ascender algumas posições na hierarquia social, chegando a possuir certa expressão política na cidade. Dentre esses, Agostinho Fróes da Mota, que chegou a ser intendente municipal entre os anos de 1916 e 1919, tornou-se um caso emblemático, sendo um dos maiores pecuaristas e negociantes locais.<sup>15</sup>

Mesmo considerando que “era de ascendência européia a maioria das famílias mais ricas” e reconhecendo a necessidade da realização de um estudo “para classificar os negociantes de Feira de Santana conforme a raça ou a cor”, o brasilianista Rollie Poppino<sup>16</sup> analisou dados que ofereceram um importante panorama sobre o povoamento e o perfil populacional da cidade, sob essa perspectiva sócio-racial:

Em 1920, 70% das propriedades rurais do município se mantinham em áreas menores de quarenta hectares. Vinte anos mais tarde, essa proporção aumentara para 85% e há razões para se acreditar que seria mais elevada em 1950. A maioria de tais propriedades pertencia aos pardos.

(...) Os pardos, na verdade, alcançavam, cada vez mais, uma expressão política na vida de Feira de Santana. As posições principais no governo do município continuaram a ser delegadas aos indivíduos de ascendência européia, mas, pardos e, ocasionalmente, pretos, exerciam cargos nos partidos políticos dos distritos.

(...) Os pardos e, em menos extensão, os negros tinham penetrado em um ou outro campo, dantes privilégio dos brancos. Isso não era bem uma novidade, porque negociantes mulatos, bem como negros, eram comuns, em Feira de Santana, antes de 1860. Foram, contudo, as maiores oportunidades econômicas, ocasionadas pela expansão do comércio, depois dessa data, que atraíram grande número de pardos e negros para a cidade, bem como pequenos negociantes ou trabalhadores.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> Cf. IBGE, **Estado da Bahia. Censo demográfico. (Série Regional. Vol. 20, Tomo 1)**, Rio de Janeiro, 1955, p. 68. Neste censo não constava a classificação “indígena”.

<sup>15</sup> Agostinho Fróes da Mota faleceu em 1922. Um de seus filhos, Eduardo Fróes da Mota ampliou a herança que havia recebido do pai, destacando-se também como grande pecuarista e negociante, além de exercer bastante influência no cenário político local, embora nunca tenha vencido uma eleição para prefeito na cidade. Sobre aspectos da história de vida de ambos ver: Oscar Damiano Almeida, **Dicionário Personativo, Histórico e Geográfico de Feira de Santana**. Feira de Santana, Editora Gráfica Nunes Azevedo, 2002; Sidney de Araújo Oliveira, **Nos caminhos da República: Agostinho Fróes da Mota no cenário político de Feira de Santana (1900-1920)**. Especialização. Feira de Santana, UEFS, 2006.

<sup>16</sup> Rollie E. Poppino é um brasilianista que, na década de 1960, realizou um amplo estudo de caráter sócio-histórico sobre a cidade. Sua pesquisa, que cobre os anos de 1860 a 1950, baseada em ampla e variada documentação, constitui o que poderíamos chamar de História Geral de Feira de Santana e, apesar de não aprofundar em muitos dos aspectos abordados, é referência indispensável à qualquer estudo sobre a cidade.

<sup>17</sup> Rollie E. Poppino, **Feira de Santana**, Salvador, Editora Itapuã, 1968, pp. 252-253.

Foi também contra membros dessa pequena elite negra ou mestiça feirense que as Melindrosas dirigiram algumas de suas afrontas nos conflitos simbólicos presentes em meio às festas da cidade. Por ora, vale ressaltar que a população de ascendência africana, que constituía a maioria dos munícipes feirenses, representava, àquela altura, um grande temor e um verdadeiro empecilho aos projetos modernizadores pretendidos pela classe dominante local, os quais tinham como ideal uma sociedade estereotipada branca, ordenada e urbanizada, ou melhor, civilizada. De outro modo, essa população excluída e oprimida, que se concentrava nos subúrbios espalhados pela cidade, fazia sua própria leitura dos novos códigos de civilidade e modernidade, do processo de integração ao circuito internacional de mercado e da relação com os outros grupos sociais da cidade. As festividades públicas foram utilizadas como um espaço privilegiado para tais grupos apresentarem seu modo de pensar, dialogando ou confrontando com as opiniões hegemônicas, além de, obviamente, divertirem-se.

### 1.1.1. A cidade em festa

Conquanto as festas religiosas constituíssem, desde muito, um derivativo importante para as energias sociais de todas as classes, em Feira de Santana, a alegria do povo pela participação em folguedos públicos exprimia-se muitas vezes através das festas profanas. Perdiam-se, na realidade, poucas oportunidades para discursos e paradas, acompanhadas de músicas e fogos de artifício. A instalação de um novo governo, a inauguração de um edifício público ou de uma nova estrada, ou a comemoração de um feriado, sempre que não coincidisse com uma segunda-feira, significava uma reunião festiva. Isso aconteceu durante todo o período da história do município, mas, parece que essas exterioridades aconteceram com mais frequência no segundo quartel do século XX.<sup>18</sup>

O olhar estrangeiro do brasilianista Rollie Poppino captou os aspectos mais visíveis da dinâmica social feirense: a constância e importância dos festejos públicos e a centralidade do comércio na economia e cultura locais. A feira-livre, realizada às segundas-feiras, era o seu ponto alto e não se permitia ser inviabilizada por qualquer força maior, fosse ela secular ou espiritual. Posto que, naquele cenário, a Igreja Católica não se apresentasse como a principal instituição frente à feira-livre, ela exercera, desde o período colonial, grande influência sobre a dinâmica social da cidade. Seus ritos sagrados e, de modo especial, seus aspectos profanos mobilizavam as energias de grande parte dos feirenses. Ali, a exaltação a Senhora Sant'Anna, Excelsa Padroeira da cidade, constituía o ápice de suas intervenções locais.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Rollie E. Poppino, **Feira de Santana**, p. 286.

<sup>19</sup> A Festa de Santana foi o festejo popular que mais mereceu atenção por parte de pesquisadores acadêmicos que têm Feira de Santana como campo de estudo. Nenhuma outra das várias festas que agitavam a cidade ainda foram tematizadas de modo específico nos cursos de pós-graduação. Cf. Silvania Batista, **Conflitos e Comunhão na Festa da Padroeira em Feira de Santana (1930-1940)**, Especialização, Feira de Santana,

Em meados da década de 1920, a Festa de Santana, cujo primeiro registro data de 1884,<sup>20</sup> constituía um grande momento de celebração do catolicismo popular, que ainda guardava muitas características de um catolicismo colonial ou barroco, no qual o mundo sagrado e o profano entrelaçavam-se. A separação entre tais esferas seria, aliás, conforme afirma Riolando Azzi, “incompreensível na mentalidade tradicional. As festas religiosas eram ao mesmo tempo reuniões sociais, com música, canto, danças, fogos de artifício, quermesse e comidas típicas”.<sup>21</sup>

Suas principais celebrações concentravam-se geralmente na segunda quinzena do mês de janeiro, mas os folguedos tinham início pelo menos um mês antes, com a realização do Pregão em dezembro do ano anterior, que se constituía numa espécie de cortejo que “dava início aos folguedos externos da Festa. Era um desfile, composto principalmente por carros alegóricos, cheios de homens e mulheres, com temas específicos, muita música e cantoria”.<sup>22</sup> Em janeiro, uma semana antes da Missa Solene, o Bando Anunciador, que possuía as mesmas características do Pregão, anunciava o início oficial das festividades:

#### **Iniciaram-se os festejos**

(...) Ontem à madrugada, a urbe foi desperta alegremente, por dois cordões de senhorinhas, acompanhadas por afinadas orquestras; à tarde percorreu as artérias públicas o Bando Anunciador, composto de músicas, cordões, clubes, máscaras e populares, ao som de ruidosa charanga.<sup>23</sup>

Seguiam-se então as novenas e, na quinta-feira que antecedia a Procissão Solene, realizava-se a Lavagem da Matriz, quando homens e mulheres, carregando baldes e vassouras, lavavam todo o templo, por dentro e por fora. De caráter expressamente popular, a festa da Lavagem organizava-se em torno da Igreja, com parque de diversões, barracas de jogos e de venda de quitutes e bebidas, sendo a noite animada com fogos de artifícios e grupos musicais.<sup>24</sup> Um dos pontos altos da festa, a Lavagem era propalada pelos comissários da festa de Santana, em 1945, como “A Festa do Povo”:

No dia 25 de janeiro, quinta-feira, o nobre povo feirense estará nas ruas da Cidade, em explosões de alegria e reconhecimento, levando a Santana orações de risos e sons. A cidade inteira estará de pé, contente e sadia, ao lado da divina Padroeira.

---

UEFS, 1997; Adriana S. Teles, **Presença Negra na Festa de Santana (1930-1950)**, Especialização, Feira de Santana, UEFS, 2000.

<sup>20</sup> Sylvania Batista, **Conflitos e Comunhão na Festa da Padroeira em Feira de Santana**, p. 25.

<sup>21</sup> Riolando Azzi, **O catolicismo popular no Brasil. Aspectos históricos**, Petrópolis, Vozes, 1978, p. 106.

<sup>22</sup> Sylvania Batista, **Conflitos e Comunhão na Festa da Padroeira**, p. 33.

<sup>23</sup> Jornal Folha do Norte, 15/01/1934.

<sup>24</sup> Rollie E. Poppino, **Feira de Santana**, p. 280.

É a tradicional LAVAGEM, manifestação simples, mas sincera, dos humildes, dos que sofrem, resignados e esperançosos.<sup>25</sup>

A culminância dos festejos dava-se no último domingo de janeiro com a missa paroquial realizada pela manhã, que contava sempre com algum grande dignitário da Igreja, como o Bispo da Bahia ou mesmo o Arcebispo Primaz do Brasil. Era uma cerimônia realizada com muita pompa, ao som de corais, orquestras e filarmônicas. A Procissão, na tarde de domingo, encerrava a celebração. A imagem de Senhora Santana era retirada da Igreja da Matriz e levada à Igreja do Senhor dos Passos, seguida de imagens dos santos de outras irmandades, como São Benedito, cuja irmandade era composta por trabalhadores negros.<sup>26</sup> Nesse momento, as lojas do comércio fechavam as portas e pessoas de todas as classes sociais mais uma vez se integravam à celebração.

Silvania Maria Batista, em seu estudo sobre os aspectos religiosos e as tensões nas festas em homenagem a Santana, chama atenção para as contradições presentes em sua organização e execução na primeira metade do século passado. Afirma que os cargos mais prestigiosos da comissão de organização, como os de comissário para os grandes comerciantes, encontravam-se previamente definidos, uma vez que, “uma lavadeira ou um comerciante podia constar na lista da receita das Festas. Só que como os comissários gerenciavam as finanças dos festejos, eram responsáveis pelo destino do dinheiro arrecadado”.<sup>27</sup> A participação da população negra na Festa de Santana constituía-se através de práticas, rituais e costumes de sua tradição, que se davam a ver na presença de baianas na Lavagem, nos membros da Irmandade de São Benedito, o qual “era conduzido por negros e mestiços” na Procissão Solene, ou na condução desse cortejo por “Mães de Santo”.<sup>28</sup>

O carnaval feirense teve início em 1924, sendo celebrada como a festa da civilização que fazia frente ao entrudo, prática que, já havia algum tempo, estava em desuso na cidade. Contava com a participação de apenas uma agremiação carnavalesca e constituía-se de alguns “caminhões ornamentados” carregavam senhorinhas e familiares de “pessoas ilustres” da sociedade feirense.<sup>29</sup> A falta de apelo popular do carnaval realizado na cidade levaria Manoel

---

<sup>25</sup> Programa da Festa de Santana, 1945, apud Silvania Batista, **Conflitos e Comunhão na Festa da Padroeira**, p. 37.

<sup>26</sup> Rollie E. Poppino, **Feira de Santana**, pp. 277-278.

<sup>27</sup> Silvania Batista, **Conflitos e Comunhão na Festa da Padroeira**, p. 45.

<sup>28</sup> Adriana Teles, **Presença Negra na Festa de Santana**, pp. 66-67.

<sup>29</sup> Helder Alencar, **31 anos de Micareta**, Feira de Santana, s. ed., 1968. Rollie Poppino, parece que por não fazer a diferenciação entre entrudo e carnaval, afirma que somente em 1925 este passou a ser anual em Feira. **Feira de Santana**, p. 288. Em relação às tentativas de intelectuais e literatos, desde o final do século XIX, de “civilizar” práticas carnavalescas como o entrudo e os cordões, e tentar impor como modelo a ser seguido o carnaval de Veneza, dos salões e das grandes sociedades, ver Leonardo Pereira, **O carnaval das Letras**, Editora da

Fausto dos Santos exagerar que até 1929, de tão decepcionante, “a festa simplesmente não existia”.<sup>30</sup> Ao longo dos anos, o festejo ganhou a adesão de outros grupos carnavalescos, mas ainda detinha uma característica bastante elitizada, não atraindo um grande número de pessoas. O ano de 1929, com a fundação do cordão das Melindrosas, marcou uma virada no caráter da festa, que passou a ter maior participação popular. Nos dois anos seguintes, o carnaval ganhou maior destaque na imprensa local, gozando de um grande espaço onde eram feitos os relatos da festa, que eram precedidos, desde finais do ano anterior, de anúncios sobre as festividades e os trabalhos da comissão organizadora, da qual participavam inclusive importantes políticos locais.<sup>31</sup>

Não obstante os esforços dos organizadores e o brilho dos cordões que se acrescentavam à festa momesca, o carnaval feirense não conseguia fazer frente ao da capital do estado da Bahia. O incremento da estrada “Bahia-Feira”, como era chamada a rodovia que ligava Feira de Santana a Salvador, e o aumento crescente do número de automóveis na cidade, tornavam cada vez mais difícil a concorrência com a festa da capital. Os comerciantes locais viam, a cada ano, um número maior de pessoas migrarem para Salvador a fim de participarem de seu carnaval que lhes oferecia mais atrativos e com elas viam migrar também os lucros que poderiam usufruir desse momento festivo.<sup>32</sup>

Tais interesses econômicos seria o pano de fundo da transferência da festa momesca para o mês de abril, que teria como justificativa as fortes chuvas que caíam sobre a cidade no mês de fevereiro e ofuscavam o brilho da festa.<sup>33</sup> Tinha início, assim, a Micareta, que chegou a chamar-se “Mi-carême” no seu primeiro ano e quase passou a ser denominada de “Páscoa Carnavalesca”, por conta da proposta derrotada do professor Antonio Garcia, redator da Folha do Norte, que queria fazer frente aos “francesismos”.<sup>34</sup> Sua primeira edição, em 1937, contou com a participação do clube Cruz Vermelha, campeão da capital no mesmo ano, e trouxe como novidade local o clube Flor do Carnaval. Esse último clube que se consagrou como o campeão daquele ano, apresentou grandes carros alegóricos, dentre os quais se destacaram,

---

Unicamp, 2004. Ver também Maria Clementina P. Cunha (org.), **Carnavais e outras f(r)estas**. Editora da Unicamp, 2002.

<sup>30</sup> Depoimento de Manoel Fausto dos Santos para a Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987.

<sup>31</sup> Ver Jornais Folha do Norte de 1929 a 1933.

<sup>32</sup> O crescimento do tráfego na estrada Bahia-Feira corresponderia ao aumento de acidentes automobilísticos. Somente em 1932, em três acidentes somaram-se cinco vítimas fatais. Ver as edições do Jornal Folha do Norte de 1932. Segundo Poppino, em 1930 estavam registrados no município 42 carros e “em 1950, Feira de Santana jactava-se de possuir 175 automóveis, 17 ônibus, uma ambulância, 33 vagões na estação e 348 caminhões”. **Feira de Santana**, p. 215.

<sup>33</sup> Jornal Folha do Norte, 30/04/1938.

<sup>34</sup> Helder Alencar, **31 anos de Micareta**, pp. 32-37. Revista Panorama da Bahia. “Uma festa de 50 anos”, 20/04/1987, p. 12.



como grande novidade, “uma parelha de cavalos com as patas dianteiras levantadas, outro com um enorme elefante guarnecido por guerreiros, outro com um camelo e um cheio de baianas, as quais rodavam à medida que o carro se movia”.<sup>35</sup>

O surgimento desse novo festejo, em 1937, também não se deu sem tensões e algumas delas tinham como protagonistas o cordão das Melindrosas e o novo clube Flor do Carnaval. Segundo Manoel Fausto dos Santos, o principal motivo para a fundação desse novo cordão foi uma desavença ocorrida entre ele e um outro fundador do clube, o João Bojo. O Flor do Carnaval surgiria como uma dissidência das Melindrosas.<sup>36</sup>

A Festa de Santana, o Carnaval e a Micareta foram as principais e mais concorridas festas públicas do período em questão e em todas elas as Melindrosas marcaram presença. Delas, a que ainda se manteve viva nos dias atuais foi a Micareta. Além destas, outros festejos animavam Feira de Santana durante todo ano, como as festas juninas, os natais, os sábados de aleluia e festas em homenagem a vários santos, muitas delas animadas por filarmônicas e quermesses. Havia outros ritos religiosos que também misturavam festa e culto, como no caso das rezas e candomblés nos bairros periféricos, espaços de lazer que promoviam diversas sociabilidades e tensões para os vários sujeitos que delas participavam.

## 1.2. As melindrosas lavadeiras do Tanque da Nação

Em fevereiro de 1929, o jornal Folha do Norte anunciava: “O Tríduo Oficial da Alegria – O que vae ser o Carnaval de 1929 na Feira”.<sup>37</sup> A matéria divulgou a programação da festa, organizada sob “os esforços da Comissão coroados por brilhante êxito”, que contaria com a animação dos “caminhões ornamentados”, “cordões”, “blocos”, “charangas” e “outros grupos”, e destacava os prêmios que seriam distribuídos naquele ano. Na programação do “domingo gordo”, sem muito destaque, entre aqueles grupos que “desfilarão depois”, como a *Lyra Ideal* e *Melodia*, os cordões *Sonho Ideal* e das *Bailarinas* e os blocos dos *Mandús* e *Primavera*, foi anunciado o cordão das *Melindrosas*, que pela primeira vez se apresentaria na festa momesca da cidade.

---

<sup>35</sup> Antonio do Lajedinho, **A Feira na década de 1930 (memórias)**, Feira de Santana, s. ed., 2004, p. 51.

<sup>36</sup> Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987, pp. 12-13. Ao que parece João Bojo, que até então era diretor das Melindrosas, levou para o novo cordão sua experiência de fugurinista e parece ter arrastado consigo muitos dos adeptos das Melindrosas, pois, possivelmente por isso, o Flor do Carnaval apareceu mais de quarenta anos depois entre os “grupos carnavalescos” organizados por lavadeiras, na pesquisa realizada por Regina Suely Portugal com base nos depoimentos destas. Cf.: **As lavadeiras: Tanque da Nação**, Folheto, Feira de Santana, UEFS, 1979.

<sup>37</sup> Jornal Folha do Norte, 09/02/1929.

Chegado o domingo, contudo, logo cedo, algo parecia esmorecer, ao “atentar os foliões”. Eram os trovões e a chuva de um céu “invejoso da pressentida folgança que se ia estabelecer cá embaixo” – “a atmosphaera, requintando em suas costumadas pirraças, fazia carantonhas aos carêtas”. Mas os pierrôs e colombinas, ao invocarem a intervenção de Momo, conseguiram que ventos fortes espalhassem as nuvens e “apenas alguns borrifos, grossos pingos d’água, desceram à terra, quiçá lágrimas de despeito ou de desespero da vingança impotente”.<sup>38</sup>

Afastado, assim, o susto da chuva, o carnaval daquele ano “excedeu a expectativa geral”. Esse era o “conceito synthetico” relativo à festa, a contar pelo que ainda se ouvia, uma semana depois, “nas rodas palestrantes”. E o cordão das “Melindrosas” foi fundamental para garantir o sucesso do “Tríduo da Alegria” celebrado pela cidade aquele ano. Logo considerado numeroso e bem ensaiado, esse grupo alcançou o prêmio máximo de sua categoria em seu ano de estréia:

“Os prêmios e seus detentores”

O selecto jury nomeado pela Comissão do Carnaval houve por bem conferir o 1º prêmio [de melhor carro] ao carro *Bonecas Futuristas*, o 2º prêmio [de melhor cordão] ao *Cordão das Melindrosas* e o 3º [de melhor máscara] ao espirituoso máscara que encarnava um *Jeca*.<sup>39</sup>

Naquela edição que trazia o resumo da festa, o jornal Folha do Norte deu então algum destaque àquele cordão carnavalesco: “Os blocos da *Primavera*, dos *Mandús*, e outros de máscaras diversas antecedião os bem ensaiados *cordões* das *Melindrosas*, assaz numeroso...”.<sup>40</sup> No final do mesmo ano, algumas matérias informaram que o “Club das Melindrosas” estava “em franca atividade”,<sup>41</sup> envidando “esforços no intuito de alcançar excellente collocação no certame carnavalesco do anno próximo vindouro”.<sup>42</sup> Ele ganhou espaço crescente nas notícias dos carnavais, sendo anunciado entre as atrações mais esperadas e sempre como destaque nas resenhas das festas de Momo.

#### **Está Chegando a Hora [do Carnaval] (...)**

##### **O Cordão das Melindrosas**

Nos arraiaes das “Melindrosas” seus adeptos prosseguem os preparativos para brilhante exibição do pessoal carnavalesco premiado em 1º lugar no anno passado.

Ao que nos consta, seu préstito será brilhante. Novos bailados e bonitos cantos.<sup>43</sup>

<sup>38</sup> Jornal Folha do Norte, 16/02/1929.

<sup>39</sup> Jornal Folha do Norte, 16/02/1929.

<sup>40</sup> Jornal Folha do Norte, 16/02/1929.

<sup>41</sup> Jornal Folha do Norte, 30/11/1929.

<sup>42</sup> Jornal Folha do Norte, 23/11/1929.

<sup>43</sup> Jornal Folha do Norte, 15/02/1930.

O trabalho conjunto de entusiasmados adeptos nos arraiais, ou subúrbios, onde se organizavam o cordão teve como um de seus resultados a repercussão na mídia local. Parte desse destaque que as Melindrosas e outros cordões ganharam nas páginas da Folha do Norte, ao longo da década de 1930, respondia também a algumas das inovações por eles promovidas. Levavam às ruas da cidade durante o carnaval grupos muito numerosos, com figurinos e alegorias exuberantes e padronizadas, conseguindo mobilizar um grande número de pessoas de diferentes classes sociais, sobretudo das subalternas, que se espremiavam ao lado dos cordões, acompanhando-os durante todo o cortejo. A multidão acabava por dificultar a evolução do desfile e a assistência daqueles que esperavam à calçada: “Em contrário do apelo feito aos adeptos dos cordões, estes desfilaram sempre emparedados por magotes de curiosos que impediam que fossem os préstitos devidamente apreciados em conjunto”.<sup>44</sup>

A partir de 1929, acrescentou-se, assim, ao caráter civilizador do carnaval em Feira de Santana – que, fazia algum tempo, vinha sendo cultivado juntamente com o combate ao entrudo – o aspecto popular, indispensável na efetivação de seu papel educador: “A festa civilizadora e, por sua essência mesma, popular empolga a atenção da colectividade, tornando-se o assumpto predilecto das rodas palestrantes”.<sup>45</sup> Sob essa perspectiva, em 1931, considerava-se que esse caráter já havia se consolidado: “O carnaval já está radicado em nossos costumes de povo civilizado”.<sup>46</sup> O carnaval mostrava-se como instrumento pedagógico, pousando aí parte do interesse de importantes representantes das elites políticas, econômicas e intelectuais da cidade em prestigiar e mesmo participar da festa.<sup>47</sup> Eles estavam presentes doando fundos para a ornamentação, apresentando-se em seus enfeitados carros particulares, compondo a Comissão organizadora dos festejos ou do *jury* que escolhia os vencedores da festa, ou ainda patrocinando os prêmios.

A relação de integrantes das classes dominantes locais com os grupos carnavalescos de caráter popular que realizavam o carnaval, todavia, não se encerrava ao final do Tríduo Oficial da Alegria. Os cordões premiados geralmente eram convidados a visitarem a casa de importantes comerciantes ou pecuaristas locais. Em 1931, por exemplo, as Melindrosas foram recepcionadas por um membro de uma importante família pecuarista, o filho do ex-intendente municipal (1916-1919) coronel Agostinho Fróes da Mota:

---

<sup>44</sup> Jornal Folha do Norte, 21/02/1931.

<sup>45</sup> Jornal Folha do Norte, 30/11/1929.

<sup>46</sup> Jornal Folha do Norte, 21/02/1931.

<sup>47</sup> Sobre a intenção civilizadora do Carnaval pretendido pelas elites ver: Maria Clementina P. Cunha, **Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**, São Paulo, Companhia das Letras, 2001; Leonardo Pereira, **O carnaval das Letras**, Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

A convite do Pharm. Arthur Fróes da Motta o sympatizante do Clube Carnavalesco “*Melindrosas*” visitou na terça feira gorda o seu palacete onde foi recebido pela família do mesmo com grande alegria. As “*Melindrosas*” foram muito aplaudidas pella beleza de seus cantos e danças, a família Arthur Fróes serviu doces e bebidas finas, distribuindo gentilezas a todos que se achavam presentes.<sup>48</sup>

Um outro episódio dava mais uma mostra da relação do cordão das *Melindrosas* com membros de famílias distintas da cidade. Esses encontravam nos festivais e bailes por ele promovidos uma importante alternativa de lazer, numa cidade em que tinha poucos espaços destinados para esse fim.

#### **Uma prisão injustificável**

(...)

Por questões de somenos importância puzeram-se a discutir, a noite, à porta do cine-thetro Sant’Anna, quando ali se passava um espetáculo em benefício do cordão carnavalesco “As *Melindrosas*”, alguns collegiaes, rapazinhos pertencentes a conhecidas famílias da terra e que haviam assumido atitude de hostilidade contra um jovem também pertencente à distincta família que ora se acha em veraneio nesta cidade (...).<sup>49</sup>

A matéria segue julgando como indevida a prisão efetuada pelo tenente delegado que, “passando na ocasião, prende o moço de fora”, o que em nada contribuía com a boa imagem da cidade. Além de evidenciar a posição de classe, em nada imparcial, do semanário que assumia como sua a missão de construir uma nova civilidade feirense, implementando uma campanha contra todo tipo de “ignorância” e “desordem”, essa notícia informa sobre mais um momento de relação entre o cordão das *Melindrosas* e os membros das classes dominantes locais.<sup>50</sup> Eles aparecem, nos jornais, principalmente nos festivais promovidos pelo cordão para angariar recursos. Sob esse prisma, a relação com a classe dominante para os membros do cordão, ou de forma mais específica para sua diretoria, significava uma estratégia que garantia sua manutenção e o seu sucesso a cada ano no préstito carnavalesco. Composto por trabalhadores pobres, como as lavadeiras, a maioria de seus membros não teria como arcarem sozinhos com o alto investimento para a produção de seu préstito, que se constituía numa das garantias do brilhantismo do cordão, ano após ano. O desfile do ano de 1931, por exemplo, mostrou-se bastante custoso em função dos efeitos utilizados nas alegorias no “derradeiro dia de Momo”, quando voltaram às ruas durante a noite:

As *Melindrosas* apareceram depois, com os mesmos uniformes seccionados, segundo os respectivos matizes, desfilando entre arcadas ornamentais providas de lâmpadas electricas que, a noite, eram postas em contacto com as ligações das casas defronte das quaes faziam

---

<sup>48</sup> Jornal Folha do Norte, 28/02/1931.

<sup>49</sup> Jornal Folha do Norte, 28/02/1931.

<sup>50</sup> Sobre a vinculação do Jornal Folha do Norte à elite feirense e seu objetivo civilizador, ver Clóvis Frederico Oliveira, **De empório à Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**, Mestrado, Salvador, UFBA, 2000.

paradas, iluminando destarte o préstito e aumentando o efeito dos trajos de suas figurantes.<sup>51</sup>

O “C. C. Melindrosas” não resumia, assim, suas atividades aos preparativos e desfiles anuais no carnaval. Outras festas, como o “Baile do Perfume”, realizado no último domingo do mês de maio de 1931 em sua “sede social”, na Rua da Misericórdia,<sup>52</sup> quermesses e passeios recreativos a outras cidades ou distritos, como ao distrito de Bonfim da Feira, em dezembro do mesmo ano, animavam os adeptos do cordão, mantendo-o em plena atividade durante todo o ano.

Na Semana Santa, mais precisamente nos Sábados de Aleluia, o cordão organizava um “grande festival” para angariar fundos, realizado na Praça de Sant’Anna, próximo à Igreja Matriz. A festa era cercada de muita expectativa, sendo anunciada com mais de um mês de antecedência, logo após o carnaval, e merecendo novas chamadas constantemente nas páginas do jornal. Marcava o final de um jejum de quarenta dias sem festas. Geralmente constava de “kermesse, leilão e divertimentos outros interessantes, havendo também um excelente serviço de *buffê*” e era animada por uma das filarmônicas da cidade. Nela, muitas vezes, era esperada a presença de pessoas “ilustres” da cidade, sendo que, em 1931, o festival foi “dedicado as famílias feirenses, representadas pelas Exmas. Sras. dd. Francellina Carneiro Motta, Palmyra de Freitas Guimarães, Adnil da Costa Falcão, Adalgiza Motta, Virgilia Assis, professoras Leolinda B. de Melllo Lima, e Edith Victoria, Alexandrina Carneiro, Maria Carneiro da Silva e Laura Suzart Carneiro”, a maioria delas esposas ou parentes de líderes políticos, grandes comerciantes ou pecuaristas.<sup>53</sup> Um dos principais atrativos era a queima de Judas, que acontecia em vários bairros da cidade e era o ponto alto do fim da quaresma, como descreve Antonio do Lajedinho ao relembrar as comemorações da Semana Santa na cidade:

No sábado a missa começava às 8 horas e se prolongava até o momento que o padre celebrante fingia procurar a palavra e de repente gritava ALELUIA. Naquele momento os sinos repicavam e logo os foguetes enchiam a Cidade de alegria com o coro da criançada a bater em latas velhas, panelas e todo o barulho que pudessem fazer. Os marchantes matavam bois, o comércio reabria suas portas e os preparativos para a tradicional queima do Judas. À tarde muitos Judas desfilavam pelas ruas, sempre montando em um jegue, cada cortejo anunciando e convidando o povo para o bairro onde seria queimado. *O mais concorrido e mais recheado de fogos era o das Melindrosas, queimado no ABC.*<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> Jornal Folha do Norte, 21/02/1931.

<sup>52</sup> A Rua da Misericórdia, que recebia esse nome por nela está situada a Santa Casa de Misericórdia, localizava-se próximo ao Tanque da Nação, constituindo um dos limites geográficos daquele bairro, que levava o mesmo nome desta fonte de água.

<sup>53</sup> Jornal Folha do Norte, 21/02/1931.

<sup>54</sup> Antonio do Lajedinho, **A Feira na década de 30 (Memórias)**, Feira de Santana, [s.e.], 2004, pp. 79-80 (grifos nossos).

O Cordão também integrava os festejos em homenagem à Excelsa Padroeira da cidade, Senhora Sant'Anna, em janeiro. Geralmente eram anunciados, desde 1931, entre os grupos que faziam o Pregão, ou o Bando Anunciador, que saía às ruas com um mês de antecedência anunciando a proximidade da festa da padroeira. Em 1937, o cordão figuraria entre os fundadores da Micareta na cidade, da qual participaria, pelo menos, até 1952, quando o bloco desintegrou-se, alegando dificuldades financeiras.

### 1.2.1. Sob o olhar da imprensa

O Jornal Folha do Norte e, em alguma medida, o Folha da Feira, pautaram constantemente as atividades do cordão das Melindrosas entre as notícias das festas locais.<sup>55</sup> Contudo, poucas vezes informaram algo sobre o perfil social de seus componentes. Existia nos seus noticiários uma omissão sobre tal aspecto, que pode ser lida como uma tentativa de invisibilizar os reais agentes que constituíam e davam vida a um grupo “tão numeroso”, “organizado” e “celebrado” na cidade, sobre o qual, na década de 1940, podia-se afirmar: “as Melindrosas já viraram uma instituição feirense”.<sup>56</sup>

Tal omissão alinhava-se ao projeto ideológico em que estava empenhada a imprensa local: o de colaborar na construção de uma cidade – ainda que no plano do imaginário – letrada, disciplinada e moderna; enfim, buscava-se afirmar Feira de Santana como uma cidade civilizada.<sup>57</sup> O reconhecimento de trabalhadores negros como promotores dessa civilidade certamente não fazia parte desse ideal; mas, de modo contrário, os elementos culturais desses grupos eram geralmente estereotipados. Como evidenciou Clóvis Frederico Oliveira, a denúncia constante nos jornais de praticantes de candomblé e o relato da prisão de “feiticeiros” revelava “a intenção dos poderes públicos em reprimir os comportamentos oriundos da religiosidade de negros e descendentes”.<sup>58</sup> Assim, o esforço constante em relacionar esses e outros aspectos da experiência negra e da história africana a características de primitivismo e barbárie tinha como pano de fundo “um conflito maior na sociedade

---

<sup>55</sup> Os exemplares do Jornal Folha da Feira disponíveis no Arquivo do Museu Casa do Sertão encontram-se entre os anos de 1932 e 1935, numa série incompleta. Por isso, as reflexões aqui apresentadas referem-se, sobretudo, a análise do Jornal Folha do Norte. Todavia, a cobertura de notícias sobre o carnaval era realizada mais detidamente pelo Jornal Folha do Norte.

<sup>56</sup> Juarez Bahia, **Setembro na Feira**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 38. Essa afirmação é feita por Xandó Boaventura, um dos personagens centrais desse romance que se enreda em Feira de Santana da década de 1940.

<sup>57</sup> Cf. Aldo José Moraes Silva, **Natureza Sã, Civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)**, Mestrado, Salvador, UFBA, 2000. Ver sobretudo o Capítulo 4.

<sup>58</sup> Clóvis Frederico R. M. Oliveira, **De Empório a Princesa do Sertão**, p. 37.

feirense em torno de formas de estabelecer mecanismos de dominação numa cidade onde houve uma significativa mudança no perfil demográfico com um aumento sensível do percentual de negros e mestiços no conjunto da população.”<sup>59</sup> Na crônica intitulada “O Tríduo da Folia”, de 1942, pode-se depreender como alguns desses aspectos eram tratados quando se referiam às manifestações carnavalescas:

Prometem muitos brilhos e extraordinária animação os folguedos carnavalescos projetados para o dia do Quasímodo (e Pascoéla) e as 48 horas imediatamente 13 e 14 deste mês. O concurso para Rainha e Princesas da chamada Micarême que era, aliás coisa, diferente, outrora, na Cidade-Luz, prossegue em franco progresso, como se evidencia dos resultados diários da eleição que se intensifica cada dia e são anunciados pelo Jornal Radiofônico da Casa da Louça. “Melindrosas” e “Garotas em Folia”, mais uma vez, exibir-se-ão garridamente na engalanada e fervilhante Avenida da Alegria, esmelhando e fraternizando também com os dois luzidos “cordões do Riachão de Jacuípe” e além do interessante bloco local “Nêga do Cabelo Duro”, *três batucadas (informam-nos) estão ensaiando seus originais toques bárbaros, em que as rausizonas cuícas, se casam os récos-récos, canzãs (sic), agogôs e outros instrumentos africanos.*<sup>60</sup>

A civilização almejada calcava-se, assim, na desqualificação das manifestações populares e negras em particular. Como se viu no excerto acima, as batucadas, grupos declaradamente de ascendência africana, tinham sua produção musical (des)qualificada de “toques bárbaros”. Esse relato reflete uma postura comum do referido Jornal. Geralmente os negros aparecem em suas páginas como agentes de promoção da “barbárie” e da “desordem” na sociedade local, sempre envolvidos em brigas ou presos por roubos, charlatanismo, embriaguez e todo tipo de desarranjo. Na maior parte das vezes em que se noticia a ação de “ladrões”, “gatunos”, “larápios”, “amigos da coisa alheia”, “feiticeiros”, “charlatões”, “embriagados”, “malfeitores”, “assassinos” e tantos outros promotores da desordem pública e criminosos, essas insígnias estavam associadas à marca da pele, que condenava tais sujeitos e parecia justificar as “ações desviadas” desses indivíduos “de cor preta”, como quase que invariavelmente aparecia nos jornais.<sup>61</sup> Assim, quando era identificada a cor das mulheres e dos homens negros nos jornais – geralmente como “preta” – eles estavam cometendo algum crime ou envolvidos em alguma confusão.<sup>62</sup> Dificilmente a cor era revelada quando estavam promovendo qualquer ação que contribuísse para o tão almejado progresso local, como

---

<sup>59</sup> Clóvis Frederico R. M. Oliveira, **De Empório a Princesa do Sertão**, p. 35.

<sup>60</sup> Jornal Folha do Norte, 04/04/1942 (grifos nossos).

<sup>61</sup> Também encontrou-se outras atribuições baseadas na cor da pele, como “cabloco” e “mulato”, que apareceram com menos frequência.

<sup>62</sup> Karine Teixeira Damasceno identificou esse padrão ao pesquisar a presença da população negra no Jornal Folha do Norte em um período anterior: Cf. “‘Larapio’, ‘Gatuno’... A imagem do negro na Imprensa Feirense (1910-1915)”, **II Encontro Estadual de História**, Painel, Feira de Santana, ANPUH-BA, julho de 2004.

poderiam ser consideradas as atividades dos cordões carnavalescos dos subúrbios da cidade, como as Melindrosas e aqueles outros compostos majoritariamente por trabalhadores negros.

Desse modo, fazia parte do empenho em criar a imagem de Feira de Santana como uma cidade ordenada e civilizada a intenção de clareá-la, ou melhor, silenciar sobre seu contingente populacional majoritário de indivíduos negros ou de ascendência africana.<sup>63</sup> O cordão das Melindrosas e os blocos Garotas em Folia e, pelo que sugere seu nome, o Nêga do Cabelo Duro – citados na matéria transcrita acima – eram compostos majoritariamente por trabalhadoras negras, estando portanto inseridos na parcela da população que buscava ser invisibilizada pela imprensa. O silêncio sobre a composição social e o perfil racial e de gênero dos integrantes das Melindrosas pode ser entendido sob essa perspectiva. Geralmente o jornal não informava de maneira direta a cor de seus integrantes, sua profissão ou o bairro de onde partia a maioria deles.

As Melindrosas chamaram atenção durante o carnaval, com seu préstito geralmente avaliado como “exuberante” e “bem ensaiado” pelos cronistas da Folha do Norte. Também foram consideradas “constantes”, ao longo dos anos, por participarem de diversas festividades públicas e animarem a cidade no decorrer de todo o ano, oferecendo-lhe várias atividades culturais e de lazer, como os bailes, as quermesses e os passeios. Os membros desse grupo que ajudou a transformar o carnaval feirense em uma festa “popular” e mesmo “civilizada”, vistos através das notícias da imprensa local, contudo, pareciam não terem cara, nem cor – ao contrário daqueles negros que, em quase todas as edições, apareciam como criminosos ou bárbaros. Do mesmo modo, pouco se refere aos seus componentes de um modo geral, sendo suas atividades geralmente atribuídas à sua direção, que era composta por homens. Somente de forma breve, pode-se entrever o protagonismo das mulheres nas atividades do Cordão noticiadas pelo jornal, como se ver a seguir:

Aproximam-se os dias e a Micareta está prometendo mesmo... (...)  
As Melindrosas vão se apresentar daquele jeito! Cada melindrosa do céu que vai ser um Maná! É Melindrosa pra ali, melindrosa para acolá e em toda parte a Melindrosa estará abafante. *Cada morena com suas saias repolhudas que vai ser um sucesso! É negro perdendo a cabeça!*<sup>64</sup>

Em alguns momentos, aparecia alguma informação que deixava ver algo do perfil dos integrantes do cordão. Como se infere do trecho do Jornal Folha do Norte acima, as Melindrosas eram “morenas” que faziam sucesso, e faziam também “negro” perder a cabeça;

---

<sup>63</sup> **Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940), Série regional, Bahia**, Parte XII, Rio de Janeiro, 1950, apud, Poppino, **Feira de Santana**, p. 248.

<sup>64</sup> Jornal Folha do Norte, 16/04/1938 (grifos nossos).



o que endossa a informação de que as Melindrosas era um cordão composto, em sua maioria, por mulheres pobres, trabalhadoras e suas filhas que residiam em um bairro composto majoritariamente por negros – o Tanque da Nação. E, ao que se mostra, assim como suas componentes, a maioria de seus seguidores “curiosos”, que se emparedavam ao lado do cordão durante o cortejo, eram negros, que perdiam a cabeça ao ver tantas “morenas” “bem vestidas”, que encantavam pela “beleza de seus cantos e danças”.

Todavia, a postura assumida pelo jornal não era apenas de omissão com relação à composição social do cordão ou de simples relato imparcial de seus desfiles e atividades. De algum modo, o Jornal Folha do Norte deixava ver quem eram as Melindrosas e da mesma forma que as exaltavam com os entusiasmados relatos de seus desfiles no carnaval e demais festividades locais, em outras circunstâncias, o semanário assumia posições que o distanciava de compromissos com os interesses da parcela da população à qual elas integravam. Na matéria que segue, publicada em 1932 sob o título de “A questão do voto feminino”, por exemplo, o Jornal revelava seu vínculo à visão das classes dominantes locais, posicionando-se contrariamente à possibilidade da conquista de direitos por parte dos grupos subalternizados em um importante debate nacional da época:

Estando em foco a declaração do sr. Baptista Luzardo sobre o voto feminino, o “Diário da Noite” entrevistou sobre o assumpto a sra. doutora Ormindia Bastos, que é considerada a *leader* do feminismo na capital do paiz.

Entre outras coisas, a entrevistada declarou:

“De um modo geral sou relutantemente contrária ao senso baixo do suffragio universal, como temos, outorgando a lei à massa popular o direito de intervir na vida da República.

A seleção do eleitorado é o problema a que a chamada Republica nova tem o dever de acudir.

Um dos mais altos espíritos brasileiros fixou o axioma de nossa posição no mundo e de nosso destino: – *ou progredimos ou desaparecemos*.

Parece-me que a tradução do axioma pode resumir-se nestas palavras “ou nos desagregamos”.

Dar o direito do voto a uma “melindrosa” sem cultura pelo simples facto de ser mulher é um erro igual ao de concedê-lo ao tabaréo almofadinha nas mesmas condições.

Neste assumpto a questão do sexo é inteiramente fóra de propósito.

Consultem-se antes tantos eleitores quantas eleitoras que tenham instrução e o senso das responsabilidades que lhe dão o patrimônio commum na administração, riqueza e trabalho”.<sup>65</sup>

Essa matéria, reproduzida e editada do periódico carioca “Diário da Noite” pelo Jornal Folha do Norte, poderia ser interpretada pelo leitor do semanário local, tão habituado às notícias recorrentes do cordão carnavalesco bastante celebrado na cidade, como um recado endereçado às Melindrosas feirenses e a toda a “massa popular” de que faziam parte. Por meio dela, o Jornal lembrava-lhes o lugar ao qual pertenciam dentro da hierarquia social

---

<sup>65</sup> Jornal Folha do Norte, 21/03/1931.

feirense, e os limites de poder aos quais estavam submetidas. Podiam brincar e serem exaltados durante o carnaval, mas quando se tratasse de coisas sérias, de disputa de poder e conquista de direitos, como o voto universal, as Melindrosas e a massa popular deviam permanecer no lugar subalterno que vinham ocupando ao longo do tempo, na base da pirâmide social, mantendo-se distantes, nos subúrbios onde moravam, e deixando tais questões para os “instruídos” e “responsáveis” cidadãos da cidade. Esse texto parece ter sido o primeiro texto de uma feminista adepta à campanha sufragista a ser reproduzido pelo Jornal. Percorrendo suas edições semanais, pelo menos a partir dos dois anos anteriores, esse artigo foi o primeiro a levar à opinião pública feirense “a questão do voto feminino”. E, sob a ótica que se apresenta, possivelmente não fora sem motivos que justamente esse artigo fizera-se imprescindível de ser reproduzido em suas páginas.

Distante do que afirmou o editorial do periódico local, a senhora doutora Orminda Bastos não era “a líder do movimento feminista na capital do país” e, provavelmente, estaria longe disto. Antes de alçá-la a tal posição, à sua frente havia outras líderes feministas, a exemplo de Bertha Lutz, Presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a qual já possuía, àquela altura, uma vasta produção publicada na imprensa sobre a importância do direito do voto para a emancipação feminina e que era bem mais conhecida em âmbito estadual e nacional.<sup>66</sup> Mais uma alternativa do jornal para o debate sobre o sufrágio feminino seria uma feminista “natural da cidade”, a senhora Edith Gama e Abreu, a qual três meses depois estaria integrando a delegação baiana rumo ao II Congresso Feminista, fazendo com que o Jornal se gabasse de que “a Feira quase monopoliza a delegação do feminismo bahiano, delegação que é considerada, com justiça, das mais nobres e brilhantes, entre as que constituirão o alludido certame”, em matéria intitulada: “Feira e o Feminismo – Das 4 representantes da Bahia no Congresso Feministas, 3 são feirenses”.<sup>67</sup> Entretanto, as idéias dessa nobre e brilhante feirense, que, no ano de 1931, fundou a Federação Baiana pelo Progresso Feminino e publicou mais de quinze artigos na imprensa da capital, não lograria de espaço nas páginas desse periódico.<sup>68</sup> Tampouco deveríamos presumir que o teor da campanha sufragista promovida por Edith Gama diferisse daquele presente nas afirmações de Orminda Bastos, transcritas pelo Jornal. O ideário feminista na Bahia da década de 1930, e mesmo de outras lideranças cariocas como Bertha Lutz, era caracterizado por um conservadorismo burguês e cristão, no qual baseavam seu ideal de mulher como mãe e

---

<sup>66</sup> Ver Rachel Soihet, **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher: 1919-1937**, Mestrado, Rio de Janeiro, UFF, 1974.

<sup>67</sup> Jornal Folha do Norte, 13/06/1931.

<sup>68</sup> Maria da Conceição P. Araújo, **Edith Mendes da Gama e Abreu: biografia**.

esposa, e também fazia da crença no progresso e na civilização, pela educação e pela paz, uma de suas principais bandeiras.<sup>69</sup>

Logo, não fora somente pelo viés conservador de seu discurso – aliás, compartilhado pela maioria das sufragistas cariocas – ou, muito menos, por seu papel singular frente ao movimento feminista nacional que o texto de Orminda Bastos foi escolhido para ser reproduzido na imprensa local. Parece bem provável que, o que levou o Jornal à escolha de tal texto foi o fato de que em nenhum dos textos aos quais tinham acesso o termo “melindrosa” – e mesmo “almofadinha” – era utilizado como metáfora de mulheres “sem cultura”, às quais deveria ser cerceado o direito ao voto. O texto de Orminda Bastos, nessa perspectiva, assumia um significado específico na realidade feirense. Dava resposta aos anseios e temores de uma elite local conservadora que estava cercada de negros e pobres por todos os lados, e da constante ameaça de desordem ou convulsão social latente nessa “massa popular”, que de posse do direito do voto, poderia levar a República à desagregação. Através do discurso de Orminda, o Jornal Folha do Norte, importante agente do progresso local, representando visões das elites políticas, econômicas e intelectuais da cidade, enviava um recado àquelas Melindrosas feirenses – e a toda massa de populares que as seguiam em seus defiles – que ousavam, “com prazer e alegria”, sair às ruas anualmente como “mensageiras da folia e do amor”.<sup>70</sup>

### 1.2.2. Acerca da “melindrosa”

O texto de Orminda Bastos remete ainda à questão dos significados possíveis, dados pelos contemporâneos, para a palavra “melindrosa”, que ali aparece associada à idéia de mulher “sem cultura”, ou seja, iletrada – situação à que estava submetida a maioria absoluta das mulheres trabalhadoras no período. No artigo “A questão do voto feminino”, de 1931, a ela foi vinculada a imagem de seu par do sexo oposto: o “tabaréu almofadinha”, que também acumulava os atributos de trabalhador, sem instrução ou “senso de responsabilidades” e, portanto, sem o direito a compartilhar do “patrimônio comum na administração, riqueza e trabalho”.<sup>71</sup>

O sagaz e satírico cronista e literato Lima Barreto, a partir da capital da República, em 1919, ofereceu alguns dos significados possíveis para esse nome e mesmo apontou para a

---

<sup>69</sup> Maria Amélia Almeida, “O ideário feminista na Bahia nos anos 30”, *História*, São Paulo, 12, 1993, pp. 63-83.

<sup>70</sup> Trechos adaptados ao meu texto da primeira marchinha das Melindrosas. Cf. Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987, p. 13.

<sup>71</sup> Orminda Bastos, “A questão do voto feminino”, in: Jornal Folha do Norte, 21/03/1931.

abrangência de sua circulação em âmbito nacional. Atestando a presença já comum dos “almofadinhas”, “melindrosas” e “entupidinhas” nas movimentadas Avenida e Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, o cronista satirizava “o desvelo que têm em tratar dessas coisas de vestuário das moças” em suas crônicas, seus contemporâneos astetas de cinema. Recordando de outras modas femininas de “quando menino”, Lima Barreto lembrava que elas sempre causaram espantos e desavenças, mesmo quando cobriam todo o corpo da mulher. Às vésperas dos anos de 1920, vieram as “melindrosas” e, como em tantas outras “norteações da alma feminina”, “todos teimaram em encontrar nesses vestuários das damas provas de impudicícia, de despudor e outras coisas correlatas”. O autor seguia então ironizando e informando sobre as diferentes leituras acerca de tais trajes, leituras que podiam ter muitas vezes a conivência dos críticos, pois que eram asseveradas quando as mulheres das camadas média e alta ousavam exibir tais modas pelas ruas: “Eu não sei quando eles [os astetas de cinema que se dedicam com desvelo às crônicas de moda feminina] têm razão, se é quando estimam as mulheres ultra decotadas nos grandes bailes e teatros, ou se é quando acham isto indecente no meio da rua”.<sup>72</sup>

No tom provocativo que lhe era tão caro, a fim de solucionar tamanhas “discrepâncias e discordâncias”, ele, ironicamente, propunha a criação de uma “Comissão de Modas Femininas” no Parlamento Nacional, a qual avaliaria a opinião de “sacerdotes e sacerdotisas de todas as religiões, inclusive a de Vênus, estetas acadêmicos ou não, membros da Liga pela Moralidade, da Defesa Nacional e Nacionalista e, mais ainda, alguns negociantes de fazendas, fitas e bugigangas” e, apesar da sabida dificuldade, apresentaria uma solução, pois que dela dependia a “felicidade do país”. E conclui em tom satírico, apresentando mais elementos que permitem pensar a realidade das Melindrosas feirenses:

Tão momentoso assunto deve interessar deveras todos os bons brasileiros, por estar ele causando as mais terríveis inquietações ao povo de Minas, Goiás, Paraíba, inclusive Cascadura.

Tudo encarece e fica pela hora da morte; mas toda a nossa gente brasileira tem as vistas voltadas para as coisas do Rio, da Avenida; e é preciso atendê-la quanto antes.<sup>73</sup>

Seu tom irônico acrescentou um caráter analítico aos sentidos dados às inovações de comportamentos promovidas pela modernidade que invadia o Rio de Janeiro, espelho para o Brasil, e que algum tempo depois chegaria à cidade “Princesa do Sertão”, pelo menos no que diz respeito à moda das melindrosas, que passariam a desfilar nas passarelas do carnaval

---

<sup>72</sup> Lima Barreto, “Modas femininas e outras” (*Careta*, Rio, 13/09/1919), in: Lima Barreto. **Vida Urbana**. São Paulo, Brasiliense, 1961 (2ª edição), pp. 176-177.

<sup>73</sup> Lima Barreto, “Modas femininas e outras” (*Careta*, Rio, 13/09/1919), in: Lima Barreto, **Vida Urbana**.

feirense em 1929. Mesmo a Micareta, o carnaval fora de época inaugurado em terras feirenses em 1937, ainda marcaria uma influência dos francesismos tão caros à *Belle Époque* carioca e brasileira, que tinha na *Mi-carême* um de seus símbolos. Portanto, era mais verdade do que o próprio Lima Barreto imaginava: o Brasil, mesmo nos interiores do Norte, ou da Bahia especificamente, estava com os olhos voltados para a capital do país e seus estrangeirismos, transformando assuntos de moda e cinema em questões de prioridade nacional. Numa outra crônica que atesta a velocidade com que eram criados novos nomes e signos para as inovações do período, ele fala mais de alguns olhares sobre as melindrosas:

Ultimamente, com a criação de seções elegantes nos jornais, aparecem todos os meses novos qualificativos para as nossas elegantes. Já tivemos as “encantadoras”, já tivemos as “melindrosas”, agora temos as “vaporosas”. Não acho mal nenhum nisso, porquanto a língua se enriquece e todos nós nos divertimos com esse enriquecimento transitório. O que acho, porém, é que, às vezes, os termos são impróprios. *Encantadora, vá lá! Mas “melindrosa” para qualificar uma moça que não teme os perigos do cinema e os “leões” das esquinas...* *Julgo que essas moças não são nada “melindrosas”, elas são corajosas e ousadas. Por exemplo, eu, que sou um homem e muito pouco “melindroso”, não teria a coragem que elas têm. Contudo...* Agora inventaram as “vaporosas”. São as mesmas “melindrosas” que se rejuvenesceram com um nome novo. Se é pelo vestuário, seria muito melhor que fossem elas chamadas – transparentes.<sup>74</sup>

Lima Barreto evidencia que – ao contrário do que sugere num primeiro momento sua etimologia –, as melindrosas eram mulheres destemidas, “corajosas” e “ousadas”, posturas que naquele período passavam a ser franqueadas às moçoilas das classes média e alta, até então confinadas ao espaço do lar.<sup>75</sup> A ousadia, a coragem e o destemor, contudo, havia muito integrava o cotidiano de boa parte das mulheres trabalhadoras, sobretudo das negras, que eram as principais responsáveis por sua sobrevivência e de seus filhos, construindo, ou sendo forçadas a construir, uma autonomia dentro dos limites de sua opressão.<sup>76</sup> Nessa mesma ótica, em Feira de Santana, o cordão das Melindrosas, composto por lavadeiras do Tanque da Nação, impunham ao cenário do carnaval da cidade e, posteriormente, da Micarême, sob os novos signos da modernidade, elementos e valores que já se encontravam em sua experiência cotidiana, nas relações de trabalho ou de vizinhança, como a ousadia e o destemor, ou do costume de vestimentas leves, que muitas vezes foram lidas como despudoradas.

<sup>74</sup> Lima Barreto, “Vaporosas” (*Careta*, Rio, 13/09/1919), in: Lima Barreto, **Vida Urbana**, p. 184 (grifos nossos).

<sup>75</sup> Sobre esse aspecto ver, dentre outros, Marcia Maria da S. Barreiros Leite, **Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930**, Mestrado, Salvador, UFBa, 1997; Adriana Dantas Reis, **Cora: Lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX**, Salvador, CEB, 2000.

<sup>76</sup> Sobre a experiência das mulheres pobres e negras na Bahia ver: Alberto Heráclito Ferreira Filho, **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940**; Cecília M Soares, **Mulher Negra na Bahia do Século XIX**; Maria Aparecida P. Sanches, **Fogões, Pratos e Panelas: Poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador, 1900-1950**.

A caracterização que Lima Barreto apresentou das melindrosas como aquelas que usavam roupas “ultra decotadas” ou “transparentes”, além de enunciar despudor, estava relacionada ao novo estilo de vida moderno, que propunha, dentre outras coisas, vestimentas leves que permitissem agilidade para um mundo mais veloz. As roupas “da última moda”, mais acessíveis a grupos de diferentes estratos sociais devido ao barateamento promovido pela produção em série, seriam o principal alvo de “uma verdadeira febre de consumo da cidade [do Rio de Janeiro], toda ela voltada para a ‘novidade’”.<sup>77</sup> O impacto da entrada progressiva dos novos produtos e valores em um país ainda muito pouco modernizado, não só em sua infra-estrutura ou arquitetura, mas também em seus costumes, causaria uma variedade de leituras muitas vezes divergentes.<sup>78</sup>

A moda das melindrosas e de muitos outros tecidos e fazendas entraram no Brasil sob a pressão e influência das indústrias têxtil e cinematográfica francesas e americanas, que vieram juntamente com vários outros produtos como os farmacêuticos, os veículos automotores, utensílios eletrodomésticos, o telégrafo e a iluminação elétrica. O vestuário e o cinema, como alguns dos produtos mais acessíveis, cumpriram simultaneamente o papel de incrementar o mercado consumidor e afirmar a ideologia da modernização, pois “mais do que ser moderno, era preciso parecer moderno”. Sob essa perspectiva, encontrava-se o “embelezamento” das cidades, das pessoas e dos costumes, com o objetivo de torná-las mais civilizadas quanto possível. A moda das melindrosas e dos almofadinhas foi, assim, mais um signo daquela modernidade em construção que, a partir da capital do país, se dispersou com velocidades e matizes diferentes por todo o território nacional, sendo apropriada com peculiaridades regionais pelos diferentes grupos sociais.

Se, por um lado, a modernização econômica e cultural fazia-se fundamental naqueles tempos para concretização do ideal de nação europeizada, branca e civilizada desejada pelas elites nacionais, havia uma contradição que parecia indissolúvel para estes grupos: um contingente populacional de maioria negra, com sua origem africana, sua cor escura e seus costumes “bárbaros”. Uma herança da escravidão que custaria muito caro à implementação de seu projeto de modernidade de bases importadas. Esta parcela da população, por sua vez,

---

<sup>77</sup> Nicolau Sevcenko. **Literatura como missão**, pp. 28.

<sup>78</sup> A Revolução Científico-Tecnológica de finais do século XIX, ou Segunda Revolução Industrial, que acelerou e diversificou a capacidade produtiva das indústrias, lançou as potências européias e americana numa corrida rumo à matérias-primas e principalmente em busca de novos mercados consumidores no resto do mundo, dando impulso para a “consolidação da unidade global do mercado capitalista”. A transformação dos hábitos e modos de vida das sociedades “tradicionais”, ou não industriais, seria fundamental para expandir a prática de consumo dos novos produtos.. Ver Nicolau Sevcenko. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”, in: Nicolau Sevcenko (org.), **História da vida privada no Brasil, vol. 3**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 11-13.

também se apropriaria desse processo de integração ao mercado capitalista global e o vivenciaria, fazendo sua própria leitura e mesmo forçando-lhe alterações. Naquela conjuntura de afirmação da República, o sentimento democrático era experimentado também pelas classes trabalhadoras, por ex-escravizados e seus descendentes, que por sua vez exigiam “tratamento em termos de igualdade, tornando ainda mais confuso o estabelecimento de distinções e a afirmação de uma autoridade” pelos antigos caminhos conhecidos do antigo regime.<sup>79</sup> Fazendo frente à apropriação dos novos símbolos pelos negros e demais trabalhadores e à estranha sensação de “nivelamento” social e racial trazido pela modernidade, muitos dos signos da nova ordem teriam seus significados constantemente alterados, perdendo a positividade e ganhando uma carga pejorativa. Uma outra crônica da Capital republicana, de um severo crítico das “novidades adotadas pela juventude de classe média e alta das primeiras décadas do século, vistas aqui como elementos desagregadores de uma hierarquia social preestabelecida”, mostrava, em 1924, esse movimento dos sentidos:

Avistei sábado, no Catete, uma autêntica crioula carioca, vestida de tafetás com laçarotes de fitas na carapinha e trejeitos de melindrosa trepada no salto Luis XV.  
Não resisti e atirei-lhe às faces ruborizadas pelo carmim:  
— Adeus, *Gigolette* dos morenos...  
Ela ajeitou o busto como para repelir-me, e exclamou, numa expressão sincera:  
— Sai, despacho... *Gigolette* é baixo... *La Garçonne* do Catete sim, meu benzinho!  
E desapareceu, batendo com força os saltinhos na calçada.  
O Catete civiliza-se...<sup>80</sup>

Esta crônica de um evento da vida urbana carioca torna evidente a apropriação dos signos da modernidade por parte dos grupos sociais excluídos, especialmente a população negra, nos anos 20, ao tempo que demonstra como se operava a conseqüente transmutação de sentidos desses mesmos signos – sua depreciação – promovida pela classe dominante. Vale ressaltar, que, de outro modo, elementos da diáspora africana como o samba, o *jazz-band* afro-americano, a capoeira e alguns outros também vinham sendo apropriados pelos filhos da classe dominante. Como destacou Tiago de Melo Gomes, ao comentar sobre a perplexidade da classe dominante diante de tais apropriações, a “sensação de vertigem pode ser claramente medida nesse imbricamento de discursos sobre raça, classe, gênero e sexualidade, que buscava funcionar como estratégia de policiamento do comportamento de mulheres de classe

---

<sup>79</sup> Nicolau Sevcenko, **Literatura como missão**, p. 40.

<sup>80</sup> Álvaro Sodré. “*La Garçonne*” (**Fon-Fon**, 15/03/1924), in: Tiago de Melo Gomes, “Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920”, **Cadernos Pagu**, n. 23, jul.-dez., 2004, pp. 121-147.

média e alta, mas não deixa de estabelecer também os limites do aceitável para as mulheres pobres e/ou afro-brasileiras”.<sup>81</sup>

Ao que parece, em Feira de Santana, muitos desses signos da modernidade transitaram entre a classe dominante e os grupos subalternos, de maioria negra na cidade. A formação, em 1929, de um cordão carnavalesco composto em sua maioria por lavadeiras, ou melhor, por suas jovens filhas, de um bairro periférico da cidade que se autodenominou de “Melindrosas” mostra-se como uma das provas desse processo. Ou seja, nessa cidade também se faziam disputas em torno dos símbolos que expressariam experiências diferentes do fenômeno da modernidade a partir do lugar que cada um ocupava, naquelas mesmas perspectivas de raça, classe, gênero e sexualidade.

Assim como ao escolherem seu nome, os membros do cordão das Melindrosas, quando cantavam músicas com versos como “Não tenho medo, pois tenho ventilador” ou ainda, “Me deixe, me deixe/ Sou negro almofadinha”, ao tempo que afirmavam sua autonomia, o faziam apropriando-se de símbolos da nova ordem moderna que se tentava impor e que, mesmo de maneira desigual, eram colocados à disposição de indivíduos de todas as classes, raças e sexos. Esse movimento exigiria um esforço constante também por parte das elites feirenses no sentido de ressignificar os símbolos de seu poder e garantir sua hegemonia – inclusive cultural. Assim o fizeram ao publicar a matéria de Ormindia Bastos sobre o voto feminino e ao reafirmarem sua civilidade nas colunas sociais dos jornais contrapondo-se à barbárie do comportamento de desordeiros e criminosos, quase que invariavelmente negros.

### **1.2.3. O olhar de um rival**

Ainda em finais de 1929, era renunciada a disputa que tomaria corpo no próximo festejo momesco e o clube das Melindrosas, que havia tomado “parte saliente” naquele carnaval, envidava “esforços no intuito de alcançar excelente collocação no certame carnavalesco do anno próximo vindouro, apesar da séria competição de outros blocos e cordões em formação”.<sup>82</sup>

O grupo que veio a brilhar no ano seguinte, fazendo frente às Melindrosas, foi o cordão Filhos do Sol. Alcançando a primeira colocação entre os seus congêneres, o mais novo e celebrado clube carnavalesco da cidade parecia fazer jus a seu nome em seu ano de estréia,

---

<sup>81</sup> Tiago de Melo Gomes, “Massais, mulatas, meretrizes”, p. 146.

<sup>82</sup> Jornal Folha do Norte, 23/11/1929.



ao brilhar como o “Rei dos Astros”, “Sol brilhante”, que “brilhas e brilharás, em todo o Universo!”.<sup>83</sup>

O Jornal Folha do Norte geralmente estimulava a rivalidade entre os dois grupos, inclusive ao organizar e divulgar a o concurso de melhor cordão e a conseguinte distribuição dos prêmios. Às notas divulgadas pela diretoria do C. C. Melindrosas anunciando alguma de suas atividades públicas, não podiam faltar o anúncio de uma outra atividade, geralmente organizada para o mesmo dia, do cordão concorrente. Após o anúncio da realização de um “magnífico festival em benefício do simpatico cordão [das Melindrosas] em a noite de sabbado de Alleluia, na praça Sant’Anna” em 1931, aquele mesmo “dedicado às famílias feirenses”, o Jornal apressou-se em informar:

Sabemos também que um grupo de adeptos dos “Filhos do Sol” organizará brilhante festa campestre na praça Fróes da Motta em a mesma noite, com a queima de interessante Judas e outras diversões, em beneficio do cofre do admirado e applaudido Clube. E mais não dizemos porque os promotores da mesma queiram causar surpresas. Abrilhantarà esta linda noitada de inúmeros folguedos a banda musical da sociedade “Euterpe Feirense” que ocupará o coreto da mesma praça.<sup>84</sup>

A postura desse Jornal diante das investidas dos Filhos do Sol foi se diferenciando daquela dispensada às Melindrosas. Sua preferência pelos Filhos do Sol poderia ser notada pelos leitores atentos aos qualitativos atribuídos a um e a outro bloco. Enquanto o cordão das Melindrosas era celebrado como “veterano”, “simpatizado”, “festejado”, seu cortejo era apresentado como de “muito gosto”, sempre contando com uma “boa” orquestra, seus festivais “ornamentados a capricho”, ao cordão Filhos do Sol não faltavam adjetivos ainda mais incisivos de sua magnitude e seu brilhantismo. Geralmente, a eles estavam associados, somando-se àqueles dispensados às Melindrosas, os atributos de “glorioso”, “triunfante” e “admirado”, sendo seu préstito considerado “brilhante”, suas barracas “luminosas ornamentadas a bom gosto”, onde eram servidas bebidas “finas” pelas “graciosas” e “ricamente” trajadas filhas do sol.<sup>85</sup> Uma serenata do clube, realizada em abril do mesmo ano, seria considerada “uma nota viva de arte, de alegria e bom gosto”, tendo transcorrido “em plena harmonia”.<sup>86</sup> Essa predileção era, em alguma medida, assumida de forma mais explícita em outros momentos por aquele órgão da imprensa local, como se percebia no anúncio de “O festival cinematographico dos ‘FILHOS DO SOL’”, realizado no Theatro Sant’Anna, onde seria exibida “uma esplendida cinta dos mais famosos studios cinematographicos, posada por

---

<sup>83</sup> Trechos extraídos da poesia “O Sol é sempre o Sol da vida”, de Alcina Dantas, dedicada às “Adeptas do C. C. ‘Filhos do Sol’”, in: Jornal Folha do Norte, 21/02/1931.

<sup>84</sup> Jornal Folha do Norte, 21/02/1931.

<sup>85</sup> Jornal Folha do Norte, 28/03/1931.

<sup>86</sup> Jornal Folha do Norte, 11/04/1931.

conhecidos artistas de incomputável merecimento”. O anúncio assim prosseguia: “Dada a simpatia em que é tido entre nós o valoroso clube do Campo General Câmara, é de se esperar nesse dia grande animação e concorrência, como soem ser os festivaes promovidos pela sua caprichosa directoria”.<sup>87</sup>

A simpatia da Folha do Norte com esse cordão possivelmente se dava em função de sua origem social. Fundado no bairro conhecido como Campo do Gado – Campo General Câmara –, o Clube Carnavalesco Filhos do Sol, “que, apesar do nome masculino, era composto por garotas”, “tinha como integrantes algumas pessoas da sociedade feirense”, ou melhor, da elite local, segundo informou, à Revista Panorama da Bahia, João dos Santos Figueiredo, “tesoureiro vitalício” das Melindrosas.<sup>88</sup>

Essa vinculação dos Filhos do Sol com a elite feirense, embora não seja explicitada nas páginas dos jornais, aparece nas entrelinhas dos noticiários sobre os eventos promovidos pelo cordão, onde eram servidas bebidas finas, eleitas, nos concursos de beleza, senhorinhas filhas da elite ou funcionários públicos de médio escalão, ou deixava-se ver ainda nas resenhas dos desfiles carnavalescos. No préstito de 1931, das trinta e seis jovens figurantes, todas vestiam “corpetes de resplandecente e *custosa fazenda*, listrada de vários matizes entretecidos de tela doirada e *importada diretamente da Allemanha*; saias de oiro avivadas de encarnado e traziam diademas e adereços refulgentes, que se harmonizavam admiravelmente com a magnífica indumentária”.<sup>89</sup>

A rivalidade entre os dois cordões também podia ser percebida por meio das músicas que eram cantadas por ambos os cordões. As músicas serviam como instrumento de provocação, um elemento por meio do qual o conflito era deflagrado entre tais grupos, embora, em algumas ocasiões, a disputa tenha saído das partituras e, no meio da avenida, “foi decidida aos tapas e puxavões de cabelo energicamente trocados pelas garotas”.<sup>90</sup> Na seção denominada “Musa Carnavalesca da Feira”, o Jornal Folha do Norte publicava as letras das músicas que seriam cantadas no carnaval seguinte e que entravam em concurso efetuado por ele. Ali se tornava clara a disputa e a troca de ofensas que um cordão fazia ao outro. Cada composição, na maioria das vezes, aparecia como uma espécie de desafio lançado ao oponente, que, por sua vez deveria responder à altura, mas respeitando as regras do jogo, que pareciam ser algumas doses de insultos, sempre com muita ironia, somadas às rimas fáceis

---

<sup>87</sup> Jornal Folha do Norte, 28/02/1931.

<sup>88</sup> Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987, p. 14. Em várias atividades relatadas pelos jornais aparecem referências às “jovens figurantes”, “graciosas senhorinhas” ou mesmo às “filhas do sol”.

<sup>89</sup> Jornal Folha do Norte, 21/02/1931.

<sup>90</sup> Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987, p. 13.

nos ritmos de samba, *charleston*, choro ou marchinha. Todo esse divertido embate devia empolgar os leitores do jornal, aumentando as expectativas em torno da festa vindoura, e indicam alguns dos significados possíveis em disputa no cenário da festa. Em 1931, eram os Filhos do Sol que saíam às ruas com letras do jornalista e poeta Aloísio Resende provocando as Melindrosas. A “marchinha *charleston*” intitulada “Melindrosa” era uma afronta direta ao clube rival:

VERSO

O meu desejo/ Era te ver chorando, assim,/ Teu sofrimento/ Nunca mais há de ter fim./ A falsidade que tu já me fez,/ Ó melindrosa,/ Tu me paga desta vez./ Eu que me importa/ Que tu viva assim, de azar/ Eu bem ti disse/ Que tinha de me vingar.

ESTRIBILHO

Mulher eu quero te ver,/ Te ver a sofrer, / Como ninguém,/ Sempre a vintém!/ Mulher eu quero, afinal,/ Te ver muito mal,/ Como ninguém,/ Sempre a vintém!<sup>91</sup>

Outras, cantadas também pelos Filhos do Sol, contém indicações sobre o ambiente sócio-cultural de muitos dos indivíduos que participavam dos carnavais feirenses. Algumas falavam mais diretamente de um universo de ascendência africana, aludindo à sua linguagem peculiar ou com referências mais explícitas às religiões de matriz africana, como “Eu não lhe quero nem à força de feitiço Iaiá”.<sup>92</sup> Esse mesmo sentido guarda a música “É coisa feita que você tem”, cantada pelos “Filhos do Sol”:

VERSO

Se o amor que você quis,/ Lhe despreza por alguém,/ Todo mundo logo diz: É coisa feita meu bem.

ESTRIBILHO

Ai! Meu bem,/ Ai! Meu bem,/ É coisa feita (bis)/ Que você tem.

VERSO

Tudo isto lhe aborrece,/ É demais assim também./ Todo mal que lhe aparece,/ É coisa feita, meu bem.<sup>93</sup>

Esta música venceu o concurso de 1931, sendo cantada também pelas Melindrosas nas ruas, durante as passeatas que precederam o tríduo carnavalesco.<sup>94</sup> Esse cordão, a seu turno, não deixava sem resposta as provocações do outro bloco. A música “É você”, como o título já sugere, aparecia como uma resposta às provocações do cordão opositor, sobretudo à música “Só peia nella”, que dizia que uma mulher que “é muito tagarella”, que “só que viver na janella” e é “muito atrevida” merece apanhar, ou melhor, “o jeito – só peia nella!”:

O carnaval é folia/ Deixe os boatos de lado/ Converse pouco e bonito/ Ou fique calmo ou calado.

CÔRO

<sup>91</sup> Jornal Folha do Norte, 07/02/1931.

<sup>92</sup> Música “Eu não sou trouxa”, dos Filhos do Sol, Jornal Folha do Norte, 07/02/1931.

<sup>93</sup> Jornal Folha do Norte, 07/02/1931.

<sup>94</sup> Jornal Folha do Norte, 07/02/1931.

É você! É você!/ Que anda sempre/ Se envergonhando/ É você! É você!/ Que não se sente/  
Nem apanhando.  
Conversar muito é garganta/ Do carnaval o prazer/ Falando cousa ao contrario/ É não ter o  
que fazer.

Uma outra música cantada pelas Melindrosas parece ser direcionada para os Filhos do Sol, pois além de seu tom provocativo, dá indícios sobre o perfil social desse cordão:

Vem cá meu louro/ Papagaio fallador/ Dê cá o pé/ Papagaio fallador/ *Com este cordão de ouro/ Lhe passando no pescoço/* E causando tanta dor/ Papagaio fallador.  
Penar assim/ Papagaio fallador/ Só p'ra você/ Papagaio fallador/ Teve a sina de cigarra/  
Que cantou até morrer/ Bem assim será você/ Que procura se perder/ Papagaio fallador.<sup>95</sup>

Esta música refere-se à mudança de lado do jornalista e poeta Aloisio Resende que, em 1930, havia feito uma homenagem às Melindrosas e depois passara a ser o principal compositor das músicas dos Filhos do Sol, especialmente aquelas que dirigiam ofensas às primeiras. Apesar de seu sentido figurado, esta música reafirma a idéia de que os componentes do cordão Filhos do Sol realmente usavam “cordão de ouro” no pescoço, um signo de poder econômico ou status social. Vale ressaltar, todavia, que, embora ainda se tenha muito a pesquisar a respeito da história de vida do citado jornalista e poeta negro, estudos atuais demonstram que sua poesia muitas vezes tematizou de modo positivo os elementos e manifestações culturais de tradição africana. Em parte de sua extensa obra publicada no jornal Folha do Norte, entre as décadas de 1920 e 1930, ele demonstra grande intimidade com os espaços suburbanos da cidade e com as religiões de matriz africana, além de destacar e humanizar a experiência de outros grupos socialmente excluídos e estereotipados, como no caso dos cangaceiros.<sup>96</sup> Entende-se, assim, que a posição do poeta de provocação às Melindrosas – como quando, através das músicas dizia “Eu não lhe quero nem a força de feitiço”, ou “É coisa feita que você tem” –, pode ser vista como uma resposta a desentendimentos referentes às próprias contendidas do carnaval. Nessa ocasião, ele utilizou-se de signos que identificava os integrantes das Melindrosas, como o “feitiço” no universo cultural de tradição africana, a fim de insultá-los, cumprindo, desse modo, as regras implícitas à disputa carnavalesca. Isso não impossibilita que a reação de Aloisio Resende possa ser vista, por outro lado, em função de sua relação com membros das elites locais, tomando, assim, o partido do cordão Filhos do Sol que a essas estava associado. Não obstante, enquanto negro se identificasse com a população de ascendência africana da cidade, como fica evidente em sua produção poética, ele foi um indivíduo que conseguiu alguma ascensão social – como

<sup>95</sup> Jornal Folha do Norte, 31/01/1931.

<sup>96</sup> A esse respeito ver, especialmente, história Clóvis Frederico Ramaiana Oliveira, “Um poeta contra a ordem”, in: Ana Angélica Morais (org), **Aloisio Resende: poemas; com ensaios críticos e dossiê**. Feira de Santana, UEFS, 2000.

demonstra o fato de ter trabalhado no principal jornal da cidade –, podendo por isso também, por vezes, associar-se a visões e opiniões das camadas dominantes.

A letra de uma outra música pode também ser lida como um modo de reafirmar um lugar de autonomia dos componentes das Melindrosas, que pareciam estar por sua própria conta para sobreviver, uma vez que não andariam atrás de ninguém e não ligariam ao que falassem sobre si, pois ter amor a alguém não se obriga. Essa letra indica que seus membros prefeririam viver a vida a seu modo do que ligar para o que falavam seus críticos. Eis a composição “Gosta de mim quem quer”:

Você pode me deixar/ Gosta de mim quem quer/ Eu mesmo não vou chorar/ Gosta de mim quem quer/ Eu só ligo a quem me liga/ Gosta de mim quem quer/ Ter amor não se obriga/ Gosta de mim quem quer/ Por isso não vou morrer/ Gosta de mim quem quer/ O mundo é pra se viver/ Gosta de mim quem quer/ Não ando atrás de ninguém/ Gosta de mim quem quer/ Deixa falar, ó meu bem/ Gosta de mim quem quer.<sup>97</sup>

Segundo o senhor João Figueiredo, o “tesoureiro vitalício” das Melindrosas, mais conhecido como “João de Guilhermino”, foram os Filhos do Sol que “iniciaram a provocação contra ‘As Melindrosas’ quando desfilaram cantando uma música da qual ele lembrou apenas alguns trechos: *Lavadeira, teu sabão tira lodo/ Lavadeira, lava a roupa do teu sinhô*”.<sup>98</sup> Embora o lugar de onde falava o Sr. João, em alguma medida, colocasse-o sob suspeita ao acusar o seu principal oponente de ter iniciado as “brigas”, pode-se perceber que a maioria das músicas cantadas pelas Melindrosas a fim de afrontar os Filhos do Sol possuem o tom de resposta a uma provocação anterior – “É você”, “Gosta de mim quem quer”, “Papagaio fallador”. Percebeu-se, outrossim, que as músicas cantadas por elas diziam alguma coisa sobre quem era o seu oponente naquela arena festiva – alguém que usava cordão de ouro no pescoço – e falavam também sobre quem eram elas próprias, como indicavam tantas das músicas cantadas pelos Filhos do Sol, especialmente essa última, lembrada por João de Guilhermino.

#### 1.2.4. Em busca das Melindrosas

Aos dias quatro de fevereiro de mil novecentos e vinte e nove, incentivado por Antonio Azevedo, achando que deveria ser criada a festa carnavalesca de Feira, e foi aí que nos reunimos aos intelectuais que trabalharam na época no Jornal Folha do Norte e o resultado foi a fundação do Clube Cordão Carnavalesco as Melindrosas (dia 04-02-29) e fui presidente fundador durante vários anos. Nesta Ata, é citada a vida das Melindrosas. Em 1936, As Melindrosas participou de festa carnavalesca em Muritiba e quando também surgiu novas criações de clubes ao surgir desavenças de Diretores veio às ruas o “Flor do Carnaval”. Os duzentos integrantes das Melindrosas viajavam para Muritiba em um vagão da Leste, graças a um empréstimo que nos foi concedido por o comerciante de fumo de nome Donga Falcão; em Magalhães, já em meio do caminho, o aurives João Matos, o “João Bojô”, que era diretor do nosso clube, tentou colocar mais foliões no vagão e aí entramos

<sup>97</sup> Jornal Folha do Norte, 01/03/1930.

<sup>98</sup> Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987, p. 14.

em discussões quando eu tentei impedir alegando superlotação, ficou no ar o descontentamento de diretores, enquanto eu, Manoel de Emília, e o músico Altiniano Reis, o Tuta, outro fundador das Melindrosas, levava o Clube para frente, foi aí que João Bojo nos surpreendeu a todos na data de 1937 ao fundar o “Flor do Carnaval”, levando para o novo Clube toda a experiência de confecções de figurinista que desenvolvia nas Melindrosas. Desenvolvendo seu papel, os Filhos do Sol levava às ruas da cidade as suas atrações, em 37, trazendo carros alegóricos do [clube carnavalesco] Cruz Vermelha e o [clube] Fantoche de Salvador, por intermédio do diretor Otto Schmitt. Daí vem a rivalidade dos cordões os Filhos do Sol e o Flor do Carnaval, com as Melindrosas, que soube conquistar espaço na Micareme e se tornou um clube muito requisitado nos carnavais dos municípios do Estado Bahiano, bem como Muritiba, Maragogipe, Cachoeira, Candeias, além dos distritos Bonfim de Feira, Tanquinho. Composto por garotas, a maioria filha de lavadeira pobre do Tanque da Nação e zona residencial pobre de Feira de Santana, “As Melindrosas” foi alvo de homenagem do poeta e jornalista Aloísio Resende que compôs a marchinha para o Clube, Gosta de Mim Quem Quer. As rivalidades entre os clubes nas Micaremes eram sempre bem traduzidas entre músicos numa cadeia de associações de músicas que ao longo de muitos anos eles trocaram acusações e chacotas, bem como Manoel da Costa Ferreira, o Maneca, e Flora de Antúria, João Bojô. A outra marchinha que foi a sua fundação foi criada por o maestro Estevão Moura, da “Jazz-Band”, que tanto animou os bailes das Micaremes na “25 de Março”. Assim era a Diretoria das Melindrosas:  
Presidente – Manoel Fausto dos Santos;  
Vice – Altino Reis;  
Secretário – João Guilermino;  
Tesoureiro – João dos Santos Figueiredo.  
As Melindrosas, em sua batalha desde 1929 a 1952, quando deixou de continuar na Micareta por motivo de não haver finanças para manutenção, quando também seu presidente Manoel de Emília perdeu mais um ente querido, a sua esposa, Rosa Ferreira dos Santos, aí as Melindrosas se ausentaram da Passarela Feirense. Eu, João Guilermino lavrei esta ata contando a vida das Melindrosas e a micareta e vai assinada por Mim e seu Presidente.  
Secretário – João Guilermino  
Presidente – Manoel Fausto dos Santos<sup>99</sup>

O documento acima, intitulado “Ata de Fundação”, poderia ser chamado na verdade de “Ata de Re-fundação”. Escrita em onze de janeiro de 1988 e assinada por seu presidente fundador Manoel de Emília, essa ata precede, num mesmo livro, uma outra “Ata de Posse” da nova diretoria do clube. Em finais da década de 1980, Dona Terezinha Costa da Silva, juntamente com “pessoas influentes em festas carnavalescas” na cidade, resolveu, naquela data, renovar os desejos destes “de reativar o Grêmio Recreativo Carnavalesco as Melindrosas e Filhos do Sol em uma só ata” a fim de reavivar “as tradições antigas”.<sup>100</sup> As pessoas ali se reuniam a fim de, “levando amor no coração e deixando de lado as guerras carnavalescas”, rearticular os antigos cordões para irem às “ruas na alegria de retornar às passarelas de Feira de Santana, depois de trinta e cinco anos ausentes”.<sup>101</sup>

Dessa forma a “Ata de Fundação”, como nela própria anunciava-se, tinha o objetivo de registrar aspectos da “vida das Melindrosas”, servindo de documento que referendasse

---

<sup>99</sup> “Ata de fundação”, Livro de Atas do Grêmio Recreativo Carnavalesco as Melindrosas, p. 1 (frente e verso). Gentilmente cedida por dona Terezinha Costa da Silva de seu arquivo pessoal.

<sup>100</sup> “Ata de Posse”, Livro de Atas do Grêmio Recreativo Carnavalesco as Melindrosas, p. 2 (frente e verso). Gentilmente cedida por dona Terezinha Costa da Silva de seu arquivo pessoal.

<sup>101</sup> “Ata de Posse”, Livro de Atas do Grêmio Recreativo Carnavalesco as Melindrosas, p. 2.

Dona Terezinha e a nova diretoria na reestruturação do cordão. Tal atitude vinha socorrer a “tristeza do Presidente Fundador que agora se sente mais uma vez feliz em ver As Melindrosas nas avenidas com uma nova liderança que lhe respeita e honra com o título de Presidente Fundador”.<sup>102</sup>

Semelhante em muitos trechos à matéria publicada pela Revista Panorama da Bahia no ano anterior,<sup>103</sup> o documento teve também como base o relato de Manoel Fausto dos Santos, conhecido como Manoel de Emília. O texto reafirma muitas reflexões levantadas como base nas demais fontes ao longo desse capítulo. Iniciado com a afirmação do incentivo do comerciante Antônio Azevedo que havia chegado do Rio de Janeiro e batizado o cordão das Melindrosas, o texto revela a participação em sua criação de “intelectuais que trabalharam no Jornal Folha do Norte”, dentre os quais certamente encontrava-se Aloísio Resende, que naquele ano seguinte à sua fundação compôs uma marchinha em homenagem ao referido cordão.<sup>104</sup> Após enunciar o objetivo de registro histórico que tem a cumprir o documento, destaca-se imediatamente um episódio que mostrou-se decisivo na história desse Cordão e na memória de seu fundador: a contenda entre membros de sua diretoria e a conseqüente dissidência que deu origem, em 1937, ao cordão Flor do Carnaval, seu novo rival no período. Seguindo o relato sobre as antigas rivalidades, registra o “papel” cumprido pelos Filhos do Sol que, no contexto em que fora escrita a Ata, ou seja, a partir de 1988, passaria a ser sua contra-face, pois ambos davam origem a um só grupo – amparando-se nas diferentes histórias que conviveram e disputaram em momentos diversos no passado. Percebe-se, contudo, que, embora no momento em que foi escrita essa Ata fosse também celebrada a paz entre os antigos rivais – que já não participavam dos festejos fazia trinta e cinco anos –, a memória não deixaria de ser disputada. Assim, após contar sobre a contribuição dos Filhos do Sol, que levou as ruas suas atrações, com o incremento de carros alegóricos de clubes carnavalescos da capital, Manoel de Emília apressou-se em ressaltar o espaço conquistado pelas Melindrosas, que além dos festejos locais, “se tornou um clube muito requisitado” em diversos carnavais de cidades do Recôncavo Baiano e em distritos da zona rural feirense.

Esse documento pode ser lido como um importante o registro de uma memória das Melindrosas referendada pelo menos por dois membros de sua diretoria de fundação.<sup>105</sup> Um deles, Manoel Fausto dos Santos, apareceu com algum destaque nos jornais ao longo do

---

<sup>102</sup> “Ata de Posse”, Livro de Atas do Grêmio Recreativo Carnavalesco as Melindrosas, p. 2.

<sup>103</sup> Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987.

<sup>104</sup> Jornal Folha do Norte, 01/03/1930.

<sup>105</sup> Na “Ata de Fundação” aparece somente a assinatura de Manoel Fausto dos Santos, que não foi acompanhada da assinatura do “secretário” do Cordão, João Guilhermino, embora esta esteja escrita em seu nome.

período de funcionamento do cordão como “presidente”, “comandando” ou “chefiando” o cordão.<sup>106</sup> Essa ata, por seu turno, revela uma informação que não transpareceu nas páginas dos jornais que documentaram muitas das atividades promovidas por esse grupo, os quais geralmente restringiam-se a descrever sua diretoria: o perfil social das Melindrosas. Nela foram informados importantes elementos sobre os componentes do cordão, como a profissão da maioria deles e seu bairro de origem: as Melindrosas foi um cordão “composto por garotas, a maioria filha de lavadeira pobre do Tanque da Nação e zona residencial pobre de Feira de Santana”. Um outro documento atesta tal informação. No pequeno estudo monográfico, publicado na forma de folheto em 1979, intitulado *Lavadeiras: Tanque da Nação*, Regina Suely Portugal afirma que “as lavadeiras se organizavam, formando grupos carnavalescos, tanto em Feira de Santana, como nas micro-regiões” e segue dando destaque às Melindrosas, citando inclusive alguns nomes de diretores vistos acima, como o “Sr. Manuel”, que aparece como “responsável pelo grupo” e o “Sr. Calixto”, “sapateiro do grupo”.<sup>107</sup> O trabalho de Portugal teve como principal fonte de pesquisa o depoimento de Alexandrina Paula de Oliveira, “apelidada de Amor”, uma vez que dedica “agradecimentos especiais”, além de outras “lavadeiras de Bonfim de Feira e do Tanque da Nação”, a quem agradece “pela contribuição espontânea no relato do trabalho da lavagem, o que muito contribuiu para o enriquecimento da nossa pesquisa”.<sup>108</sup>

Essa informação sobre o perfil social do cordão aponta mais alguns significados das músicas cantadas por e para as Melindrosas, bem como alguns dos sentidos de sua participação nas festas, a partir da perspectiva delas próprias. As músicas, por seu turno, constituíram-se como elementos carregados de significados que se dispunham como instrumentos legitimadores das disputas entre os grupos rivais nas festas. As composições deram a ver alguns dos motivos que levaram as Melindrosas saírem às ruas em dias de festas para celebrar, mostrar-se, brincar e brigar.

Considera-se, assim, que, ao cantarem para as Melindrosas a música que incluía os versos: “Lavadeira, teu sabão tira lodo; Lavadeira, lava a roupa do teu sinhô”, as moças dos Filhos do Sol, filhas da elite comercial feirense, e aqueles que com elas entoavam esse canto, reconheciam que aquele outro cordão era composto por lavadeiras e lhe atribuía um lugar e

---

<sup>106</sup> Conferir, por exemplo, as edições do Jornal Folha do Norte de 21/02/1948 e 15/04/1950. Em 01 de agosto de 1931 o Jornal Folha do Norte anunciou que “os membros do celebrado cordão carnavalesco (...) deliberaram tornar a respectiva administração mensal, escolhendo os seguintes dirigentes: No mês de agosto – Presidente, Paulo Bacellar; vice-presidente, Gustavo Ferreira. Em setembro – Presidente, Gervasio Candido; v. pres. Paulo Muriry. Outubro – Presidente, Calixto Ribeiro, v. pres. João Simões. Novembro – Presidente, Antonio Teixeira, v. pres. Ludgero Braga. Dezembro – Presidente, Manoel Fausto, v. pres. Calixto Ribeiro”.

<sup>107</sup> Regina Suely Portugal, **Lavadeiras: Tanque da Nação**, Feira de Santana, UEFS, 1979, p. 13.

<sup>108</sup> Regina Suely Portugal, **Lavadeiras: Tanque da Nação**.



origem social do qual queriam se distinguir. O nome “lavadeira”, nesse cenário, parecia não se reduzir simplesmente a uma categoria profissional diferente daquelas que exerciam os membros do cordão Filhos do Sol. Este nome-profissão estava embutido de estereótipos sobre um trabalho socialmente desqualificado e exaustivo – “teu sabão tira lodo” –, que carregava o estigma da escravidão – “lava a roupa do teu sinhô”. Ali, em meio às festas, os Filhos do Sol queriam deixar evidente para as Melindrosas e mesmo para os demais participantes da festa que, embora estivessem compartilhando o mesmo espaço e as mesmas regras – por exemplo, a participação na festa com direito de concorrer aos prêmios de melhor fantasia ou música (ganhos pelas Melindrosas várias vezes ao longo dos anos) –, existia uma distância e distinção entre os dois grupos que não deveria ser esquecida: a condição de classe na hierarquia social e mesmo a condição étnica, que ali tomava contornos raciais.

As Melindrosas também tinham papel ativo nas “guerras carnavalescas”, como se percebe na música a seguir por elas cantada: “*Me deixe, me deixe/ Que eu sou é da fontinha/ Me deixe, me deixe/ Sou negro almofadinha/ Me deixe, me deixe/ Seu negro sedutor/ Me deixe, me deixe/ Seu negro traidor*”.<sup>109</sup> Essa era uma das músicas cantadas pelas Melindrosas que diziam algo sobre elas próprias. Delas também se depreendem informações sobre a leitura que faziam da sociedade local ou informações que circulavam por entre o grupo social mais amplo que compunham, de trabalhadores negros. Assim, ao solicitarem: “Me deixe, me deixe”, as Melindrosas – lavadeiras do Tanque da Nação – não negavam os traços que foram eleitos para estabelecer a diferença entre, de um lado, elas e aqueles a quem elas representavam e, de outro, os Filhos do Sol; ou seja, não negavam o fato de exercerem um trabalho desvalorizado e de ascendência escrava. Contudo, respondiam a tais provocações com a reafirmação de sua autonomia frente àqueles que as desqualificavam, criando novos significados aos papéis sociais, como sugerido em “Gosta de mim quem quer”<sup>110</sup> ou numa outra música de resposta, lembrada por João dos Santos Figueiredo: “Não sinto frio nem calor/ Não tenho medo, pois tenho ventilador/ Vá bater em outra porta/ Comigo olhe a derrota/ Eu não conto derrota”.<sup>111</sup>

A música “Me deixe” indica algo mais sobre o modo como se viam e sobre o olhar que tinham de seu principal opositor, os Filhos do Sol. Quando afirmavam “Me deixe, me deixe/ sou negro almofadinha”, as Melindrosas reafirmavam sua identidade racial negra,

---

<sup>109</sup> Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987, p. 14: “João de Guilhermino’ ainda lembra pelo menos mais uma dessas marchinhas que em outra Mi-carême foi cantada pelas ‘Melindrosas’ especialmente dirigida ao clube rival”.

<sup>110</sup> Jornal Folha do Norte, 01/03/1930.

<sup>111</sup> Revista Panorama da Bahia, 20/04/1987, p. 14.

atribuindo-lhe um sentido positivo, diferente daquele assumido pelas elites brancas. Ao adjetivarem-se de “almofadinha”, afirmavam-se também como alguém que naquele contexto estaria integrado positivamente na modernidade, assim como a “melindrosa” para as jovens negras, que era a parceira do almofadinha no sexo oposto. Por outro lado, ao dizerem “Me deixe, me deixe/ Seu negro sedutor/ Seu negro traidor”, elas pareciam denunciar a ascendência de uma parte da elite feirense, que também não deixava de ter uma ascendência escrava, como viu-se anteriormente, sendo ali desvelados como negros. A insígnia de traidor associada à de negro, por outro lado, parece ter sido motivada porque, para as Melindrosas, a condição racial estaria associada a um sentimento de pertença comum, influenciada seja pelas concepções racialistas do século XIX<sup>112</sup> ou mesmo pelo entendimento de que, por serem negros, tanto elas e como os Filhos do Sol, compartilhariam de um passado – escravo ou africano – e, mesmo, elementos culturais comuns. Assim, os outros negros que por ascenderem social e economicamente passavam a ofender seus pares “de cor” eram considerados traidores. Na mesma canção, também merece atenção o trecho no qual afirmam: “Eu sou é da fontinha”. Aí, “fontinha” refere-se ao Tanque da Nação, que ao mesmo tempo dava nome a fonte de água, ao tanque onde elas praticavam seu ofício de lavar roupas, e ao bairro onde ele estava situado.<sup>113</sup> Desse modo, ao saírem às ruas também diziam *quem* eram informando de *onde* vinham. Ou seja, o bairro onde moravam e o ofício que praticavam informavam muito sobre os membros das Melindrosas, num código que tinha a intenção de dar-se a conhecer àqueles outros a quem se direcionavam: aos Filhos do Sol, de um modo especial, e aos demais membros da sociedade feirense que saíam às ruas para prestigiá-las.

Nas batalhas simbólicas travadas durante as festas, não se concorria apenas pelas melhores colocações ou pelos prêmios delas decorrentes. Por meio das pelejas carnavalescas, os grupos traziam a um grande palco público – as “Passarelas da Folia” por onde desfilavam – elementos divergentes do lugar e da visão de mundo de cada um, pois que, como considerou Roger Chartier, as “lutas de representações” informam muito sobre posições de poder e dominação social.<sup>114</sup> Desse modo, por meio das músicas, os Filhos do Sol e as Melindrosas disputavam práticas e interesses distintos.

---

<sup>112</sup> Sobre os discursos racialistas do século XIX, ver, entre outros, Renato da Silveira, “‘Os selvagens e a massa’. Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”, *Afro-Ásia*, Salvador, v. 1, n. 23, 2000. pp. 87-144.

<sup>113</sup> O Tanque da Nação era um bairro que se encontrava dentro de uma região que pode ser chamada de “região do Calumbi”. Não só o Tanque da Nação, como toda região era habitada por lavadeiras e uma grande diversidade de trabalhadores, principalmente de prestadores de serviços.

<sup>114</sup> “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social

Estas disputas travadas entre os cordões rivais em forma de música realçaram, também, um aspecto importante do processo de emergência de fronteiras identitárias, levantado por Fredrik Barth, qual seja a aceitação por ambos os grupos de estarem “jogando o mesmo jogo”, ou melhor, que “a identificação de outra pessoa como pertencente a um grupo étnico [que aqui tem o mesmo sentido de identitário] implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento”.<sup>115</sup> No caso em questão, tem-se a festa como espaço de conflito e as músicas como o meio de provocação. A festa apresentava-se, assim, como um espaço onde as fronteiras entre o “Nós” e o “Eles” eram constantemente reafirmadas e ressignificadas à medida que o contato *intergrupos* fazia-se ali ainda mais intenso que na rotina de convivência do restante do ano.

Feira de Santana, a partir da década de 1930, viveu um momento central da consolidação de um projeto de identidade para cidade, elaborado com base nos ideais de modernidade, civilização e progresso tão caros à elite comercial que se constituía como o novo poder econômico local. Tais ideais estavam diretamente relacionados aos seus interesses de afirmação e ampliação das relações comerciais e dos lucros delas provenientes.<sup>116</sup> Nos embates pela conquista de um discurso identitário hegemônico, alimentado e provedor de uma nova prática social que informasse sobre a cidade e seus municípios mais ilustres e poderosos, eram dois, pelo menos, os alvos principais. De um lado, a decadente aristocracia rural, que se esforçava para manter vivos ou recriar seus símbolos de poder e identidade.<sup>117</sup> Em um outro lado, ou melhor, espalhados por todos os lados, eram atacados por medidas e discursos disciplinarizadores os grupos subalternos da cidade e suas manifestações culturais, que se faziam cada vez mais presentes e diversificadas. Era uma maioria negra que chegava constante e crescentemente à cidade, vindos principalmente da zona rural feirense e de outros municípios do interior baiano. Eles eram os principais responsáveis pelo veloz crescimento demográfico por que passaria a cidade entre as décadas de 1940 e 1960, que levou Feira de Santana ao posto de maior cidade do interior baiano já em 1950. À medida que chegavam,

---

não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”, in: Roger Chartier, **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

<sup>115</sup> Fredrik Barth, “Grupos étnicos e suas fronteiras”, in: Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, **Teorias da Etnicidade**, São Paulo, UNESP, 1998, p. 196.

<sup>116</sup> Ver Aldo Morais Silva, **Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana (1833-1937)**.

<sup>117</sup> Cf. Valter Guimarães Soares, **Cartografia da Saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja**, Mestrado, Feira de Santana, UEFS, 2003.

esses sujeitos sociais concentravam-se nos subúrbios da cidade, onde teriam como principal (pre)ocupação a luta pela sobrevivência, que daria margem a uma convivência comum e a relações pautadas em novos significados. Nesses bairros suburbanos que muitas vezes, num primeiro momento, mostravam-se como desconhecidos, as trabalhadoras e os trabalhadores negros criavam novas identidades e outras leituras sobre a cidade que não pleiteavam ou eram consideradas na disputa pelo discurso hegemônico das elites.

O cordão das Melindrosas, assim como os demais grupos carnavalescos a partir de seus lugares, constituiu-se assim como uma importante forma de divertir-se encontrada por aquelas mulheres, pelos homens que compunham sua diretoria ou suas músicas, ou ainda por todos aqueles que, no bairro, envolviam-se com a confecção das fantasias, ensaios dos bailados e com o caixa do clube. Aquelas experiências de diverti-se, organizar-se e defrontar-se concorriam para sentimentos de bem-estar – num espaço novo para muitos –, de solidariedade – entre novos e antigos vizinhos – e de pertença à cidade de Feira de Santana. O cordão era, assim, também um modo de anunciar aos demais munícipes, inclusive àqueles com os quais mantinham uma relação de submissão como empregados, que seus membros também integravam a sociedade feirense. Usando as mesmas regras daqueles que durante o restante do ano assumiriam o papel de seus patrões, as lavadeiras, os moradores do Tanque da Nação e os demais feirenses que com eles se identificavam davam mostras de sua possibilidade de organização, solidariedade, alegria e mesmo triunfo, ao vencê-los na batalha simbólica. O cordão das Melindrosas conformava ali, no momento da festa, uma identidade comum de caráter multidimensional, articulada nos âmbitos territorial, racial, de classe e de gênero, que tinha como base as sociabilidades e conflitos presentes, sobretudo, nas relações de trabalho e de vizinhança, a partir de um espaço onde as lavadeiras eram destaque especial: o Tanque da Nação na região do Calumbi.

## CAPÍTULO 2

### **Mulheres de Ganho, Mulheres Valentes: Memórias e trajetórias de lavadeiras em Feira de Santana**

*Tava jogando sinuca  
Uma Nêga Maluca  
Me apareceu...  
Tava com um filho no colo  
Dizendo pro povo que o filho era meu!  
Não sinhô!  
Tome que o filho é seu.  
Não sinhô!  
Guarda o que Deus lhe deu.\*  
**Evaldo Rui e Fernando Lôbo.***

A reconstituição e a análise do cotidiano das lavadeiras do Tanque da Nação tiveram como principais fontes os depoimentos de três pessoas que ali trabalharam entre as décadas de 1950 e 1970. Com origens e trajetórias distintas, elas tinham alguns fatores em comum: mulheres negras, que migraram para a cidade de Feira de Santana, residiram no bairro do Calumbi e optaram pelo ofício de lavar roupas. Elas são as mais antigas lavadeiras do Tanque da Nação que ainda vivem naquela região e que, portanto, vivenciaram as principais mudanças questionadas ao longo dos anos focados nesse estudo. Seus depoimentos expuseram um incontável número de informações e questões que enriqueceram as reflexões aqui intentadas. Dona Maria Mota de Jesus (nascida em 1928), dona Helena Gomes Cerqueira (nascida em 1930) e dona Anete de Jesus Mota (nascida em 1932), por meio de seus relatos, patentearam significados que elas próprias e muitos de seus pares imprimiram a elementos comuns em sua experiência.

Através de suas memórias foram recompostas imagens, práticas, ambientes e vivências que muitas vezes remeteram ao tempo da saudade, a um passado embelezado, a referências guardadas apenas nas lembranças – como o tempo da juventude, que gerava a força para o trabalho, e o espaço do Tanque da Nação, com a lavanderia e as fontes.<sup>1</sup> A

---

\* Essa música foi publicada pelo Jornal Folha do Norte, em 08/04/1950, precedida do seguinte comentário: “Abafando, como sempre abafou em outras Micaretas, surgirá na Rua Direita, em requebros gostosos, o cordão carnavalesco ‘As Melindrosas’, cantando o interessante samba de Evaldo Rui e Fernando Lôbo”.

<sup>1</sup> Por sobre as nascentes d’água e a antiga lavanderia pública foram edificadas construções populares e prédios de classe média, solapando, assim, importantes elementos do patrimônio histórico e ambiental da cidade. Sobre o aterramento do Tanque da Nação e outras fontes, nascentes e lagoas, ver: Vicente Diocleciano Moreira, “Aguaoia ocular de uma cidade cega: seca, agressões ambientais e qualidade de vida em Feira de Santana (Bahia) – século XIX”, in: **Humanas**, ano 02, jan./jun., 2003, pp. 173-199.

memória como fonte para história apresenta tais características desafiadoras e algumas outras, como a forte e importante marca da subjetividade.<sup>2</sup> Um tempo próprio que não segue a cronologia exigida pela modernidade ou pela ânsia do historiador.<sup>3</sup> Metáforas, silêncios e ênfases que lhe imprimem um caráter pessoal, refletindo percursos singulares, estratégias e escolhas da agência social dos depoentes.<sup>4</sup> Examinar alguns aspectos da trajetória de vida dessas mulheres, perseguindo elementos subjetivos, suas contradições e complexidades, possibilitou identificar o discurso que construíram sobre si próprias e a compreensão do modo como interpretavam sua experiência, revelando-as como sujeitos históricos.

Dona Maria, dona Anete e dona Helena possuem perfis e personalidades aparentemente distintas, que diferenciaram, às vezes muito claramente, o modo como se posicionaram ante ao passado e às suas próprias trajetórias. Sua experiência de trabalho, todavia, as aproxima, não somente em função das vivências comuns – da convivência –, como também em determinadas opções e atitudes que fizeram descobrir um significado comum em serem lavadeiras.

## 2.1. Saudades e lembranças de uma mulher alegre

Nascida, em 14 de junho de 1932, em Mairí – município baiano localizado “na Zona Fisiográfica da Encosta da Chapada Diamantina” e “totalmente incluído no Polígono das Secas” –<sup>5</sup> a pequenina Anete de Jesus Mota, com oito anos de idade, migrava para Feira de Santana em companhia de sua mãe, Dona Zulmira Barbosa de Jesus, e de seus “parentes todos”, em função das fortes secas que assolavam aquela região. Chegando à sua nova cidade, ela fora registrada em cartório como filha de seu “pai segundo”, o senhor Claudionor de Jesus Oliveira, pois seu pai biológico, aquele que lhe “fez”, havia “deixado” sua mãe – situação essa, aliás, que como ela mesma refletiu, era comum, porque em “toda vida existe”. Sua infância nessa cidade foi preenchida de muitos momentos de alegria, visto que além das

---

<sup>2</sup> Muitos autores discutem as peculiaridades e possibilidades da produção histórica com fontes orais. Ver maior referência aos aspectos metodológico da pesquisa com fontes orais na Introdução.

<sup>3</sup> Sobre os diferentes tempos da memória e a relação entre memória e história ver: Júlio Pimentel Pinto, “Os muitos tempos da memória”, in: **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov., 1998, pp.37-48; Tania Risério Gandon, “Entre memória e história: tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes”, in: **Projeto História**, São Paulo, n. 22, jun., 2001, pp. 139-155; Philippe Joutard, “Reconciliar história e memória?”, in: **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 14, n. 23, jan./jun., 2005, pp. 205-212; Paul R. Thompson, **A voz do passado: história oral**, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

<sup>4</sup> Sobre os esquecimentos, as ênfases, as metáforas, escolhas e influência do presente na memória ver Catherine Lê Grand-Séville, “Como se lembrar de um lugar do segredo?”, in: **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov., 1998, pp. 259-267; Joan del Alcazar i Garrido, “As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate”, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 25/26, pp. 33-54; Danièle Voldman, “A invenção do depoimento oral”, in: Marieta Ferreira; Janaina Amado, **Usos e abusos da história oral**, Rio de Janeiro, FGV, 1998, pp. 247-265; Eclea Bosi, **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**, São Paulo, Cia das Letras, 1994.

<sup>5</sup> IBGE, **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, Vol. XXI, Rio de Janeiro, 1958, p.21.

brincadeiras com as crianças da vizinhança, participava de muitos festejos no centro da cidade que lhe traziam sentimentos de felicidade. Dentre os festejos brincados em sua infância, ganharam destaque a Lavagem da Igreja Matriz e sua participação no acalorado grupo carnavalesco da região, o Cordão das Melindrosas, quando tinha doze anos ou menos idade:

As Melindrosas, quando eu comecei a freqüentar eu tinha meus... doze anos, por aí, e era, acho, que ano 42, por aí, quando eu comecei. (...). Êta, que folia! Aí a gente ia tudo com roupinhas, as sainhas, era preto, vermelho e amarelo e as sandalhinhas de couro com as tirinhas abotoadas aqui do lado, na perna. Êta, que folia! (...)

Na Festa de Santana já era outra folia. Era lavagem de Igreja, era... bando, quer dizer que era um bloco, mas tinha esse nome de bando. De madrugada, no dia da lavagem da Igreja, já vinha era madrugada, tudo fantasiada. As mulheres vestiam de calça, faziam bigode e um bocado de bestagem. Quando era no dia da lavagem da Igreja, era sáia. Era bumba boi, era mulinha, era Jaraguá, eram umas coisas que eles inventavam e aquilo tudo, Ave Maria!... Capoeira, que toda vida existiu. E era uma delícia, era beleza, todo mundo ia. Eu me lembro, meu pai e minha mãe já gostavam das coisas e eu participava. Toda vida eu fui sapeca.<sup>6</sup>

Sua participação nessas distrações narradas em tons de felicidade, nas quais a sociabilidade, a tradição e a inventividade ganhavam destaque, seriam interrompidas no período em que ela se ausentou da cidade. Em 1945, quando voltou a chover nas terras de Mairí, Dona Zulmira e o senhor Claudionor voltaram para sua terra natal, levando sua filha Anete, a fim de por lá se casarem. Depois de casados, já não quiseram permanecer em Mairí e retornaram a Feira de Santana:

Lá [em Mairí], tinha negócio de seca, dessa falta de água. Aí, minha mãe com os parentes todos vieram praqui. Aí, a minha mãe veio junto. Viviam aqui, aí quando choveu pra lá, a minha mãe já tava namorando com meu pai segundo, já não quis voltar. Foi aonde voltaram pra lá pra casar.

A jovem Anete de Jesus, assim, em 1947, após completar quinze anos, retornou à cidade onde fora registrada e onde vivera parte de sua infância – Feira de Santana. Nesse momento, foi morar no bairro Barro Vermelho, onde logo começou a namorar o jovem Virgílio Mota, seu vizinho.<sup>7</sup> Rapidamente ela iria constituir sua própria família, deixando a casa dos pais, pois, como afirmou, para ela aquele “*foi o tempo de casar. Comecei a namorar, noivar e sair*”. Com “Virgilin” casou-se um ano depois, aos dezesseis, em três de agosto de 1948, já grávida de sua primeira filha, à qual prematuramente deu a luz alguns dias depois e também, prematuramente, viu falecer, como ela explicou:

Casei no dia três de agosto de 1948 e... Mas já levei ela [a primeira filha] no bucho, com sete meses. Então, assim que eu casei, com vinte e um dias, eu tive ela, de sete meses.(...) Prematura, de sete meses. Então, ela levou vinte e nove dias, quando ia fazer um mês, Deus

<sup>6</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005. Todos os demais excertos citados nessa parte do capítulo foram extraídos da fala de Dona Anete nessa mesma entrevista.

<sup>7</sup> Barro Vermelho é um dos bairros que integram a região do Calumbi.

levou, ela morreu. Já, esse caso aí já foi... Eu casei no Barro Vermelho e fui morar na Pedra do Descanso. Já corri uma banda dessa Feira toda, viu! (risos).<sup>8</sup>

Ao contar os episódios considerados relevantes em sua trajetória de vida, Dona Anete procurou minimizar ou desviar-se daquelas lembranças de caráter negativo, que de algum modo remetiam a situações dolorosas ou mesmo traumáticas.<sup>9</sup> Percebe-se isso, por exemplo, no trecho acima citado, quando ela se referiu à morte de sua filha primogênita e logo ressalta: “esse caso daí, já foi”. Sem demora, tratou de encerrar aquele triste assunto e refazer-se, voltando a contar sua trajetória posterior e recobrando o sorriso que lhe é característico – como o fizera ao lembrar da constante mudança de casa por toda cidade, em função dos aluguéis. “Já corri uma banda dessa Feira toda”, disse ela entre risos, relacionando alguns dos lugares onde havia morado antes de adquirir sua própria casa: Barro Vermelho, Pedra do Descanso, O Tranca de Pedro Miséria (no bairro Eucaliptos), o Ponto Central e o Posto Shell. Essa condição nômade evidenciada no relato de Dona Anete foi, na verdade, experienciada por muitos trabalhadores de Feira de Santana, dada a escassez de casas populares e a flutuação no preço dos aluguéis. Em 1950, aproximadamente 52 por cento dos domicílios localizados no “quadro urbano” da cidade eram ocupados por famílias que pagavam aluguel.<sup>10</sup>

A seu casamento, Dona Anete também se referiu com alegria. Lembrava com saudades que viveu “trinta e tantos anos” com seu marido, com quem criou seus onze filhos. Ao falar sobre sua longa jornada de trabalho, lembra com carinho do companheiro que demonstrava cuidado com ela ao se preocupar com o pouco tempo que possuía para o sono:

Eu acordava cinco horas da manhã e ia dormir umas duas ou três horas da madrugada. Fazia era lenha, fogo de lenha. O marido: “Anete, vem dormir”! Eu, “Não”! Pra deixar a comida cozida pra de manhã. Era. Levantava cinco horas da manhã, deixava tudo divididinho. Era, ele trazia sua marmitinha, “Vá trabalhar”, e eu também seguia o meu caminho, já deixava tudo... Todo dia.<sup>11</sup>

Como revelou seu depoimento, a atenção e o afeto do seu companheiro não se convertia, contudo, na divisão das tarefas domésticas. Quando chamava sua esposa para deitar-se – “Anete, vem dormir” – o senhor Virgílio Mota parecia já encontrar-se na cama,

---

<sup>8</sup> A expressão “levar no bucho” corresponde a “estar grávida”.

<sup>9</sup> Philippe Joutard lembra que “não é paradoxo dizer que o esquecimento é constitutivo da memória, pois ela é terrivelmente seletiva e se concentra sobre alguns fatos apenas”. Cf. “Reconciliar história e memória?”, in: **Revista da FAEEBA...**, Salvador, v. 14, n. 23, jan./jun., 2005, p. 206.

<sup>10</sup> Do total de 4.614 domicílios do “quadro urbano” de Feira de Santana, 1.744 eram ocupados pelos proprietários, 2.383 eram alugados e 487 estavam ocupados em “outra contição”. Cf. IBGE, **Estado da Bahia. Censo demográfico. (Série Regional. Vol. 20, Tomo 1)**, Rio de Janeiro, 1955, p. 154.

<sup>11</sup> Em 1960, em cerca de 59% dos domicílios cozinhava-se a lenha, somente 6,6% das casas possuíam fogão a gás, em outras 25% das residências usava-se “outro combustível” para cozinhar. Cf. IBGE. **Censo Demográfico de 1960. Bahia (Série Regional, Vol. I, Tomo VIII)**, p. 135.



pronto para dormir, a fim de preparar-se para sua jornada de trabalho diária. Ele trabalhou durante anos em vários postos de gasolina da cidade na função de lavador de carros, chegando a adquirir carteira profissional assinada e direitos trabalhistas reconhecidos. Dona Anete de Jesus Mota, por sua vez, recorrentemente, se não “todo dia”, dormia e acordava na madrugada, após engomar as roupas lavadas durante o dia, alimentar os filhos e deixar preparada a refeição familiar do dia seguinte, gozando, assim, poucas horas diárias de sono. Tal circunstância revela uma característica comum às relações sexo-afetivas entre homens e mulheres das classes trabalhadoras. A independência econômica da mulher, através da realização de atividades remuneradas que complementavam ou garantiam, majoritariamente ou unicamente – na condição de chefes de família – a renda familiar, não implicava, necessariamente, uma igualdade nas relações de gênero.<sup>12</sup> De modo contrário, o trabalho remunerado acrescentava-lhe mais uma tarefa junto às aquelas tidas como naturalmente femininas, de cuidado da casa e criação dos filhos, duplicando sua jornada de trabalho. Esse tipo de relação entre os segmentos trabalhadores pode ser visto como a apropriação dos papéis sexuais estabelecidos entre os grupos hegemônicos do período, que se ancorava numa tradição de submissão feminina e da missão primordial da maternidade para as mulheres. Nesse mesmo sentido, sobretudo para as mulheres negras, tais relações desiguais entre os sexos – caso seja possível distanciar-se ainda mais no tempo e espaço – pode remeter-se a relações de gênero estabelecidas em sociedades tradicionais africanas. Em muitas destas sociedades, as mulheres, alijadas da escolha de seu marido, eram submetidas a um processo ainda maior de subalternização, à medida que sua sobrecarga de trabalho aumentava sobremaneira, sendo o ócio um privilégio masculino. Após o casamento, a mulher tinha como responsabilidade as tarefas domésticas, o cuidado e a criação dos filhos, além da produção agrícola – nessas sociedades, com a enxada na lavoura. Arlindo Manuel Caldeira afirma que a maioria das mulheres geralmente aceitava essas tarefas como suas.<sup>13</sup> Assim pode ser compreendida a execução da dupla, ou quase ininterrupta, jornada de trabalho por parte de Dona Anete. Contudo, vale refletir que essa aceitação não se dava necessariamente, mesmo que assim aparentasse, sem qualquer tipo de questionamento, uma vez que tais mulheres podiam manifestar resistências, quando não diretas, subreptícias a tais tarefas. Desse modo também pode ser lido o fato de Dona Anete deixar o marido esperando na cama ou, como acontecia com outras mulheres, a recusa em manter relações sexuais com seus esposos. Essa reflexão

---

<sup>12</sup> Cf. Alberto Heráclito Ferreira Filho, **Quem pariu e bateu que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza . Salvador, 1890-1940**, p.192.

<sup>13</sup> Cf. Arlindo Manuel Caldeira, **Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV a XVIII)**, Lisboa, Cosmos/GTMECDP, 1999.

lança luz sobre o fato de que, indo além do prisma da assimilação cultural dos padrões hegemônicos dos papéis sexuais, a aceitação das responsabilidades domésticas como exclusivamente suas, sobretudo, por parte das trabalhadoras negras pode ser compreendido dentro de aspectos conservadores do universo cultural de tradição africana, que também limitava as perspectivas de alternativas postas a essas mulheres. De todo modo, Dona Anete seguia acordando às cinco horas da manhã para lavar roupas, ou melhor, ganhar a vida, pois, dedicou-se a outras atividades para complementar sua renda – como o trabalho no armazém de fumo e a debulha de feijão, ou manocagem de fumo, nos fins de tarde à porta de sua casa.<sup>14</sup> Seu marido, todavia, reconhecia o caráter árduo e fatigante de sua rotina ao prometer-lhe abreviá-la o quanto antes, logo que adquirissem uma casa própria:

Eu fiquei até... Fiquei [lavando roupas de ganho] por muitos anos. Tem vinte e sete anos que eu deixei de lavar; foi quando meu marido... Deus levou meu marido. Ele falava: “Ô, Nane, não tem uma casa pra morar. Morando de casa de aluguel, sabe a coisa como é, e eu sozinho pra criar nossos filhos, não dá. Então vamos trabalhar, vamos trabalhar porque é um pão com pedaço é pão e meio. Você me ajuda, eu lhe ajudo, amanhã ou depois que aparece um cantinho, a gente compra. Agora, depois que a gente botar umas quatro telhas em cima da cabeça da gente, você vai deixar de trabalhar como trabalha”. E assim foi. “Eu sei que você gosta de trabalhar e tudo isso, mas já... Você vai ficar em casa trabalhando, tomando conta de seus filhos, de nossos filhos, trabalhando em casa sem força”. Depois eu construí isso aqui mais ele [apontando para a sua casa], passemos pra cá; pronto, aí modificou. Eu deixava meus filhos presos e ia trabalhar nas casas, ia trabalhar de lavar nas casas, trazer roupa, trouxa pra lavar em casa.

E talvez Dona Anete também compreendesse que o trabalho doméstico realmente não exigisse muita “força” para ser realizado. Mas, como se viu no trecho acima, ela não se tornou exclusivamente “dona-de-casa”, vendo reduzida sua jornada de trabalho, imediatamente após a compra da casa própria. Por algum tempo ainda, lavou roupas nas casas dos patrões, deixando seus filhos “presos” em sua nova casa de adobe – pois, àquele período, meados dos anos 1960, a rede de água encanada já começava a se expandir em Feira de Santana e ela passara a prestar seus serviços nas casas dos fregueses.<sup>15</sup> A continuidade no trabalho remunerado de lavadeira também podia refletir, além do imperativo da garantia da sobrevivência, a manutenção de seu espaço de autonomia. Como seu próprio marido dizia, ela gostava de trabalhar, mostrando-se assim preferível a pesada lida da lavagem de roupas a ficar reclusa ao espaço da casa ou não ter seu próprio dinheiro.

---

<sup>14</sup> Ver seu relato a esse respeito no próximo capítulo.

<sup>15</sup> Em 1960, em torno de 7,5% dos domicílios (ou seja 1.994) de Feira de Santana estavam ligados à rede geral de água encanada. Outros 15% (3.954) tinham faziam seu abastecimento através de poço ou nascente. Cf. IBGE, **Censo Demográfico de 1960. Bahia (Série Regional, Vol. I, Tomo VIII)**, p. 134.

Dona Anete de Jesus Mota, que ao ser questionada sobre o que fazia para viver, afirmou: *“Eu toda vida fui lavadeira”*, é uma mulher cuja vida foi marcada pela iniciativa, pela busca de ampliação das alternativas na luta por sua sobrevivência, na criação de seus filhos e em sua relação conjugal. Adjetivos como “bonito”, “bom” ou “uma festa” preencheram todo seu depoimento, mesmo após referir-se a episódios não tão bons ou à natureza árdua de seu ofício. Essa se tornou a principal característica de seu relato: minimizar os aspectos negativos e dolorosos de sua experiência e mesmo descobrir algo de alegre, positivo ou interessante nas dificuldades vividas no passado. Nascida em Mairí, foi na cidade de Feira de Santana que reconstruiu sua identidade, um sentimento de pertencimento, como se depreende de sua reflexão: *“[Nasci] em Mairí. Meus documentos são daqui [de Feira de Santana], porque eu cheguei aqui com oito anos de idade. Então, aqui me criei, aqui me crisei, aqui me... me casei”*. Sobre a trajetória de seus descendentes, de seus filhos – e sobre a importância do instrumento da escrita, que lhe fora negado –, vale registrar, em suas palavras: *“Estudaram. Dois se formaram, um se formou em contabilidade, a outra menina se formou em magistério. Já os outros é sétima, oitava série, não formou, não. Mas todos sabem se virar, sabem escrever, sabem se defender”*.

## **2.2. A visão dos conflitos de uma mulher valente**

Por volta do ano de 1943, após uma desavença com os pais em sua terra natal, a jovem Maria Mota chegou a Feira de Santana de carona num caminhão, em cima de uma carga de fumo. Nascida no povoado de Gameleira, distrito de Ipuacú, na zona rural feirense, e prestes a completar quinze anos, Maria Mota contou com a solicitude de alguns e sua própria coragem para enfrentar seus primeiros dias naquele que seria seu novo espaço, dormindo na rua<sup>16</sup> e criando estratégias para sobreviver, como ela relatou:

Eu vim [pra cá pra Feira] com a idade de uns catorze anos pra quinze anos. Vim em cima de um caminhão de fumo. Dormia ali na Matriz, ali naquele abrigo que tem ali. Dormi ali muitos tempos.

O pai de Aroeira tinha um... Tinha a casa e tinha uma quitandinha em frente da casa, e ele dava café pra gente de noite. De dia, a gente ia ali pro Mercado de Arte, que hoje é o Mercado de Arte, pegava a farinha, a carne... (...) Eu vim prali, fiquei acendendo fogo, o pai de Aroeira é quem dava de comer a gente, um bocadinho! E de moça também só tinha eu, as outras tudo vinha perdida. Meu pai mais minha mãe pegou a brigar comigo, foi na casa de meus criador [que] morreram e eu vim aí pra Feira. Fiquei aí olhe, trabalhei até hoje aí, nunca tomei uma [...]. Tenho batido muito! Mas apanhado, nunca gostei de apanhar, não. Até hoje eu não gosto. Já basta o que eu apanho do mundo.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Quando questionada onde morou assim que chegou a cidade de Feira de Santana, Dona Maria Mota respondeu: “Quando eu vim pra cá? Na rua”!

<sup>17</sup> Maria Mota de Jesus, 18/10/2005.

Foi fundamental a solidariedade daquele senhor da quitanda, que alimentou a jovem Maria e tantas outras moças e rapazes – “um bocado” – que, como ela, migraram para a zona urbana do município naqueles anos, muitas vezes sem outros contatos e sem saber ao certo o que lhes reservava o futuro. O coreto da Matriz lhes serviu de abrigo durante aquelas noites – que foram muitas, como disse ela – quando ainda não possuíam estrutura que lhes possibilitasse um lugar melhor para dormir e mesmo para morar. Durante o dia, o Mercado Municipal, atual Mercado de Arte Popular, servia-lhes de palco para improvisações, em busca de algum serviço que lhes rendessem sobras de comida ou alguns trocados. E assim viveu por “muitos tempos”, um período que parece não ter ultrapassado alguns meses, mas que, provavelmente pela severidade que encerrara, tenha merecido certa ênfase na memória de Dona Maria Mota. Esse rico trecho, extraído do primeiro minuto de sua entrevista, revela uma miríade de questões que comprovam a complexidade e riqueza possibilitada pelo depoimento oral.

Dentre elas, anunciou-se a questão da preservação da honra daquela jovem, que, embora colocada numa situação de certa vulnerabilidade, dormindo e vivendo por conta própria, “na rua” e em companhias masculinas, consagrava-se em sua virgindade. A virgindade que geralmente constituía um elemento fundamental nas sociedades patriarcais – sobretudo no sentido de garantir a consangüinidade da linhagem, a legitimidade dos herdeiros e, portanto a inviolabilidade da propriedade – e, desde meados do século XIX “também implicava virtude, uma qualificação moral para o casamento”.<sup>18</sup> Determinadas condutas, contudo, especialmente aquelas que revelassem algum grau de autonomia por parte das mulheres solteiras, poderiam comprometer a validade de sua “honestidade”. Dentre estas atitudes comprometedoras, destacavam-se o fato das moças transitarem desacompanhadas pelas cidades e mesmo de trabalharem no espaço da rua mantendo contato com homens.<sup>19</sup> Sob essa ótica, a decisão de partir sozinha para a cidade com o objetivo de garantir ela mesma seu sustento e assumir a condução de sua vida podia colocar em dúvida a sua honra. Então, imediatamente, Dona Maria fez questão de deixar claro que sua postura não havia sido tomada ao preço da perda de sua virtude. Assim, escala a virgindade como elemento fundamental para que ela se diferenciasse das “outras”, todas “perdidas”. Independentemente da verdade desta afirmação, cabe perceber o quanto este valor é assumido por ela como

---

<sup>18</sup> Sandra L. Graham, **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 90.

<sup>19</sup> Sueann Caulfield, **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**, Campinas, Editora da Unicamp, 2000, pp. 208-217.

importante. Isso mostra que ela deve ter sido questionada muitas vezes sobre sua “honra” e que sabia se defender, distanciando-se das mulheres “perdidas”, revelando, por outro lado que não necessariamente compartilhasse dos valores machistas dominantes. Assim, vale inferir que ela poderia não ser virgem nem achar a virgindade um valor tão fundamental, mas sabia ser necessário afirmar esta “pureza” para se diferenciar de prostitutas, e, certamente, para se defender no ambiente da rua.<sup>20</sup>

Essa última citação da entrevista de Dona Maria também predisse uma característica que marcou todo seu depoimento: a forte presença e ênfase nos conflitos. Iniciada com uma breve referência à contenda com seus pais, que a levou a migrar para a cidade de Feira de Santana, a narrativa de Dona Maria Mota de Jesus foi preenchida por uma série de episódios de lutas e conflitos que denotam o modo como ela vê e coloca-se no mundo, na vida. Uma crítica aguçada e profunda fez-se ver por meio de suas falas e metáforas, como no trecho: *“Tenho batido muito! Mas apanhado, nunca gostei de apanhar, não. Até hoje eu não gosto. Já basta o que eu apanho do mundo”*. Aqui, ao falar sobre uma outra peculiaridade, sua intrepidez, Dona Maria utilizou-se de uma imagem que faz uma ligação entre sua posição diante das brigas e contendas pessoais nas quais se envolveu durante toda a vida, de um lado, e, de outro, sua luta pela sobrevivência e contra as adversidades que precisou enfrentar até então. Ciente de sua condição de oprimida, ou de “pobre”, como ela se autodenomina, Maria Mota de Jesus sempre esteve vigilante, pronta para reagir com coragem e, algumas vezes, violência, às pancadas que o mundo lhe reservava.

As primeiras ocupações de Maria Mota na cidade de Feira de Santana foram como empregada doméstica nas casas da família por quem ela, ainda em sua infância, havia sido “criada” na zona rural feirense. Quando os integrantes daquela família, do “doutor Renato Santos Silva”, vieram morar na cidade, em meados da década de 1940, ela passou a circular entre os lares de cada um dos seus membros, trabalhando como doméstica em suas respectivas casas. No período que trabalhava “na casa de uma mulher chamada Julhinha”, que morava no bairro do ABC, Dona Maria “arranjou” o namorado José, com quem foi morar e após algum tempo se casou. O ingresso na profissão de lavadeira se daria alguns anos depois, “quando a precisão pegou” e não havia muitas alternativas. Dona Maria, já casada e com as duas

---

<sup>20</sup> Marha de Abreu Esteves, por meio dos processos criminais de defloramento, mostra que várias moças de classes trabalhadoras não eram virgens, nem acreditavam na virgindade como um valor, da mesma maneira que grupos brancos e letrados, mas sabiam de sua importância nos meios jurídicos e usavam este discurso para obrigar namorados a assumirem compromissos ou filhos, ou para se diferenciar de prostitutas. Cf. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

primeiras filhas, no início da década de 1950, percebeu que o salário que recebia como empregada doméstica não cobria as despesas da família. Então, passou a lavar roupas:

Eu vim morar no Calumbi depois que eu peguei a me empregar. Me empreguei no ABC, na casa de uma mulher que chamava Julhinha. Ela já morreu. E daí pra cá eu tomei conta de mim. Saía de uma casa, entrava em outra, saía de uma casa entrava em outra. Aí foi no tempo que o doutor Jairo, o irmão do doutor Renato, veio morar aqui na Feira. Renato Santos Silva! Eu fui criada nessa família. Sai de uma, entrava pra outra. Aí, ele veio morar ali no ABC, numa casa grande que hoje... Acho que já acabou, que era... aquela rádio?, como é... A rádio... Sociedade, não. A Carioca. Ele veio morar ali e eu ali fiquei mais eles. Depois eu arranjei José, fui morar mais José. Depois nós se casamos. E tô por aqui agora, até hoje. Todo mundo sai pra São Paulo, pra o Rio, pra aqueles lados. Eu de Feira de Santana não saio.(...).

Fui lavar roupa quando a precisão pegou, minha filha, que eu vi que não tinha outra coisa... Eu tinha mais ou menos uns vinte anos pra vinte e dois anos. Foi quando eu tive Iraci, nessa base por aí.

Foi no tempo que eu peguei a lavar roupa. Fui morar mais Zé, aí peguei a trabalhar mais a finada Joanhinha, mas já tinha as duas meninas e o dinheiro era pouco... Porque eu sou assim, adonde tem dinheiro mais, é aí que eu fico. Aí depois das família... O dinheiro das famílias que eu lavava também era pouco, passei a lavar roupa das quengas, lá no Minador e o dinheiro [certamente] recebia.

Maria Mota de Jesus, nascida no distrito feirense de Ipuacu em dez de maio de 1928, chegou à cidade de Feira de Santana aos catorze anos de idade e, a partir de então, por entre as relações que estabelecera naquele espaço urbano – no centro e na periferia – constituíra um forte vínculo identitário, um importante sentimento de pertença àquele lugar, como se pode depreender de sua afirmação: *“tô por aqui agora, até hoje. Todo mundo sai pra São Paulo, pra o Rio, pra aqueles lados. Eu de Feira de Santana não saio”*. Obedecendo a uma forte tendência daquele período, e que se intensificaria nas décadas seguintes, quando a população urbanizava-se rapidamente e a cidade recebia grandes levadas de migrantes da zona rural, a jovem Maria Mota partiu do povoado de Gameleira, por volta de 1943, a fim de arriscar uma vida melhor na zona urbana feirense.<sup>21</sup> Entretanto, esse mesmo excerto de sua entrevista revela sua resistência a uma outra onda migratória que atraía muitos dos seus amigos, vizinhos, conhecidos e parentes ao longo dos anos: a migração para sul do país, sobretudo para o Rio de Janeiro e São Paulo. Entre a zona rural das cidades baianas interioranas e as capitais do sudeste brasileiro, os retirantes ainda possuíam como opção a própria capital da Bahia e cidades de médio porte no interior do estado.<sup>22</sup> Dentre elas, Feira de Santana foi

---

<sup>21</sup> Dentro de uma tendência nacional de urbanização da população, na década de 1950, aproximadamente 11 milhões de brasileiros partiram das zonas rurais para viver nas cidades; desses 46,3% eram nordestinos. Na década seguinte, o número de pessoas que no Nordeste deixou a zona rural caiu para 3,1 milhões. Esse número voltaria a subir nos anos de 1970 quando 5 milhões de nordestinos migraram do campo em direção às cidades. Cf. Ana Amélia Camarano, **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**, Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

<sup>22</sup> Cf. Antonio Fernando Guerreiro Freitas, “‘Eu vou para a Bahia’: a construção da regionalidade contemporânea”, in: **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 9, n. 4, 2000, pp. 24-37.

certamente uma das que mais oferecia alternativas ou, pelo menos, esperanças aos migrantes, uma vez que se apresentou com as maiores taxas de crescimento naquele período, o que levou-a a ocupar o lugar da cidade mais populosa do interior baiano em 1950.<sup>23</sup>

A grande dinâmica do comércio local, que tinha na feira-livre semanal seu ápice, e o desenvolvimento do sistema rodoviário levavam um grande número de agricultores e demais moradores da zona rural feirense e de cidades vizinhas a entrar em contato com a cidade, suas novidades, acontecimentos e possibilidades. Certamente, muitos desses pequenos e médios mercadores e consumidores – agricultores em sua maioria –, após seus negócios, carregavam de volta consigo, para seus povoados e suas cidades, notícias da dinâmica e do crescimento da cidade de Feira de Santana, que – no contexto da Segunda Guerra Mundial, que impulsionava a indústria nacional – via sua indústria também expandir-se. Assim, novas expectativas eram criadas para aqueles que muitas vezes já não tinham onde plantar no campo e se dirigiam à cidade para investir no plantio de novos sonhos. Ao chegarem à cidade, tais migrantes se acomodariam de maneira crescente nos subúrbios de Feira de Santana e para lá levariam e recriariam suas culturas e tradições. Os bairros suburbanos serviram, desse modo, paulatinamente, como referência para outros trabalhadores, que seguiam os passos daqueles que já haviam se estabelecido, e tinham então algo a oferecer aos recém-chegados – parentes, amigos e conhecidos conterrâneos. Ao chegar na terra estranha, podiam receber um abrigo, em um ambiente mais favorável e acolhedor do que os primeiros haviam encontrado.

Maria Mota, ao chegar a Feira de Santana no início da década de 1940, não possuía contatos, muito menos casas de conhecidos para alojar-se, tendo assim que dormir, por “muito tempo”, como ela disse, na rua. Depois de casada, contudo, foi “morar de aluguel” na região do Calumbi, onde estabeleceu relações de amizade, parentesco e consideração que certamente colaboraram para que ela não se arredasse da cidade como tantos outros o fizeram. Ali ela criou seus filhos, empenhando-se não somente na lida pela sobrevivência, mas também no projeto de ganhar e acumular o máximo que pudesse dentro das limitações que lhes eram impostas. Para isso, estava disposta a ir onde houvesse maiores possibilidades, fosse a casas de família ou a prostíbulos – pois, como ela disse “aonde tem mais dinheiro, é aí que eu fico”. Sua obstinação e seu trabalho lhes renderam a aquisição de sua casa própria, onde vive ainda hoje, na antiga Estrada do Calumbi. Comprou-a sozinha, como ela observou, ao lembrar de

---

<sup>23</sup> Rollie Poppino, **Feira de Santana**, p. 247. Em 1960, do total da população residente, aproximadamente 18,5% não havia nascido em Feira de Santana. Cf. IBGE, **Censo Demográfico de 1960. Bahia (Série Regional, Vol. I, Tomo VIII)**, p. 99.

como organizava sua renda, separando os clientes que pagavam mensalmente daqueles que pagavam no ato da entrega:

A [roupa lavada] de mês era [paga] por mês; e eu não tomava. Agora aquela que eu lavasse por dia, pra lavar pra levar hoje mesmo, o dinheiro era na hora. Podia aprontar o dinheiro que era pra quando eu chegasse. Eu comprei aqui [apontando para a sua casa], agradeço a Deus no céu e a meu dinheiro de minhas roupas e de meu acarajé. Eu ia pra rua, se eu achasse uma manga bonita... Porque eu ia comprar uma mangueira deste tamanho, porque é mais barato? Vou comprar umas carnes daquelas de pelanca porque é mais barata? Não! Minha carne... Eu já sou conhecida; eu passo na rua, o povo pega meu mercado: “Aqui tem filé méon”. Porque... depois que pari, que os meninos saiu, todo mundo trabalha, nunca mais me importei comigo. Porque... hoje, hoje era... Hoje era cozido, amanhã era peixe, quinta-feira era bife, sábado era fígado, sexta-feira era caruru, vatapá. Quem quisesse comer podia vir em minha casa que tinha. Toda sexta-feira, todo dia era uma comida. E trabalhava!

(...) Eu cobrava... naquele tempo era dez, dez centavos, dez reais, dez... era, como era? Não era cruzeiro, não... Dez toin, dez toin uma peça de pano.<sup>24</sup> Aí, as mulheres se arrinava, porque elas lavavam... só lavavam de três, de três... como é? De três toin, de dois toin. Eu nunca lavei de dois toin, nem de três toin. Era dez toin. É por isso que eu dizia, tinha dia que eu vinha... Quando eu vinha que passava pela Nação com meu dinheiro amarrado na trouxinha, aquela trouxa de dinheiro, o povo ficava doido. Aí eu disse: “Eu vou é juntar meu dinheiro e vou comprar meu canto”. Se eu tivesse em casa de aluguel hoje? Eu ia morar com filho? Não moro com filho. Porque, dá a hora que eu quero comer, vou [...]. Dez horas já tô começando.

Um pronto pagamento por seu trabalho era o que esperava e cobrava esta mulher em sua luta cotidiana para garantir sua autonomia e respeitabilidade. Tal senso de dignidade fez-se ver em todo o seu depoimento, em diversas circunstâncias, especialmente quando insistia em enaltecer sua experiência em detrimento da de seus pares no trabalho ou na vizinhança. Ela fez questão de afirmar que não recebia qualquer roupa para lavar – disse que somente lavava roupa pouco suja, ou melhor, “roupa limpa”, em suas palavras – e nem acertava contratos que considerasse desvantajosos – como muitas vezes considerou o pagamento mensal. Preferia clientes que lhe pagassem o serviço à vista, como o faziam as prostitutas do bairro do Minador, e geralmente cobrava três ou mais vezes que as demais lavadeiras da “Nação”. Com a renda auferida insistia em promover signos de independência e brio, como o consumo de boa e farta alimentação para sua família e para “quem mais quisesse comer” e a compra de sua própria casa.

Todo esse patrimônio material e simbólico que acumulara foi, como ela destacou, conquistado em função de muito trabalho. Além de lavar roupas, Dona Maria Mota de Jesus dedicou-se a outras atividades com o objetivo de garantir sua tão apreciada independência. A venda de acarajé em frente à sua casa, na movimentada Estrada do Calumbi, foi uma das tarefas por ela enfrentada. Todavia, não fora a única. O comércio de refeições em barracas nas feiras-livres do centro da cidade também tinha um papel fundamental na renda familiar por

---

<sup>24</sup> “Toin” refere-se a tostões.



ela auferida. Naquele espaço de trabalho, as relações se diferiam daquelas estabelecidas por meio da lavagem de roupas no Tanque da Nação. Diferentemente dali, o amplo e concorrido espaço da feira-livre recebia maior atenção e intervenção do poder público local, presente principalmente na regulamentação do espaço e na taxaço dos feirantes. O fiscal, um dos principais agentes da municipalidade naquele local, apresentava-se como elemento de tensão e, ao confrontar-se com pessoas destemidas como Dona Maria, podia tornar-se protagonista de grandes contendas, como a própria relatou:

Naquele tempo eu nem sei quanto é que pagava [de taxaço pela manutenção da barraca na feira]. Um dia eu escorei o cobrador que cobrava as barracas. Ele era seco! Como é que chamava, meu Deus?... Ele até... Depois muito tempo, que eu fui trabalhar mais dona Aidê, ele era hospedado lá em dona Aidê... Ah! Esqueci o nome dele... Esqueci o nome dele! Aí, eu tô cortando a carne, chega ele pra cobrar a barraca... Ah! Esqueci o nome dele... seco! Eu não tenho nem visto ele. Aí, pegou chiar muito, eu digo: “Eu vou lhe pagar, espere, deixe eu acabar de cortar a carne. Enquanto eu não acabar, eu não vou lhe pagar”. Ele chiou! Eu tava com a faca nessa distância, eu corri a faca nele, ele levou... Aí foi pior, porque eu não paguei nem a barraca e me levou um bocado de dia... Eu tô com o nome dele na cabeça e não posso me lembrar!... Aí corri a faca nele, ele levou um bocado de dias pra encostar na barraca [...]! [muitos risos]

(...) Olhe, só precisando ver. A outra vez foi um preto, a outra vez foi um preto. Comeu, parecendo... Comia, comia e ficava, na outra semana me pagava. Nesse dia, ele me veio com o diabo, eu digo: “Cadê meu dinheiro, rapaz”? Eu sem dinheiro pra comprar... Não sei nem o quê que eu ia comprar; acho que era jaca, que eu comprava jaca, vendia comida. Aí, ele... chamava até Antonio. Aí, ele bateu a mão no bolso e disse: “O dinheiro tá aqui, venha tirar”! Eu não contei dois tempos, só fui arrodar a barraca, pegar no bolso dele. A linha fraca, quando meti a mão no bolso, a calça rasgou até embaixo. Aí tirei o dinheiro e ele olhando... Tirei o dinheiro e contei, contei, tirei o meu e dei o dele: “Não! Não é isso. Tudo isso, não”! Eu digo: “Ô, esse aí não é o tanto da...” Tô com o nome do homem na boca e não me lembro. Eu não sei nem quanto era o dinheiro. Aí, a calça dele rasgou, eu tirei o meu dinheiro e dei a ele. Aí, ele se armou com um murro pra me dar. Eu peguei o tamborete meti nele. Também foi pra São Gonçalo, acho que já morreu por lá, não voltou mais na Feira mais nunca! Um dia de segunda-feira. Dia de segunda-feira não é como agora, não, era gente. Gente de todo lugar da Feira, gente de todo mundo vinha praqui, pra Feira. Peguei a calça, peguei a calça... Meti a mão no bolso e tirei o dinheiro e ele...

Episódios de brigas e discussões, como os observados acima, permearam todo o depoimento de Maria Mota de Jesus. Neles, ela confrontara-se com vizinhos, clientes e parentes. Seu envolvimento em tantas confusões rendia-lhe, muitas vezes, além da reputação de valente, também má fama, nem sempre amparadas em fatos reais, a exemplo da alcunha de “cachaceira”, como revelou ao lembrar-se do modo como seu marido reagia a suas constantes confusões:

E tinha sorte que eu xingava, xingava, xingava, xingava e: “Não gostou, não, então corra dentro”! Agora me diga?! Aí Badinho dizia: “Essa mulher parece ter o cão, porque ela fala o errado e ainda...” (muitos risos). Digo: “Deus é mais”! (muitos risos). Eu já não brigava com ele ainda pra poder ele não ver, mas atentava. Justamente no dia que ele ai chegar meia-noite, era o dia que ele chegava... Era o dia que ele chegava cedo... O povo me bolia, que eu nunca fiquei parada. Não tinha sangue frio! Eu não tinha morrido. Não morri ainda, porque é que eu vou ter sangue frio? Não é?

Covardia! Aí o povo dizia que não, que eu fazia aquilo porque eu bebia. Aí quando vinha saber que eu não bebia já... já tinha feito muita coisa.

Sua valentia e envolvimento em constantes brigas fugiam ao padrão de feminilidade e de bom comportamento exigidos e vivenciados pela maioria da sociedade, que reservava a intrepidez ao caráter masculino. Em alguns casos, a depender das circunstâncias, brigas que tinham como protagonistas mulheres podiam chegar às barras da justiça, ou mesmo, estampar as páginas dos jornais, como mostra essa notícia publicada em 1937, com o título, “‘Rôla do Matto’ faz um ‘rolo’ no Mercado Municipal”:

A lavadeira conhecida pela alcunha de “Rola do Matto”, uma preta alta e forte que não desgosta da “água que passarinho não bebe”, travando-se de razões, ou sem razão alguma, armou um rolo no Mercado Municipal, ao meio-dia de terça-feira última.

A essa hora dizem que o diabo anda solto.

Passando pelo local, um praça do destacamento entreviu para desfazer o tremendo rolo e teve que lutar com a “Rola do Matto” que se aproveitando da circunstância do policial estar com os braços fraturados conseguiu tomar o sabre do mantedor da ordem pública.

Praticada pela façanha, “Rola” voou e, possivelmente, se acha asilada nas capoeiras das circunvisinhanças da urbe receiosa de uma estada no Bilô como galardão do seu feito.<sup>25</sup>

Essa matéria demonstra como as mulheres que ousavam fugir do papel social à elas reservado, envolvendo-se, assim, em contendas públicas e/ou desafiando a ordem estabelecida, estavam sujeitas a serem estigmatizadas, tendo sua imagem depreciada. Seguindo o padrão de denunciar a cor “preta” dos “desordeiros”, o jornal segue na intenção de desqualificar a ação de Rola do Matto, associando-lhe as insígnias de “diabo”, e embriagada, ou melhor, “que não desgosta da água que passarinho não bebe”, sem contudo preocupar-se em esclarecer as razões que motivaram ou deram início a tal conflito. O método utilizado pelas lavadeiras Rola do Matto, Dona Maria e por tantas outras “mulheres da pá virada”, que por diversas vezes valeram-se da violência física para resolução de suas questões e pendências, fazia com que fossem estigmatizadas e muitas vezes vinculadas aos desordeiros que deviam ser criminalizados.<sup>26</sup> Dona Maria também recebeu a alcunha de “cachaceira”, uma vez que suas atitudes eram lidas como resultado de uma suposta embriaguez, como se ela houvesse perdido o senso moral e do lugar que lhe cabia como mulher em função do consumo de entorpecentes. Por outro lado, a má fama de Dona Maria e de outras lavadeiras era muitas vezes vinculada à sua própria profissão. Conhecida, ainda hoje, como “Maria Lavadeira”, sua postura aguerrida encarnava estigmas muitas vezes vinculados às mulheres que trabalhavam nas ruas, como sendo aquelas que não possuíam valores morais.

---

<sup>25</sup> Jornal Folha do Norte, 23/10/1937.

<sup>26</sup> Josivaldo Pires de Oliveira, **No tempo dos valentes: os capoeiras na Cidade da Bahia**, Salvador, Quarteto, 2005, pp. 81-86.

No intuito de garantir sua sobrevivência e seus projetos pessoais, Dona Maria também investiu em outras profissões. O trabalho doméstico, como anteriormente relatado, foi sua primeira ocupação regular depois que veio morar na cidade. Contudo, a tensa relação com seus patrões incomodava-a profundamente. Em função de sua personalidade e sua postura diante do mundo, a situação ficava ainda mais acirrada, pondo à mostra as fissuras dos laços paternalistas geralmente intrínsecos às relações de trabalho doméstico. Tal perspectiva pode ser depreendida do seguinte relato, no qual Dona Maria esclarecia algumas das razões da sua opção em ser lavadeira frente às alternativas de ocupação que dispunha:

Ela [a patroa] contava, eu contava. Se achasse ruim e não coisasse, era me dá o meu dinheiro que já vou. Eu fui me empregar numas casas, aí eu... Eu chegava, eu mandava contar os pratos, colher, xícaras, pires, tudo que tivesse. Eu recebia tudo contado, mas também na hora que saísse tinha que contar tudo também de novo. Aí, o povo perguntava onde foi que eu achei isso. Porque, minha filha, eu tenho nome... de tomar o nome de ladrona! E eu já fazia assim porque pra não me chamar ladrona [...]. Uma vez eu fui trabalhar mais dona Aidê, aí tinha uma empregada que era um diabo pra roubar. Aí, um dia contaram a roupa e eu deixei a roupa lá no quartinho, contada e amarrada. Quando eu venho tem um cacuio debaixo da cama dela, um cacuio; que eu arribei o colchão e vi, era uma colcha cor de rosa. Tava lá debaixo do colchão. Também eu não peguei, disse nada. Lavei a roupa, que era de manhã; de tarde levei que era pra forrar as camas dos hóspedes. Quando eu chego lá, “Cadê a coberta, cadê a coberta, cadê a coberta”? Foi Deus, que dona Ceci, a filha dela mais velha, também viu. “Dona Maria viu, e a coberta não chegou”. E eu digo: “A coberta não chegou é porque não foi. Se a coberta fosse, ela tinha vindo. A coberta ficou debaixo do colchão, da cama de Lide. Veja se não tá lá”? Não tava. Aí, dona Maria disse: “Tava lá debaixo da cama; até inda agora eu vi lá debaixo da cama, de baixo do colchão, e dona Ceci que eu me lembro também”! Se não, eu não tinha tomado o nome de ladrona, não? A gente tem que andar certo, minha filha; porque, você sabe, uma mulher da idade que eu tinha, que entrava em tudo que era casa, de delegado a prefeito, eu nunca... nunca ia sair numa porta entrar na outra, pra levar nome de ladrona de uma colcha, uma coisa que eu podia comprar. Nem tão caro não era.

A vigilância e a constante desconfiança dos patrões em sua interação com as “criadas” sempre integraram as relações de trabalho travadas no espaço doméstico desde o período escravista. As criadas eram vistas pelas famílias das elites como um elemento estranho, pertencente ao mundo da rua, que levava para dentro de casa os perigos daquele outro espaço. Contudo, o funcionamento da casa dependia diretamente da presença e dos serviços dos trabalhadores domésticos.<sup>27</sup> Desse modo, uma maneira de resolver esse dilema era tornar os empregados mais familiares, ou melhor, menos estranhos o quanto fosse possível, por meio das mais variadas estratégias – como oferecendo-lhe proteção ou pequenos favores –, a fim de atenuar a tensão incutida naquela relação. Dona Maria, contudo, intencionalmente desvelava o código dissimulado daquela relação. Ao tempo que prestava contas dos “pratos, colher, xícaras, pires” e demais utensílios domésticos da casa de seus patrões, passava a limpo também sua dignidade, fazendo questão de reafirmar sua autonomia:

---

<sup>27</sup> Sandra L. Graham, **Proteção e Obediência...**, p. 41.

“*Se achasse ruim e não coisasse, era me dá o meu dinheiro que já vou*”. Com essa postura, buscava escapar a um estigma muitas vezes reservado às trabalhadoras domésticas: o de que estariam propensas a roubar pertences das famílias para quem trabalhavam.

Tal marca não seria de todo falsa, uma vez que poderiam existir casos em que isso ocorresse, pois, como registrou Dona Maria, em um das pensões na qual prestava serviços de lavadeira, conheceu “uma empregada que era um diabo pra roubar”. Embora tal estigma mostre-se como evidente sinal do preconceito, uma vez que se estabelece como uma generalização negativa – a todos os membros desta categoria profissional – a partir de atitudes de indivíduos específicos, comentários que acusam as empregadas domésticas de praticar pequenos furtos na casa dos patrões constaram em outros estudos sobre as relações de trabalho no âmbito doméstico em outras realidades brasileiras. Jurema Brites, em sua análise dessas relações no Espírito Santo, observou, todavia, certo nível de tolerância com os furtos cometidos ou atribuídos às “domésticas” pelas patroas, geralmente não denunciando o caso à polícia e nem demitindo-as, o que indicava a existência de um diálogo entre ambas as partes, que “denuncia o desequilíbrio entre a abundância de uns e a pobreza de outros”.<sup>28</sup> Ou, também, revelando outro lado da relação paternalista: a trabalhadora exercia pressões e conseguia favores, de algum modo, buscando compensar o desequilíbrio de uma relação desigual, muitas vezes permeada por humilhações e desrespeito. Dona Maria, por sua vez, desvia-se desse lugar, pois além de não querer “tomar o nome de ladrona”, não roubar por princípio, ela também não roubava por necessidade: trabalhando – e recebendo – como lavadeira, não precisaria roubar algo que, como aquela “colcha cor de rosa”, ela podia comprar.

Motivações similares levaram Dona Maria Mota de Jesus a se esquivar do emprego nos armazéns de fumo como charuteira. Um maior grau de rigidez na disciplina de trabalho, a vigilância, o confinamento e uma jornada fixa de trabalho apresentavam-se como elementos nada atrativos para ela. A figura do mestre no pátio da fábrica de charutos incomodava-a profundamente, vendo-o com desconfiança, o que, além do destacado mal-cheiro do lugar, confluía para que ela declinasse de sua investida em um espaço de trabalho formal, como explicou, ao ser questionada sobre sua experiência na fábrica de charutos:

Eu não gostei daquilo, não; que até o tabaco lava, lava, lava e fica fedendo a fumo (risos).<sup>29</sup>  
Foi um trabalho que eu nunca pude! Nunca gostei de dinheiro pra fazer por baixo daquele Manoca, não! Tinha uma com... Com os homens que trabalhavam no fumo, como é que

---

<sup>28</sup> Jurema Brites, “Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de desilusões”, in: **Campos**, 2003, n. 3, p. 76.

<sup>29</sup> “Tabaco” aqui se refere ao órgão sexual feminino.

chama? Os mestres. Os mestre só dava fumo bom as mulheres possuída. Que não tinha uma mulher que trabalhasse no fumo, que dissesse que não... Aquele Totonho Preto, aquele Totonho Preto! Ah! Ali a mulher tinha dinheiro, a mulher tinha tudo; Totonho tinha que passar por cima daquelas mulher. É por isso que hoje eu vejo as mulheres, Dete ali, Dete ali da finada Augusta... Muitas aí, Iraci minha filha mesmo. Iraci namorou com Totonho Preto mais de... Acho que mais de ano, porque ela trabalhava na Infante... Foi pra casar mais Pretinho, e não inventou trabalhar no armazém de fumo! E Totonho queria que acabasse o casamento, que ele... Ele já era marido de Marieta... Queria casar com Iraci. Aí eu pinteí o diabo com Iraci, tirei Iraci do armazém de fumo. Uma que a gente lava a roupa, toma banho e o fedor do diabo do fumo não sai! Tu é doido!

Os homem [os mestres do armazém]! Ali tem que passar... Enquanto eles não passar ali...! Até [quem] não trabalhou, eles dizem que trabalhou, paga bem pra poder... Que aquelas ali todas! Todo dia eu digo isso, as mulheres se danavam. “Quem é que ti fala”? Eu digo, “Eu sei”! Armazém de fumo só zóia aos parceiros, aos mestres... Eu que não nasci pra isso. Trabalhei uns quinze dias... Deixei um campo de fumo tirado, aberto a capa, um bocado de tempo lá e... e lá não fui mais; nem buscar dinheiro, nem pegar, nem nada. Larguei lá. A finada dona Zefa me disse: “Ó Dona Maria, a senhora não quer aquele fumo, eu vou pegar pra mim”. Digo, “Por mim pode pegar”! Nunca fiz caso de nada.

O funcionamento das fábricas de charutos geralmente estabelecia uma hierarquia de funções, que partia de seu proprietário, no topo, passando pelo gerente da unidade fabril, seguido pelo mestre – que podia contar com o auxílio de um contramestre e de um passador de charutos – e encontrava em sua base as charuteiras. Ao mestre cabia fiscalizar o processo de produção e o trabalho das charuteiras, controlando a qualidade do material que elas produziam. Também era de sua responsabilidade a distribuição do material e a alocação das mulheres por tipo de charuto, uma vez que numa mesma fábrica eram produzidos vários charutos, desde o de maior qualidade, destinado à exportação, àqueles mais baratos, para consumo local. O pagamento das trabalhadoras dava-se de acordo com o tipo de charuto produzido: aquelas que fabricavam o de maior qualidade ganhavam mais.<sup>30</sup>

Desse modo, à presença e ao poder dos mestres nas fábricas de charutos, Dona Maria associava o aspecto da exploração sexual, que, segundo ela, era freqüente naquele espaço. Uma melhor posição na escala de produção e/ou o aumento no valor do pagamento, de acordo com seu relato, muitas vezes seria negociado em troca de relações sexuais ou afetivas. O exagero de Dona Maria, quando afirmou que “não tinha uma mulher que trabalhasse no fumo, que dissesse não” ao assédio dos mestres, parece ter se dado em função de um aborrecimento pessoal com um deles, o qual teria vivido um romance com sua filha, romance esse por ela desaprovado. Então, reafirmando sua personalidade, interveio, discutindo com sua filha e afastando-a do “armazém”.<sup>31</sup> Para garantir seu sustento, não estava disposta a submeter-se a

---

<sup>30</sup> Elizabete Rodrigues da Silva, **Fazer Charutos: uma atividade feminina**, Mestrado, Salvador, UFBa, 2001, pp. 116-118.

<sup>31</sup> Elizabete Rodrigues da Silva também reafirma a possibilidade de existência de relações afetivas entre mestres e charuteiras, ao ressaltar que o controle de qualidade dos charutos poderia falhar por conta de seu próprio método, que utilizava o “olhar” como mecanismo, e também “podendo se tratar de proteção a alguma charuteira por parte do mestre ou do passador, pois se tratava de um trabalho onde a relação entre as pessoas destas funções

determinadas situações supostamente degradantes e também não permitia que sua filha o fizesse. Certa de que não faria aquele tipo de trabalho, Dona Maria decidiu: “Eu que não nasci pra isso” e, como que reafirmando sua postura, não mais voltou ao armazém, nem para receber o valor referente a seus quinze dias de trabalho.

A destemida Maria Mota de Jesus continuaria, contudo, sua busca por uma atividade que pudesse render-lhe maiores rendas, estando sempre disposta a ousar experiências em realidades pouco conhecidas. Foi assim que se dispôs a “ver a vida”, investigar as vantagens em ser prostituta em Feira de Santana, como ela contou:

Um dia eu não achei o que fazer, tinha uma mulher por nome Mara... Tu conheceu uma Mara seca, que ela morou até naquelas casa ali, aí nessas casas aí... No Calumbi, aqui no Calumbi.

Aí ela... Aí José... Eu tinha largado José de novo e tava com [as filhas] Iraci e Antonieta. Aí eu peguei lavar roupa de ganho, ela disse: “Mas tu não tem o que fazer, vai lavar roupa de ganho? Vamos fazer vida, que fazer vida é melhor”. – “Fazer vida como, menina”? – “Vamos lá que você vê como é”. Cheguei lá, as mulheres eram tão pobres, que não tinha nem uma cadeira, era um tamborete. Aí, lá vai eu ver a vida. Tomei um banho, se vesti, meu cabelão grande amarrei; fazia aquele negócio que o cabelo enrolava todo aqui pra dentro [na parte de trás da cabeça]... Lá vai eu. Lá vai eu mais ela. Quando chegou lá, chega ali no beco do Mocó, [digo] no Beco do Ginásio, aquela carreira de tamborete assim, aquelas mulheres tudo sentada. Me sentei bem na ponta do tamborete e digo: “Ah! Isso não vai prestar”. Aí chega homem, né, aqueles homens fedendo a suor, fedendo a lodo, pega uma, lá vai lá pra dentro do quarto. Entra uma com uma bacia de água, um paninho, uma toalhinha no ombro e eu tô olhando. Aí foi tudo, eu sei que foi tudo, só ficou eu por derradeira. Aí evem um gaiato: “E você, garota, o que tá fazendo aí”? – “Eu tô aqui esperando uma amiga que entrou aí e eu tô esperando aqui pra nós ir. Repare se eu tô com cara de quem faz vida”? (risos). O homem olhou pra minha cara e se picou (risos)! Aí, eu caí em Mara, xinguei Mara toda, digo: “Quanto eu ganho pra tu? Eu não nasci pra amolecer pica, não”! (muitos risos).

A Rua Leonardo Pereira Borges, que ficava nos fundos do Ginásio Santanópolis, ligando as atuais Rua Senhor dos Passos à Avenida J. J. Seabra, era uma afamada zona de meretrício de Feira de Santana. O também conhecido “Beco do Ginásio” localizava-se, assim, na região central da cidade, e concentrava, em fins da década de 1950, pelo menos três casas de prostituição, as de número 62, 75 e 81 – conforme reafirmou o Delegado Regional, Antídio Matos, em resposta à solicitação de esclarecimentos por parte do Juiz de Direito da cidade, que estava incumbido de julgar um habeas-corpus preventivo em favor de dez mulheres que ali residiam.<sup>32</sup> Ao verificar as condições precárias em que viviam as prostitutas do Beco do Ginásio, Dona Maria Mota de Jesus convenceu-se de que não valeria o sacrifício de seu corpo

---

era de muita proximidade, chegando a resultar, muitas vezes, em relações amorosas entre charuteiras e o mestre, assim como com o passador de charutos”. **Fazer charutos, uma atividade feminina**, p. 119.

<sup>32</sup> Ver Habeas-corpus. Alice Alves Cruz e outras (Altina Martins de Santana, Maria de Lourdes Silva, Nilza Alves, Hilda Maria de Jesus, Marilda Aquino, Lourdes Bastos Magalhães, Regina do Nascimento, Raimunda do Nascimento e Marina Batista de Carvalho). Casa de Prostituição. 1958. Centro de Pesquisa e Documentação de Feira de Santana (CEDOC/UEFS).

e sua honra naquela profissão que lhe era apresentada a fim de, pretensamente, aumentar sua renda. A prostituição não lhe demonstrou as vantagens prometidas por sua vizinha e a constatação de que auferia maior rendimento lavando roupas constituiu-se na primeira motivação de sua recusa em investir na nova profissão. Assim, de modo a afastar-se daquela realidade que estava prestes a assumir e diferenciar-se daquelas mulheres que poderiam ter se tornado suas colegas, apoderou-se dos estigmas impostos àquela profissão, afirmando que não nascera para aquilo e que não tinha “cara de quem faz vida”. Essa sua investida, de buscar uma alternativa para seu sustento e de suas filhas na prostituição, mostrou-se, todavia, como uma atitude extrema frente a uma situação também limite, pois ela havia largado seu marido, José, e precisava dar conta sozinha do sustento de suas duas filhas. Tal situação de “mãe solteira” revela uma difícil realidade comum entre mulheres dos segmentos subalternos, ao passo que a conquista da independência econômica, podia somar-se a alguma liberdade, permitindo-lhes, por exemplo, fazer a opção por “largar” seu companheiro e/ou ingressar em outra relação afetiva, o que, contudo, não o faziam sem um alto preço a pagar. À medida que, para o homem, o fim do casamento com a mãe de seus filhos significava muitas vezes o fim da responsabilidade com o cuidado e o sustento de sua prole, à mãe cabia redobrar o esforço de trabalho no sentido de continuar com a guarda dos filhos.<sup>33</sup>

Perante tal situação ou devido ao desejo de ganhar mais para acumular e realizar alguns de seus projetos, nem todas as alternativas de ocupação disponíveis – como o trabalho doméstico, o emprego como fumageira ou como prostituta – mostraram-se favoráveis à Dona Maria. A venda de refeição nas feiras-livres e de acarajé em sua casa, por seu turno, serviu de importante complemento à sua renda. A lavagem de roupas, por sua vez, mostrava-se como uma escolha central entre as que lhe eram apresentadas ou entre aquelas que lhe eram possíveis. Para Dona Maria, assim como para outras mulheres que a esse ofício se dedicavam, a lavagem de roupas possibilitava maior flexibilidade, permitindo, sobretudo, o que lhes era fundamental: maior disposição e cuidado com a família. Ela, por exemplo, costumava almoçar no Tanque da Nação, com as outras lavadeiras, mas, em caso de excepcionalidades, poderia mudar sua rotina:

Quando eu ia almoçar lá [no Tanque da Nação], eu ia no Centro [de Abastecimento], eu ia no Centro não, eu ia no mercado, trazia um mamão, ou uma melancia grande, partia com todo mundo... Aquele peixe “morre sambando”, que não é aquele de hoje salgado, cheio de sal, não... Trazia quiabo, maxixe, jiló, azeite e um peixão assim. Lavava, escaldava, botava no fogo... A panela já tinha lá mesmo. Agora, quando que minha mãe adoeceu, eu vinha dar

---

<sup>33</sup> Em Feira de Santana, no ano de 1960, de um total de 26.410 famílias residentes em todo município, cerca de 18 por cento, ou 4.678 famílias, eram chefiadas por mulheres. Cf. IBGE, **Censo Demográfico de 1960. Bahia (Série Regional, Vol. I, Tomo VIII)**, p. 112.

banho em minha mãe, dar comida a minha mãe e aprontar as meninas pra ir pra escola de tarde.

Os filhos, a família, mostravam-se assim como elemento fundamental para o ingresso e permanência daquelas mulheres na profissão. Dona Maria e as demais lavadeiras, também nesse aspecto, desbancavam concepções hegemônicas ainda vigentes naquele período sobre maternidade, conciliando trabalho e atenção à família. Sua valentia não solapara sua solidariedade – ao passo que a comida que preparava “partia com todo mundo” – e muito menos sua feminilidade, não obstante tenha moldado os contornos de seu olhar sobre o passado e sua trajetória, ressaltando em sua memória a visão dos conflitos.

### 2.3. Uma mãe de doze filhos

A opção pelo cuidado dos os filhos, a prioridade da maternidade, foi o principal elemento que levou Dona Helena Gomes Cerqueira a ingressar na profissão de lavadeira em meados da década de 1950. Nascida em 28 de fevereiro de 1930, no povoado de São Vicente, no distrito de Tiquaruçú, zona rural feirense, Dona Helena Gomes migrou para a cidade “no dia de São José”, dezoito de março de 1945. Chegou à cidade para ser babá dos filhos de Dona Lalí, que morava na Rua Marechal Deodoro, casa sessenta e seis, onde viveu por dez anos. Logo que se instalou, a jovem Helena começou a namorar com Gimí, um famoso engraxate que trabalhava – ou melhor, “trabalhou por toda vida” – na esquina da rua onde morava a jovem Helena, em frente à loja “Pernambucanas”.<sup>34</sup> Com ele andou de namoro durante seis anos até que se casou, depois de um episódio que demonstrou sua coragem na defesa de sua honra e do futuro de sua família, como ela contou:

Nunca soube fazer nada. Vim da roça, tabaroa, com vestido de vugariana, que na roça só vestia vugariana, aquela vugariana feia, que papai comprava pra gente rala, que não segurava nem goma! Eu fiz quinze anos no dia vinte e oito de fevereiro e vim praqui no dia de São José, em março, né. São José não é feito em... dezoito de março, eu vim praqui pra Feira. Antes de completar um mês, apareceu esse intruso na minha frente [referindo-se ao marido].

Namorei seis anos! Mas eu tirava picula com outros namorados, pra vê se ele me deixava, pra vê se ele esquecia de mim. Porque ele também namorava muito, né, eu também arranjava, eu também namorava. Teve uma vez, que teve uma festa em São Gonçalo [na verdade, em Santo Antonio dos Prazeres], e nesse tempo teve um... teve um parque armado na Getúlio Vargas (...). Eu digo: “Gimi, vamo pra festa”. Ele disse: “Ah! Eu não vou, não”. Eu digo: “Ah! Se tu não vai, eu vou”. Porque eu era assim! Tudo isso eu fazia pra ver se ele me deixava. Tudo isso que eu queria fazer que ele dizia que não, eu fazia, pra ver se o homem esquecia de mim! (...) Viu, era roça, que chama Santo Antonio dos Prazer (...). Viu, aí a gente foi pra essa festa. Jaime da Barraca, não sei se você lembra de Jaime da Barraca, é quem era o festeiro que fazia essas festas na roça e levava a gente. A gente ia tudo de

---

<sup>34</sup> Ao analisar o papel do comércio de tecidos, Rollie Poppino afirma que “desde 1931 que um dos maiores estabelecimentos do gênero, as *Casas Pernambucanas*, havia instalado um grande negócio em Feira de Santana”. Cf. **Feira de Santana**, p. 238.



caminhão. Aí foi nesse dia, na casa de farinha. A gente deixou a festa boa lá e veio pra casa de farinha, lá a gente mandou brasa!

Mandei brasa! Mandamos brasa! Quando foi depois, ele disse assim, “tu não quer merendar, não”? Eu disse: “Eu, não. Eu não ando atrás, morrendo de fome”! Eu não comia em festa nenhuma. Quando eu saí de casa eu já saía com minha barriga feita. Aí pronto. Escute bem. Depois do serviço a gente foi pra festa, entrou na festa de novo, né... Aí eu tô vendo um negócio, eu digo: “Oxente! Eu não tô menstruada, que minha menstruação fez quinze dias que foi embora e ela não volta”. Minha menstruação era pontual, só levava três dias, até quando eu tinha neném, ela só corria três dias. Dona Laura, minha parteira, tomava até um susto, pensava que tinha suspenso, viu. Eu digo, “Oxente! Por que eu tô assim, toda melada de sangue desse jeito”?

Escuta bem, escuta bem. Aí pronto, eu disse: “Ô, Gimi, eu não vou esperar essa festa amanhecer o dia não”. Ele disse: Por que”? – “Porque depois daquela brincadeira, eu tô sangrando”! Ele disse: “Ô, Jesus Cristo, entrei num pau de bosta”! Eu disse: “Você entrou, você entrou? Você sabia que ia entrar! Quem entrou foi eu! Agora, de mim você não sai, macho! De mim você não sai”! Aí pronto. Fez um mês, fez dois, no três a menstruação não veio. Aí, quando é um dia, eu esperei ele chegar do trabalho, porque ele trabalhava na esquina, ali chamava Pernambucanas, mas naquele tempo, que ele namorava comigo, ali era de seu Albertino, o dono da loja o dono da loja era seu Albertino, depois passou a ser, até hoje, a Pernambucanas. Aí, três meses a menstruação não veio e ele só correndo de mim, ele só correndo de mim. Aí, eu esperei ele sentar, pegar a cadeira lá onde ele guardava. Tinha uma quintandinha que chamava O Beija Flor, que o pessoal tomava bebida, era uma quintandinha que chamava O Beija Flor e o dono vendia bebida, nera, aí, quando ele acabou de pegar cadeira lá que veio, sentou, eu peguei e disse a ele assim: “Gimi, Seu Gimi”. Até hoje eu chamo ele de Seu Gimi.(...) Aí, eu disse assim: “Seu Gimi, três meses hoje, depois daquela brincadeira, que a gente fez lá no Santo Antonio dos Prazeres, na casa de farinha, minha menstruação nunca mais veio”. Aí ele disse assim: “Vai dizer que é eu que tô lhe devendo”? Eu disse: “Não é você, então é seu pai”! Porque eu sentei no pau da cadeira, né. Eu disse: “Não é você, então é seu pai, que me deve”! – “Meu pai já morreu”!(...) Eu disse: “Então não foi você, foi o seu pai”! Aí, meti a mão no cumbá, tirei a calcinha e disse: “Olhe aqui, olhe”! Guardei foi muito tempo dentro de meu travesseiro. Eu disse: “Olhe aqui minha calcinha que eu tava vestida no dia da festa”. – “Que é isso, mulher! Olhe os homens passando aí, oi os homem passando aí”. Eu disse: “Ô, você tá dizendo que não me deve nada, e o que é isso aqui”! A moça quando é virgem, minha filha, que faz putaria errada: “Olhe aqui a prova, olhe”. – “Ah! O filho pode ser meu, mas eu não lhe devo nada”! Eu disse: “Não? Você quer que eu esfregue essa calça no seu rosto”!? Garrei ele aqui pela camisa. Eu digo: “Repita! Você repita que não me achou virgem, repita”! Lasquei a camisa dele toda. Deixei ele todo rasgado na rua! Eu disse: “Repita, repita, que você não me achou virgem! Repita”! Aí meti a mão, tirei a calcinha e abri na cara dele: “Aqui a calça, olhe, do dia da festa, lá do Santo Antonio dos Prazeres, na casa de farinha, viu, olhe aqui a calça”. – “Guarda essa calça, mulher, olhe os homem aí passando”! Eu disse: “Qual é o homem que não sabe que mulher sangra todo mês? Só se for você, inocentinho, você só quer ser inocente! Hum,só quer ser inocente, viu? Eu tô”!

Depois de seis anos de namoro, a primeira relação sexual de Helena Gomes veio acompanhada de sua primeira gravidez. Sua relação afetiva com Seu Gimí foi, até aquele momento, marcada por alguma autonomia, ao passo que, durante o namoro ela possuía outros namoricos, ou melhor, “tirava picula com outros namorados”. Tal atitude, contudo, revelava-se revanchista, uma reação ao fato dele também namorar muito. Provavelmente, sob esse caráter se pautasse certo desdém por aquela relação; ao constatar que ele tinha outras relações, ela dizia fazer de tudo “para ver se ele a esquecia”. O significado e importância da relação afetiva com seu namorado, contudo, alterou-se logo após sua primeira relação sexual.

Ao contar aquele episódio, Helena Gomes não apenas passou a valorizar aquele vínculo que até então, aparentemente, até desdenhava, como passou a lutar por sua consolidação, avisando a seu companheiro naquela mesma noite de sua primeira relação: “Agora de mim você não sai, macho”. A manutenção dessa relação se fez ainda mais imperiosa quando Helena, aos vinte anos de idade, descobriu que, além de perder a virgindade, estava grávida. Ela não estava disposta a criar “um filho sem pai” e, para evitar tal destino, dispôs-se a expor sua intimidade em praça pública e disputar o pai de seu filho com outras mulheres.<sup>35</sup> Esse episódio revela condutas comuns entre mulheres trabalhadoras e suas famílias, que investiam em uma série de tentativas e arranjos a fim de reparar a honra da menor, tendo a via judiciária como último recurso.<sup>36</sup> A marca de sangue em sua roupa íntima era a garantia de sua honra e de sua decência, o que se mostrava fundamental para que seu companheiro assumisse as responsabilidades sobre o filho que aguardava e com ela própria, como de fato posteriormente aconteceu, ao passo que os dois ainda se encontram casados.

Sem recursos para manter uma casa para sua nova família, Dona Helena e seu Gimí viveram separados durante algum tempo após o nascimento de sua primeira filha, a Rose, em 25 de agosto de 1951. Dona Helena continuou morando com sua “boa patroa” até que teve sua segunda filha, um ano e meio depois do nascimento da primeira, como relata:

Ainda tive dois filhos lá na casa da patroa! A patroa era boa demais!  
Quando eu tive Rute, tava com vinte e um anos, tava com vinte e um anos. E quando Rute fez um ano e eu já tava com... ela pegou e festejou o aniversário de Rute, quando Rute fez um ano. Aí as amigas dela: “Hein, Dona Lali!” Porque tem gente despeitado, né: “Hein, dona Lali, agora ao invés de ser cinco é seis pra a senhora fazer aniversário, não é”? Aí ela disse: “Enquanto ela tiver um, tá tudo muito bem”. Eu disse: “Não se incomode, não, que eu já tô com dois meses aqui, olhe, vou fazer três”! (risos). Eu já estava com dois meses de grávida de Maria Célia, essa que mora aqui do lado, eu tava com dois meses de grávida, mas ninguém sabia, só quem sabia era eu, né, ia levando o emprego. Aí ela festejou o aniversário de Rute, foi no dia cinco de agosto, ela fez um ano... Ela festejou o aniversário de Rute e as amigas tudo... Que tem umas amigas que é falsas, né, não tratam as secretárias direito, como Dona Lali me tratava direito... Dona Lali não me tinha como empregada, viu. Aí, eu vivia bem lá e ela me tratava bem, viu; tomei conta de cinco meninos lá e de Rute. Papai me levou pra ter Rute lá na casa dele, em casa, na roça; depois com quinze dias dona Lali foi me buscar, aí eu vim pra casa de dona Lali de novo. Ela é que cuidava de Rute.

Dona Helena considerava sua patroa “boa demais”, pois, além de mantê-la no emprego, com casa e alimentação para si e sua filha, ainda demonstrava-lhe consideração ao comemorar o aniversário da mesma como fazia com os seus. Isso, contudo, não se dava gratuitamente. Como deixa transparecer em seu depoimento, viver e ser bem tratada na casa

---

<sup>35</sup> Dona Helena refere-se a uma discussão com uma outra pretendente de seu futuro esposo no lugar em que aquela trabalhava, no centro da cidade, quando lhe revela estar grávida de seu Gimí.

<sup>36</sup> Alberto Heráclito Ferreira Filho, **Quem pariu e bateu que balance...**, pp. 127; 148-149. Ver também Marta Abreu Esteves, **Meninas Perdidas...**

de sua patroa estava condicionado ao fato de “tomar conta”, como babá, dos cinco filhos desta. Como recompensa, a jovem mãe Helena Gomes era tratada “como da família”, pois não a “tinham como empregada”, e a festa de aniversário de sua filha aparecia como prova disso. Nesse período, era comum a contratação de moças mais jovens para trabalhar em casa de família, as quais eram muito apreciadas por serem consideradas mais dóceis, inocentes e mais fáceis de educar nos serviços domésticos ao gosto da patroa.<sup>37</sup> Geralmente, sob o discurso de que faziam parte da família, essas meninas trabalhavam reclusas em troca de alimentação e moradia, não recebendo, obviamente, determinados investimentos e privilégios a que os demais membros da família tinha acesso, como a educação formal<sup>38</sup> – Dona Helena, por exemplo, nunca teve a oportunidade de ser alfabetizada.<sup>39</sup> Essas atitudes, contudo, não dissipavam de todo a tensão inerente às relações de trabalho doméstico, que em determinadas ocasiões revelavam seu caráter desigual. Na ausência de contratos formais, essas relações valiam-se da negociação, baseada em noções de favores e reciprocidade. Sob esta perspectiva, o relato evidencia o caráter clientelista da relação estabelecida entre Dona Helena e sua patroa, ao tempo que revela o olhar sobre aqueles patrões que, como “as amigas de Dona Lalí”, “não tratam as secretárias direito”, sendo assim vistas como mesquinhas, ou melhor, “falsas” por não cumprirem com sua parte no acordo implícito de reciprocidade.

A bondade da patroa não resistiu, contudo, à sua segunda maternidade. Algum tempo depois do nascimento, em 1953, de Maria Célia, sua segunda filha, Dona Helena – não sem aviso prévio de Dona Lalí, que havia lhe advertido sobre as conseqüências de um segundo filho – viu-se obrigada a encontrar um lugar para morar com sua família. Então, saindo dali foi viver na Fonte do Mato, no bairro Olhos d’Água, “perto da casa de Norato da Pamonha”. Enquanto morava lá, continuou trabalhando na casa de Dona Lalí, como relatou:

Quando eu saí da casa de dona Lali, eu fui morar lá perto de Norato, chamava Fonte do Mato. Lá perto de Norato.

E lá eu ainda trabalhava na casa de Lali, de dia, e ia pra casa de noite. Tá entendendo. Trabalhava na casa de dona Lali o dia todo e ia pra casa de noite e vinha de manhã. Ia de noite e vinha de manhã, ia de noite e vinha de manhã. (...)

Quando eu saí de lá da Fonte do Mato, perto de seu Norato, eu morei na Chácara São Cosme, eu morei na Chácara São Cosme. O cunhado da minha mãe de criação, ele tinha uma fábrica de tijolos. Tinha a linha do trem e aqui pra baixo era o terreno dele. Aí ele tinha uma fábrica de tijolos e ele tinha uma casa que era do pessoal que trabalhava pra fazer tijolos, ele dava pra o pessoal morar. Aí ele acabou com a fábrica, me tirou da casa do

---

<sup>37</sup> Sandra L. Graham, **Proteção e Obediência**, pp. 35-36; Maria Aparecida P. Sanches, **Fogões, pratos e panelas**, p. 60.

<sup>38</sup> Maria Aparecida P. Sanches, **Fogões, pratos e panelas**, pp. 84-85.

<sup>39</sup> Em Feira de Santana, do total de moradores com idade a partir de cinco anos, o número de pessoas que sabiam ler e escrever correspondia a 26.634 (29,5%) em 1950. Esse número aumentara para 54.734 (46,7%) em 1960. Cf. IBGE, **Estado da Bahia. Censo demográfico. 1950. (Série Regional. Vol. 20, Tomo 1)**. Rio de Janeiro, 1955, p. 77; IBGE, **Censo Demográfico de 1960. Bahia (Série Regional, Vol. I, Tomo VIII)**, p. 94.

finado Bráulio, de seu Bráulio, perto de Norato, que eu pagava de aluguel e botou na casa dele pra eu morar de graça. E de lá... Eu morei lá um bocado de ano, que eu não sei nem contar.

Ao sair dos Olhos d'Água, Dona Helena e sua família conseguiram estabelecer-se durante algum tempo sem precisarem se submeter ao pagamento de aluguel. A rede de sociabilidade existente em torno de Dona Helena, sobretudo, fez-se fundamental para garantir a estabilidade residencial para ela e sua família, ainda que de forma temporária. Como visto, foi o “cunhado de sua mãe de criação” quem lhe emprestou a sua casa para que sua família morasse gratuitamente por muitos anos.

Seu ingresso na profissão de lavadeira deu-se à medida que sua prole aumentava e, ainda na Fonte do Mato, começou a lavar roupa de ganho. Quando se mudou para a Estrada do Calumbi, no final da década de 1950, Dona Helena continuaria labutando como lavadeira, agora no Tanque da Nação:

Quando eu vim dos Olhos d'Água, eu já vim com Rute, Maria Célia e Clarisse. Tá entendendo? Clarisse fez três anos em abril e Rege nasceu em vinte e oito de março, no Calumbi. No Calumbi eu tive... tive Rege, tive Antonio... Foi só esses, não foi? No Calumbi foi. Eu saí daí do Calumbi e fui morar no fim da Rua de Aurora, num lugar que chamava Tamarino.(...) Lá no Tamarino, eu tive Carlos... tive Carlos, tive Marilene, que é essa que vai chegar nesse instante aí, e tive Roberto e tive Roquiália e tive Paulo Cezar. Quando eu saí de Tamarino pra vim morar aqui na minha casa, (...) aqui nessa casa nasceu... eu trouxe Paulo Cezar com quatro meses.

Como se verifica no trecho acima, o tempo da memória de Dona Helena fora marcado utilizando como referência o nascimento de cada um de seus filhos, eventos que não distavam entre si um período maior que dois anos. Ao ser questionada sobre a quantidade de filhos que possuía Dona Helena ressaltou: “*Vivos? Doze. Tenho doze vivos, morreu três. Ah! Minha filha, eu lavei roupa um bocado de ano*”! A lavagem de roupa como profissão, como se pode depreender da afirmação acima, possuía um vínculo direto com a quantidade de filhos que ela criou. A autonomia inerente a essa profissão lhe possibilitara organizar seus horários de trabalho a fim de priorizar o cuidado de seus filhos. Desse modo, antes de sair para lavar roupa no Tanque da Nação, Dona Helena deixava a refeição pronta e, com o passar dos anos, as tarefas eram divididas entre os filhos mais velhos, como lembrou: “*As [filhas] maior fazia a comida e dava aos irmãos e ainda ia levar a comida lá [no Tanque]*”. Essa lembrança revelou um outro caráter muitas vezes presente na lavagem profissional de roupas. Em determinadas ocasiões, ela tomava um caráter de trabalho familiar, onde principalmente as crianças tinham um papel ativo, em detrimento da participação do marido, quando essa figura compunha a família. O trabalho infantil obedecia a uma divisão sexual: geralmente aos meninos eram atribuídas as atividades que, além da força física, não exigia outras habilidades.

Às meninas, de outro modo, logo assumiam o trabalho doméstico, dividindo a tarefa de cozinhar e cuidar dos irmãos mais velhos com a mãe, ao tempo que eram iniciadas na profissão de lavadeira, acompanhando-as ao Tanque. Dona Helena, ao lembrar que uma de suas filhas, “*era meninota, mas ela pegava água no chafariz!*”, revelou que, se por um lado as filhas mulheres, na ausência de filhos do sexo masculino, ou no caso desses serem muito novos, assumiam as tarefas de carregar água, entregar ou recolher as trouxas de roupas e “carregar peso” de um modo geral, aos filhos homens não eram atribuídas aquelas atividades mais ligadas ao serviço doméstico, tidas como essencialmente femininas, a exemplo dos afazeres na cozinha da família e a própria lavagem de roupas.

A investida no trabalho infantil de seus filhos por parte das mães de classes populares, além de ser uma estratégia para aumentar a produção e rendimento do trabalho, era vista também como uma forma de ocupar seu tempo, evitando o aliciamento para a delinqüência, ao passo que possibilitava a iniciação profissional. A necessidade de aumento da renda e da iniciação no trabalho infantil feminino também foi sugerida na interjeição de Dona Helena após reclamação de sua segunda filha, Maria Célia, pelo fato de haver momentos em que ela e Clarisse, a terceira, iam lavar roupa enquanto sua mãe ficava em casa.<sup>40</sup> A tal protesto Dona Helena respondeu: “*E eu ia lavar sozinha pra dar dinheiro todo aos meus filhos? E eu ia criar minhas filhas sem fazer nada!?*”

O trabalho de lavar roupa de ganho, contudo, era realmente protagonizado pela própria Helena Gomes Cerqueira, tendo a participação de seus filhos um caráter mais complementar e geralmente secundário. E a essa tarefa aplicava-se com esmero, o que lhe rendeu a fama de boa lavadeira, elemento fundamental para conseguir bons clientes e estabelecer melhores preços, numa atividade que possuía uma concorrência considerável. Nesse sentido, ela fez questão de ressaltar: “*E eu era procurada!*”, fama que parecia corresponder à boa qualidade de seus serviços, pois segundo sua filha, Dona Helena “engomava lavava uma roupa, um terno de linho pra ninguém botar defeito!”<sup>41</sup>

Dedicando-se exclusivamente a esse ofício de lavadeira, Helena Gomes empregava-se de segunda a domingo, sendo que distribuía o trabalho durante os dias da semana, como explicou: “*Minha Nossa Senhora! Lavava roupa que eu não dava conta. Era roupa... Era gente que lavava a semana inteira, minha filha. Até dia de domingo! Agora, eu que não*

---

<sup>40</sup> A segunda filha de Dona Helena participou, geralmente assistindo, de grande parte da entrevista, período no qual fez algumas intervenções registradas na gravação e na transcrição, como nesse momento quando disse: “E depois teve uma época que, quando era eu e Clarice [minha irmã]... a senhora que botava era nós duas pra lavar roupa e a senhora ficava aqui dentro de casa!”

<sup>41</sup> Intervenção de Maria Célia Cerqueira, filha de Helena Gomes Cerqueira, em entrevista concedida por esta última no dia 18/10/2005.

*lavava dia de domingo, eu preferia passar, né. Dia de domingo e sábado, eu passava. Agora, segunda, quarta, quinta e sexta, eu lavava*". A lavagem de roupas apresentava nesse aspecto seu caráter fatigante, sobretudo, para aquelas que como Dona Helena sustentavam-se exclusivamente com essa ocupação. O trabalho muitas vezes era tanto que ela, como outras lavadeiras, "não dava conta". Tanto que, sobretudo com o desgaste acumulado no decorrer dos anos, um de seus principais anseios era o de abandonar a profissão, como ela revelou: *"Todo o dia eu dizia assim: 'Meu Deus, eu tenho fé em Deus que um dia eu hei de deixar de lavar roupa. Tenho fé em Deus que um dia eu hei de deixar de lavar roupa'"*.

Esse seu desejo foi alcançado ao completar sessenta anos, quando conseguiu aposentar-se, fato, aliás, que ela fez questão de ressaltar e recontar durante toda a entrevista. Sofrendo de uma crise depressiva que a levou ao afastamento do trabalho, aos 55 anos, Dona Helena foi levada por sua filha a um psiquiatra, que após indicar-lhe o tratamento, aconselhou-a a pagar a previdência social como autônoma, a fim de que garantisse sua aposentadoria. E assim ela o fez. Dona Helena quitou cinco carnês do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), durante os cinco anos que se seguiram, contando com a ajuda de seus filhos e de três "filhos dos brancos" – filhos de Dona Lali, dos quais ela havia sido babá durante dez anos, logo que chegou à cidade. No dia 18 de outubro de 1990, ela dirigiu-se ao posto local da Previdência Social para dar entrada em sua aposentadoria, como explica no trecho a seguir:

Era cruzeiro, era. Eu paguei... Tenho cinco carnês desse em casa. Aí, escute, aí eu fiz sessenta anos em fevereiro, né. (...) Aí quando foi no dia dezoito de outubro, chovendo (...). Eu cheguei, fui lá dentro, peguei os cinco carnês, subi o INPS debaixo de toda a chuva, molhada que só um pinto! Aí botei o bicho dentro do saco plástico, peguei uma fila no INPS do tamanho do mundo! E fiquei lá em pé. Um disse: "Ô dona, a senhora mora aonde"? Eu: "Pra que você quer saber"? – "Porque a senhora não vai sair daqui hoje, porque a sua fila tá é grande! A senhora sabe quantas pessoas tem na sua frente? Tem cem pessoas". Eu disse: "Podia ter duzentas, não lhe interessa. Hoje daqui eu não saio". Agora ele deu azar, porque a menina que tava no caixa, do outro lado... Eu tava toda de branco! Ah! Eu só andava no chique! Era lavadeira chique! Hahaha [risos]! Ô! Se lavava pros outros chique, eu também tinha... Eu tava toda de branco, aí ele que ficou enchendo o meu saco perdeu por isso, porque a menina que trabalhava no caixa, lá dentro, chegou e fez assim: "De branco, que tá lá no fundo, faça o favor"! Aí, lá vai eu, toda contente, pedindo a Deus que já desse pra mim parar de pagar. "Que é dona, que a senhora quer"? Eu disse: "Ô, minha filha, olha aqui os meus carnês, eu tenho cinco carnês desse". Que eu tirei como que eu fosse modista, hahaha [risos]! Não sei cortar nenhuma calça! [risos]. Nem cortar uma calça, uma calça de pano velho pra eu vestir, eu não sei cortar. Nunca cortei. E quando eu fui fazer lá na prefeitura, eu disse que eu era modista e que eu não tava enxergando mais, minha filha! Pra enfiar a agulha, que só enfiava a agulha quando a vizinha tava em casa, que eu chamava a vizinha pra vim enfiar, e não sei o que. "Por sinal, tô passando até fome, porque não tô mais costurando! Minhas filhas casou tudo, uma mora em Salvador, uma mora não sei naonde, outra mora não sei naonde, terminou eu ficando sozinha"! – "Tem marido"? – "Eu sei lá por onde é que anda marido? Marido me deixou". É, tem que ler o bê-a-bá certo, minha filha, tem que saber jogata, já! [risos]. Não sei ler, não, minha filha, não sei nem fazer meu nome, nem meu H, que minha primeira letra é H, né?

Esse rico relato sobre seu processo de aposentadoria apresenta uma série de questões acerca das estratégias por ela estabelecidas e sobre mais alguns dos significados de ser lavadeira. Ela havia se preparado a altura da formalidade que a situação exigia. Toda vestida de branco, como o faziam aquelas pessoas “chiques” para quem a maior parte da vida lavou roupa, Dona Helena seguiu obstinada, enfrentando “toda a chuva” e a “grande fila” para enfim lograr seu tão esperado projeto: deixar de lavar roupas, como profissão, e aposentar-se. A estratégia de vestir-se de branco parece ter alcançado êxito, pois, além aparentemente ter colaborado para antecipar seu atendimento na fila do posto do INPS, parece ter cumprido uma outra função ao omitir sua real profissão – de lavadeira.

As questões expostas nessa reflexão de Dona Helena também demonstram como elementos culturais, valores e mesmo preconceitos distintivos do poder dos grupos dominantes, ao tempo que eram compartilhados por grupos subalternizados, podiam ser por estes utilizados em seu favor. A imagem da lavadeira, de determinado modo, opunha-se à idéia de ser “chique” que as vestes brancas impunham. Nessa perspectiva, tais representações mostravam-se como inconciliáveis na visão hegemônica. Contudo, ao ironizar o fato de que era uma “lavadeira chique”, ela questionava e, simultaneamente, reafirmava tal visão. Sua experiência de ser uma lavadeira “que só andava no chique” era, ela própria, questionadora daqueles aspectos sociais hegemônicos. Dona Helena, lavadeira, podia utilizar-se dos mesmos elementos caros às classes dominantes, que muitas vezes atuavam contra ela, para reafirmar sua dignidade. Por outro lado, a assimilação da desvalorização social atribuída ao seu trabalho foi revelada em sua ironia e confirmada com a omissão de seu verdadeiro ofício. Apresentar-se como modista funcionou, ali, como uma importante estratégia que tinha o objetivo claro de alterar o status social a que estava submetida na condição de lavadeira e garantir seu intento de aposentar-se.

Embora nunca tenha aprendido a decifrar os códigos do alfabeto, Dona Helena demonstrou amplo conhecimento do “*bê-a-bá*” do jogo do paternalismo. Encenou, assim, um papel típico da pobre senhora necessitada de caridade, que só contava com a solidariedade dos vizinhos – cena incrementada pelo abandono dos filhos e do marido –, papel próximo àquele que, em certos momentos, de sua vida desempenhou diante dos poderosos com quem teve contato. Naquele momento, diante da funcionária do INPS, Dona Helena utilizou-se das cartas que possuía naquela “jogada”, apresentando-se como a digna e necessitada senhora que esperava contar com os favores do bondoso Estado para garantir seu interesse, o direito de aposentar-se.

A valentia de mulheres como Dona Helena, Dona Maria e Dona Anete não se apresentava somente quando tratavam de resolver seus problemas por meio da violência ou de escândalos. Sua valentia deve ser compreendida em função de sua coragem cotidiana de dispor-se a garantir, ou “ganhar”, os meios de sua sobrevivência e de concretizar seus projetos pessoais, assumindo, para si, a responsabilidade sobre a condução de suas vidas, mesmo em uma sociedade extremamente exploradora e violenta, que não garantia direitos aos trabalhadores informais.<sup>42</sup> Agindo assim, assumiam e recriavam uma perspectiva de feminilidade que historicamente vinha sendo forjada por mulheres trabalhadoras, pelo menos desde o período escravista.

No discurso dessas mulheres, a falta de alternativas, o não saber ou não ter mais o que fazer para garantir sua sobrevivência apresenta-se como a principal motivação para o ingresso na profissão de lavadeira. Ao se investigar suas práticas e relações de trabalho, observou-se, contudo, que esse ofício possibilitou determinadas vantagens que o colocava como alternativa frente a outras atividades exercidas pelas mulheres das classes subalternas. Como visto, a opção pela constituição e manutenção de uma família, sobretudo a prioridade em cuidar de seus filhos, constituiu um elemento central nesse processo. Desse modo, valentia e afeto permeavam a ação cotidiana dessas trabalhadoras, indicando um modo próprio de ser mulher.

---

<sup>42</sup> Não queremos afirmar com isso que os direitos dos trabalhadores formais fossem respeitados ou mesmo garantidos pelos patrões ou instituições do Estado. Muitas vezes, ao contratário, o grande arcabouço legal criado sobre o pretexto de proteger os trabalhadores e garantir os seus direitos foi usado para manter ou ampliar os interesses patronais. Para uma interessante discussão a esse respeito ver John French, **Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**, São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2002.



## CAPÍTULO 3

### **Relações de Trabalho e Cultura de Ofício: Sociabilidades, tensões e significados nas experiências de trabalho das lavadeiras do Tanque da Nação**

*O guarda-civil não quer a roupa no quarador,  
O guarda-civil não quer a roupa no quarador.  
Meu deus onde vou quarar,  
Quarar essa roupa!  
Samba de roda. Autor desconhecido.*

*Pega o boi, amarra o boi  
Na galha do calumbi.  
Que esse boi, meia-noite,  
Não deixa ninguém dormir.  
Samba de roda. Autor desconhecido.*

O Tanque da Nação, desde fins do século XIX, constituía-se como uma importante fonte de abastecimento de água da cidade de Feira de Santana.<sup>1</sup> A presença das lavadeiras naquele espaço sempre fora marcante, mas dele usufruíam uma série de outros indivíduos e outras categorias profissionais, assim como por ele passavam várias pessoas que se dirigiam ao centro da cidade e de lá vinham. Esse intenso trânsito caracterizava o lugar, imprimindo-lhe uma dinâmica que lhe dava, a cada dia, um perfil especial para aqueles que o freqüentavam: um espaço de passagem, de trabalho, de prazeres... de amores. Ali, o dia começava cedo e as lavadeiras geralmente eram as primeiras a chegar e o grupo que por lá mais tempo permanecia.

Ia um bocado mais eu, dizia assim: “Ô, Nete, me espera que é pra gente ir, pra gente descer junto”! Era aquela fila de mulher, tudo com as trouxa de roupa, os baldinho na mão, as crianças atrás; aquelas que não tinha com quem deixar, levava...<sup>2</sup>

Mais uma jornada iniciava-se para dona Anete de Jesus Mota e tantas outras lavadeiras que moravam no Calumbi e às cinco horas da manhã juntavam-se para “subir” a ladeira rumo à “Nação”. O dia ainda nem bem amanhecera e muitas delas partiam para sua jornada diária de trabalho, muitas vezes, já tendo deixado o almoço pronto para o marido ou

---

<sup>1</sup> Em 1892, a Câmara de vereadores aprovou a desobstrução do Tanque da Nação, também conhecido como Fonte de Calumbi, e a fonte do Vaiado, ou fonte do Alambique, que se localizavam na antiga Fazenda do Vaiado, para que servissem de ponto de abastecimento para a cidade. A fonte do Vaiado passou a ser chamada de Vallado ainda no século XIX. Cf. Vicente Diocleciano Moreira, “Aguaoia ocular de uma cidade cega: seca, agressões ambientais e qualidade de vida em Feira de Santana”, in: **Humanas**, ano 02, jan./jun., 2003, pp. 173-199. Essa mesma fonte de água surge com o nome de “Velado” no depoimento das lavadeiras.

<sup>2</sup> Anete de Jesus Mota, Entrevista, 16/10/2005.

alguns dos filhos que não as acompanhavam ao tanque. Sua caminhada cumpria de quinhentos a três mil metros, a depender de onde se localizava a casa de cada uma delas ao longo da comprida Estrada do Calumbi. Tal estrada começava em um pequeno aglomerado de casas no Tanque do Urubu, ao sul da cidade. Dali, a Estrada seguia, em linha quase reta, ao Tanque da Nação, após o qual, tangenciava a Rua da Santa Casa de Misericórdia e continuava até findar-se no Abrigo Marajó, onde nos anos 1933 iniciaram-se as obras da rodovia Rio-Bahia.<sup>3</sup> Nessa estrada, saindo do Tanque do Urubu em direção ao Tanque da Nação, aqui e acolá, encontravam-se arruados de pequenas casas entremeados por cercas de arame farpado que protegiam propriedades rurais do local. Esses arruamentos recebiam nomes que certamente possuíam significado para os moradores da época, como: “Peguei-levei”, o primeiro deles após o Tanque do Urubu. A Rua das Carroças, mais adiante, apresentava-se perpendicularmente à Estrada do Calumbi, que seguia com o nomes “Calumbi de Cima”, seguido pelo “Calumbi de Baixo”. Logo depois surgia o “Tira Cambão”, cujo nome faz uma explícita referência à passagem das boiadas.<sup>4</sup> Mais acima, à esquerda da mesma estrada, já próximo à “Nação”, encontrava-se o Samba Nego. Vizinha ao Samba Nego, perpendicular à Estrada do Calumbi, em direção ao centro da cidade, abria-se a Rua Farmacêutico José Alves.<sup>5</sup>

O Tanque da Nação encontrava-se logo acima, à esquerda, subindo na mesma direção pela estrada do Calumbi. Naquele lugar, as lavadeiras concentravam-se para fazer seu trabalho em torno do Tanque ou de uma outra fonte de menor porte chamada de “Velado”, ou ainda ao redor de tantas outras pequenas “minações” que lá brotavam, junto às pedras, aos pés de tamarindo e outras árvores que se espalhavam por ali, possibilitando um espaço para o trabalho e o lazer.

Por lá tinha sombra, os pés de tamarino... e ali cada qual levava a sua merenda pras criancinhas, levava comida, era uma folia! Tinha gente que até catava lenha pra cozinhar lá; ia de manhã só vinha de tarde.<sup>6</sup>

O Tanque da Nação era o epicentro do cotidiano daquela região suburbana da cidade; o ponto de maior movimentação do dia-a-dia dos moradores dessa região, que compreendia os

---

<sup>3</sup> Ao descrever as obras federais de comunicação rodoviária na cidade, Rollie Poppino afirma: “Duas outras [estradas] foram concluídas pelo governo federal. A Bahia-Minas integrou-se na Rio-Bahia, que iniciara a sua construção em 1933. Quando, finalmente, completa, em 1949, a estrada estendia-se por 1.878 quilômetros, do Rio de Janeiro até Feira de Santana”, in: **Feira de Santana**, p. 213.

<sup>4</sup> “Cambão”: “peça de pau que se junta ao cabeçalho do carro puxado por mais de uma junta de bois; pedaço de pau; que se dependura ao pescoço da rês bravia para impedi-la de correr; juntas de bois”. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975, p. 260.

<sup>5</sup> Muitos dessas denominações não sobreviveram aos dias atuais, à exceção de suas principais localidades que tomaram novos contornos geográficos, como o Tanque do Urubu, o Calumbi e o Tanque da Nação.

<sup>6</sup> Dona Anete de Jesus Mota, Entrevista, 16/10/2005.

locais acima descritos. Ali era o espaço onde muitas lavadeiras executavam seu labor diário e por onde passavam vários trabalhadores da região rumo aos seus ofícios no centro da cidade, muitos dos quais seus vizinhos, compadres e familiares. O Tanque também fazia parte do caminho feito pelos vaqueiros e suas boiadas em direção ao Campo ou aos Currais, desde março de 1932.<sup>7</sup> Os aguadeiros eram uma outra categoria que também tinha na água daquela nascente sua fonte de renda. Dona Anete segue comentando sobre a movimentação de seu espaço de trabalho:

Tinha o povo carregando água, o pessoal carregando água de gasto pra casa... Esses, como é? Aguadeiros... As pessoas que tinham jegue, burro, botava cangalha e tinha os barris de barro... de tábua. Aí, ia quatro barrilzinhos, cada um chegava ali, pegava, enchia, enchia, enchia e saía pra vender nas casas a água de gasto.<sup>8</sup>

Moradores de toda aquela região dirigiam-se ao Tanque da Nação para buscar “água de gasto pra casa”. Homens, mulheres, crianças e, sobretudo, as moças e rapazes adolescentes, que já possuíam porte físico para carregar baldes de água, aproveitavam o momento para distrações, brincadeiras e paqueras, incrementando ainda mais aquele animado ambiente, como lembrou Dona Magnólia de Oliveira, que, na década de 1950, ia ao Tanque da Nação...

Carregar água... pra lavar roupa, lavar prato, que não tinha água na época... com a lata na cabeça. (...) Ia de manhã, de tarde, ou a hora que chegasse em casa, do trabalho, da escola. A gente não tinha tonel nem nada, enchia as vasilhas, quando acabava tinha que ir busca mais. (...) O Tanque da Nação tinha a cisterna, aí pegava um baldinho, jogava lá pra encher as latas, né; puxava na corda, era gostoso! (...) Tinha muita gente... as lavadeiras e os carregadores de água, que carregava pra vender a água e... pra carregar pra casa mesmo, porque ninguém tinha água aqui.  
(...) A gente namorava, indo, conversando... O namoro era conversando, nera, daqui pra lá, de lá pra cá... Arreliando... Dando risada das coisas, que eu só viva rindo mesmo!  
(...) Tinha carroça... vinha do Tanque do Urubu, daqui, da... Rua das Carroças, vinha por aqui, passava tudo aqui na porta. [A Rua das Carroças] era aqui na... num lugar que chama “Pegou-levou”, uma rua que vai sair no Tanque do Urubu, pra lá, olhe.(...)  
[As carroças] carregavam água, compras... não tinha muito carro, só era carroça mesmo... mudas, [mudanças].<sup>9</sup>

Esses relatos caracterizam a dinâmica do Tanque da Nação, que cruzava um importante fluxo de pessoas que passavam com diferentes objetivos a cumprir no centro ou na periferia da cidade e convergia também uma outra diversidade de indivíduos que ao Tanque

---

<sup>7</sup> “(...) As boiadas deverao seguir pela Estrada do Calumbi, entroncando na estrada do Cruzeiro, seguindo para a estrada do Sobradinho e ali atravessando para a estrada de São José de onde seguirão diretamente para o Campo ou Curraes de dormidas. Esta resolução terá vigor de 1º de março do corrente anno em diante. Fica estabelecida a pena de 50\$000 de multa para todo aquelle que violar a presente resolução. Gabinete da Prefeitura Municipal, 15 de janeiro de 1932. Assignado – João Mendes da Costa”. **Ato Municipal n. 38**, em *Jornal Folha do Norte*, 16/01/1932.

<sup>8</sup> Anete de Jesus Mota, Entrevista, 16/10/2005.

<sup>9</sup> Magnólia de Oliveira, Entrevista, 14/10/2005.

dirigiam-se a fim de utilizar-se de sua água para uso doméstico, comercial e tantos outros. Dentre esses freqüentadores encontravam-se os moradores da região em busca de “água pra uso”, os aguadeiros com seus potes, barris e animais, e as lavadeiras, que permaneciam por mais tempo ao longo do dia e, em muitos momentos, eram o grupo com maior número de pessoas a utilizar-se daquele espaço.

As práticas e relações de trabalho dessas mulheres e o modo como vivenciavam e significavam esse e outros espaços são o foco deste capítulo.

### 3.1. Jornadas de trabalho e cultura de ofício

Ao chegarem ao Tanque da Nação, as lavadeiras partiam para o primeiro esforço em favor de seu trabalho: puxar água do tanque para encher as bacias e dar início a lavagem, como relata dona Helena Gomes Cerqueira:

Na Nação era uma cisterna, uma cisterna com uma bocona desse tamanho assim, olhe. A gente puxava água com um baldizinho. Tinha lata, lata de gás, a gente botava um pau na lata de gás e todo mundo tinha uma... dessas latinha de tinta, que a gente compra tinta. Todo mundo tinha uma latinha, jogava assim dentro da cisterna, olhe, puxava água e enchia a lata, puxava a água e enchia a lata e trazia cá onde [hoje] é o [Clube] Ali Babá (...), a gente lavava ali naquele capim, de cócoras no chão. Olhe, lavava assim.<sup>10</sup>

A lavagem de roupa realizada por aquelas mulheres seguia uma série de procedimentos comuns que definiam algumas etapas, a fim de garantir a exigência de que as roupas de um modo geral fossem muito bem lavadas e as roupas brancas estivessem, ao final, especialmente alvas. Assim, o uso de cada bacia de água intercalada pelo uso de materiais e algumas outras técnicas iam definindo a evolução do trabalho. No primeiro momento, a utilização do sabão junto a seus conseqüentes enxágües ocupavam um lugar central.

(...) grandes bacias... que a gente tinha aquela bacia que tirava o sabão, a outra que tirava o sujo e aí voltava para a primeira bacia pra passar um segundo sabão e... aí, depois, a gente enchia aquelas bacias de água pra enxaguar, geralmente três bacias d'água que a gente enxaguava essa roupa.<sup>11</sup>

O sabão... de primeiro, era sabão de pedaço, em pedaço. Sabão de massa era pra dar o primeiro sabão. Tirava o sujo. O sujo era botar numa água grossa, botar outra, agora já, já aqui tirou o sujo, aqui já bota na bacia pra passar o sabão de coco. Hoje em dia já... nem ninguém lava mais com sabão em pedra. Eu gosto de lavar, que meu costume é esse, viu. (...) Dois sabão era. Dois sabão, dois quarador; quarava duas vezes... Trabalhão danado era, fia (risos)!<sup>12</sup>

O quarador, também chamado de corador, assumia um papel fundamental ao facilitar o clareamento de manchas e o alvejamento de roupas brancas. Constituíam-se num pedaço de

<sup>10</sup> Helena Gomes Cerqueira, Entrevista, 18/10/2005.

<sup>11</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

<sup>12</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

chão, geralmente coberto por grama nativa ou vegetação rasteira, onde eram abertas as peças de roupas ensaboadas, as quais iam sendo molhadas, para não secarem com sabão e virem a manchar, até que clareassem. A realização dessa técnica no Tanque da Nação, com o descampado coberto por roupas e lençóis brancos, incrementava ainda mais aquele cenário característico, como atesta dona Anete, ao afirmar: “*lavava[mos] tudo era puxando água de balde, lá pelo capão de distância daquele quarador bonito, aquele gramado que todo mundo estendia! Ficava era lindo demais!*”<sup>13</sup>

Passava o primeiro sabão, esfregava, tirava o sujo e depois passava o segundo sabão e botava, nesse segundo sabão... Depois de esfregar no segundo sabão, botava com sabão nos capins pra roupa tomar sol; e, aí, ia molhando. Cada vez que aquela roupa ia secando, a gente ia molhando com a mão, uma vasilha com a mão. Ia molhando, até que a gente percebia que não tinha mais mancha nenhuma na roupa, amarelo embaixo das mangas, ou dos colarinhos, no caso das roupas de homem. Aí, a gente voltava com essa roupa, que aí já tinha bem pouco sabão, porque a gente molhava de três a quatro vezes durante duas ou três horas de sol... e aí voltava com essa roupa pras bacias, que já estavam cheias de água limpa, e ia: enxaguava numa bacia, jogava na outra bacia, na terceira. Na terceira ela saía dali, a gente torcia e botava no varal.<sup>14</sup>

Dada a pouca quantidade de varais e cercas em relação ao grande número de lavadeiras que freqüentavam o Tanque da Nação, as roupas eram postas a secar também no chão, como lembrou dona Ivannide: “*Essa secagem ela se fazia do mesmo jeito que fazia pra quarar, a gente botava pra secar em cima dos capins, e aí a gente botava toda aquela roupa*”. Dona Anete também comenta sobre a secagem: “*Era nos arames. Não tinha as cercas? E até nos... nos capins, assim, se estendia. Era uma festa!*”

Essa secagem das roupas também podia exigir alguns cuidados especiais, assim como no quarador:

As roupas de cor forte não se estendia pra corar, não botava no quarador, é... e se botasse, tinha que botar pelo avesso e com o tempo bem mas curto e, na hora de secar também, buscava secar essa roupa de cor forte de baixo duma árvore, num varal que estivesse debaixo de uma árvore, alguma coisa assim, que desse sombra, pra não incidir raio solar muito forte sobre as roupas de cor.<sup>15</sup>

Contudo, a roupa poderia ser levada para secar em casa, postas geralmente nas cercas em frente de casa, como fazia dona Helena, que por possuir muitos filhos pequenos, saía para o Tanque mais tarde. Como ela própria explica, somente ia trabalhar “*Depois que eu dava café aos filhos, que eu tinha a casa cheia de filhos, né? Depois que dava café aos meninos é que eu descia com a roupa*”. Quando terminava de lavar, a temperatura já estava, não dando condições para que as roupas secassem no Tanque antes de anoitecer, então, ela prossegue

<sup>13</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

<sup>14</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

<sup>15</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

relatando: “*Os meninos [filhos] carregavam roupa a tarde toda, que eu lavava tarde, eu ia tarde, e eu lavava devagar; quando os outros estavam apanhando a roupa enxuta, eu tava torcendo a minha e os meninos carregando pra casa*”.<sup>16</sup>

No processo de lavagem, o acréscimo de recursos variados diferenciava a qualidade do resultado final da lavagem, incrementando a cor, a aparência, a textura e o perfume das roupas. Desse modo, o sabão de coco proporcionava maior maciez e aroma agradável; folhas de patchuli ou gotas de seiva de alfazema ressaltavam o perfume; e pedras de anil emprestavam à roupa branca um tom azulado, bem ao gosto da época.

(...) as roupas brancas, por exemplo, na última bacia de enxágüe a gente botava anil, que era uma pedrinha azul, que a gente enrolava num paninho, dissolvia na água, a água ficava azulada, porque a gente gostava de dar um branco azulado nas roupas. Na época, roupa pra ser considerada limpa tinha que ter uma cor, um branco azulado, então a gente usava anil.<sup>17</sup>

Um outro recurso que imprimia grande diferencial a lavagem, inclusive agregando-lhe valor monetário, era a goma.

Algumas dessas roupas, ou a maioria dessas roupas, fossem brancas ou de quaisquer que fossem as cores, tinha que ter goma, que era um mingau que a gente fazia de fécula de mandioca, bem fininho, muito bem feito. Geralmente, a gente botava algumas raspas... raspava parafina e botava pra deslizar quando passasse ferro, botava algumas gotas de seiva de alfazema e fazia esse mingau e dissolvia nessa bacia de água de enxaguar, pra botar essas roupas e torcia e botava no sol. Quando elas enxugavam e ficavam todas durinhas, a gente aí molhava essa roupa, que a gente chamava de “barrufar” a roupa, que geralmente era ou com a mão, sacudindo respingos de água com a mão, ou com a boca, algumas pessoas enchiam a boca de água e sopravam na roupa, ou com um pano, que a gente enrolava, molhava e torcia, deixava úmido e ia passando por cima da roupa pra poder passar o ferro. E essa roupa tinha um brilho especial e ficava muito bonita, muito bem arrumada, agora, bastante armada no corpo. Mas esse era o gosto da época.<sup>18</sup>

O uso de goma nas roupas, embora fosse iniciado no processo de lavagem, durante o enxágüe, e, portanto, ainda no Tanque da Nação, já anunciava quão desgastante era o ofício das lavadeiras, que, além do esforço de todo um dia de trabalho, reiniciavam em suas casas uma segunda jornada desse mesmo ofício. A contra-face de ser lavadeira para aquelas mulheres era ser engomadeira, como rememora dona Helena, com uma repetição que sugere a complementaridade entre as duas funções de lavar e engomar e seu ritmo intenso: “*Mais eu engomava de verdade, lavava e engomava, lavava e engomava, lavava e engomava, lavava e engomava*”.<sup>19</sup>

A engomagem consistia em passar ferro nas roupas lavadas, tarefa geralmente realizada em suas casas, e que, assim como a lavagem, exigia habilidades e saberes próprios

---

<sup>16</sup> Helena Gomes Cerqueira, 18/10/2005.

<sup>17</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

<sup>18</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

<sup>19</sup> Helena Gomes Cerqueira, 18/10/2005.

de tal ofício. A barrufagem, por exemplo, tinha a função de umidificar a peça de roupa, que, uma vez mergulhada na goma durante o enxágüe, já se encontrava seca, viabilizando, assim, a engomagem. O principal utensílio para sua realização era o ferro de passar aquecido à brasa, que exigia cuidado no uso, pois podia causar acidentes ou deixar marcas, como explicou Dona Anete:

Roupa branca, camisa de homem, calça e camisa de homem toda vida foi na goma que teve. Era na goma. Paletó, camisa de manga comprida, colarinho na goma, o colarinho aqui, os punhos... Era uma goma brilhando que nem uma casca de cobra! (risos). Ô trabalhão, meu Deus! Aqui a marca, olhe [apontando a cicatriz na mão direita]. Isso aqui, agora que tá mais fino, de uns dez anos pra cá. Isso aqui todo ano encascava, olhe. (...). Por causa de ferro de brasa... Aqui ficava... calejava, virava aquele casco grosso!<sup>20</sup>

O cotidiano de trabalho das lavadeiras no Tanque da Nação estava sujeito a alguns contratempos que podiam interferir no rendimento do seu trabalho e mesmo sobre sua integridade física, a exemplo da passagem dos rebanhos de bois, elemento comum à memória de todas as depoentes ao se referirem às dificuldades de seu trabalho, pois, como lembrou Dona Helena Gomes: “... *naquele tempo passava boiada, aí quando a roupa tava estendida, tudo alvinha, quarando, vinha a boiada! Passava por cima da minha roupa, pisava tudo, aí eu passava a tarde toda tirando lama*”.<sup>21</sup> Dona Anete de Jesus associou às boiadas um outro elemento desagregador de sua rotina de lavagem de roupas, os grupos de ciganos, que eram vistos com temor:

Era boiadeira essa estrada. Do sertão alto, tudo era aqui. Êta! Era muita carreira. Era cigano também. Você conhece cigano? Não conhece e não vê. Ave Maria! “Oia”!... Vinha uma pessoa na frente e dizia: “Oia, apanha a roupa da cerca que evêm um rebanho de cigano”! Era. “Oia, corre que evêm um boi aí acabando com tudo, que escapuliu da boiada que evêm aí, ói”! Sempre tinha um aviso. Vinha um... boiadeiro, um cavaleiro daqueles boiadeiro: “Oia, vocês se previne aí, que evêm um boi aí acabando com tudo”! “Oi, se previne que evêm um rebanho de cigano”! Era assim.<sup>22</sup>

O espaço em que se lavavam as roupas dos clientes, o Tanque da Nação, ao tempo que se apresentava como uma bela paisagem composta de elementos fundamentais para a realização do trabalho, constituía-se como um ambiente que, mesmo por seus atributos naturais, oferecia perigos à vida daquelas mulheres e dos filhos que a seguiam. A própria água, recurso indispensável à lavagem das roupas, apresentava-se como o primeiro risco a ser precavido a fim de evitar fins trágicos como o da jovem Eulália, revelado nessa notícia de outubro de 1940:

<sup>20</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

<sup>21</sup> Helena Gomes Cerqueira, 18/10/2005.

<sup>22</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

### **Foi lavar roupa e pereceu afogada**

Cerca de 09 horas de domingo último, a sra. Eulália Ferreira da Silva, moradora no subúrbio chamado Calumby, dirigiu-se como habitualmente fazia para um tanque existente na chácara de propriedade da professora Edith dos Santos Vitória, onde costumava lavar roupa. Cerca das 11 horas foi procurada por seus parentes, não sendo encontrada, notaram os recém-chegados que à beira do tanque se achavam roupas, sabão, uma bacia e que boiava um balde sobre as águas. Dado o alarme, mergulhadores desceram ao fundo das águas, onde encontraram, sem vida, o corpo da infeliz Eulália. Todavia, não foi sem dificuldade que conseguiram retirar o cadáver somente às 15 horas, sendo transportada para sua residência, onde no dia seguinte a 1 hora e meia saiu para ter sepultura no cemitério Piedade. A inditosa lavadeira contava 30 anos de idade e deixou uma filha.<sup>23</sup>

Dez anos depois, um outro afogamento levaria à morte mais uma jovem lavadeira, que, segundo a ocorrência policial, havia jogado-se “em uma fonte existente no lugar Tanque da Nação, nesta cidade”. Maria de Lourdes de Jesus, de vinte e três anos, conforme informou sua irmã em depoimento na delegacia de polícia, suicidou-se, por volta de meio dia de 10 de julho de 1950, após embriagar-se.<sup>24</sup> Embora não tão freqüentes, as mortes nos lagos e tanques da região causaram forte impressão àquelas mulheres. Dona Anete, por exemplo, parecia referir-se à essa última morte ocorrida no Tanque da Nação ao ressaltar que “... *antes de fazer a lavanderia o povo morria dentro, se zangava, bebia cachaça e chegava lá morria. Muita gente se mataram ali dentro*”.<sup>25</sup> Os riscos, contudo, não se reduziam ao afogamento, sendo mais comum o aparecimento de animais peçonhentos como cobras, aranhas e outros. Dona Maria Mota faz um interessante relato que demonstra uma dessas situações e o modo como aqueles acidentes estavam diretamente associados a seu espaço e sua prática de trabalho, quando, em meio a lavagem de mais uma trouxa de roupas, num daqueles buracos d’água que cercavam o Tanque, surgia de repente dentre aquela mesma relva que servia para quaradouro das roupas, um animal peçonhento:

Um dia, eu tô com as pernas... sentada assim, lavando a roupa... que ali quem pegava o buraco só dava depois que enxaguasse a roupa e quem tomasse só dava depois que tornasse a enxaguar a roupa... Aí passou uma cobra verde, desta grossura assim em cima das minhas pernas e eu prenha de Paiol. A cobra passou, eu olhando, ói, pra deixar ela passar, pra não me morder. Se mordesse não tinha acordo que eu tava com o barrigão (...). Quando é daqui a pouco, tá dando meio dia, o sol tá [...] assim, mas menina, saiu um rolo de jaracuçú dali de dentro daquelas, daquelas... bananeiras pra atravessar pro lado das roupas que a gente estendia. Cadê as mulher? As mulheres correram tudo! Ninguém matou a cobra. Eu peguei um pau, deixei ela esconder a cabeça do outro lado... Lá, tomou a estrada, a rua de um lado a outro. E eu peguei o pau, medi assim faltando um palmo ou dois palmos da cabeça, fez aquela roda enorme; eu miudei o pau em cima, miudei o pau em cima e matei a cobra. Só tinha eu... mas toda mulher, ali cobria de mulher lavando roupa, ninguém matou a cobra.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> Jornal Folha do Norte, 26/10/1940.

<sup>24</sup> Inquérito. Maria de Lourdes de Jesus (autora e vítima). Averiguação de suicídio. 1950-1958.

<sup>25</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005. A construção da lavanderia pública em 1964 constituiu, assim, um beneficiamento para as lavadeiras pois, dentre outras vantagens, possibilitava-lhes maior segurança no trabalho.

<sup>26</sup> Maria Mota de Jesus, 18/10/2005.



Esse relato revela também as diferentes reações das lavadeiras frente a possíveis situações de perigo, mostrando inclusive sobre a própria diversidade daquele grupo de mulheres. Dentre elas certamente estavam as mais e as menos valentes. Havia aquelas que podiam fugir com medo – as quais, segundo o relato, nesse caso compunham a maioria – e aquelas mais corajosas, como se afirmou a própria Dona Maria, que podiam matar uma cobra ou enfrentar diferentes tipos de desafios em outras esferas, como com seus fregueses ou desafetos. Mas todas elas possuíam uma importante dose de valentia, na coragem de enfrentar as dificuldades de um cotidiano marcado pela luta em busca da sobrevivência e da dignidade.

Um outro elemento que interferia diretamente sobre a rotina das lavadeiras eram as condições climáticas, as quais podiam proporcionar-lhes maior ou menor rendimento, como ressalta Dona Anete de Jesus, ao lembrar das dificuldades vividas nos meses chuvosos: “*No tempo de chuva é que era trabalho, porque não enxugava, a gente lavava e não enxugava, aí era mais difícil... Menos dinheiro*”.<sup>27</sup> As chuvas dificultavam também ao promover maior desgaste físico das lavadeiras, uma vez que, como relatou Ivannide Rodrigues, “*Geralmente, no período de chuva, não se quarava roupa, se limpava tudo na mão, mesmo, na unha. Tinha que tirar todo sujo na unha, não tinha como quarar*”.<sup>28</sup>

### **3.1.1. Estratégias de sobrevivência: ocupações eventuais ou complementares**

A influência dos fatores climáticos sobre a realização e o resultado do trabalho dava certo caráter sazonal à profissão, o que exigia que as lavadeiras recorressem, sobretudo nos períodos de muita chuva, entre os meses de junho e agosto, a outras ocupações que complementassem o ganho. Nesse momento, o trabalho com o fumo apresentava-se, muitas vezes, como uma alternativa fundamental para aquelas mulheres.<sup>29</sup>

Aí já foi no tempo que era inverno. Era o inverno, a gente procurava outro o que fazer, porque roupa não dá; chovendo todo dia, não era. (...)  
Eu trabalhei também muito em armazém de fumo.  
(...) Não era carteira assinada, não.  
(...) Armazém de Chico Maia, aqui na rua... É ali na entrada do cemitério. Chico Maia.  
Trabalhei lá no... no Pilão, rua do Pilão. Tenho um peso muito duro, minha filha! Fazia...

---

<sup>27</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

<sup>28</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

<sup>29</sup> Rollie Poppino afirma que “Entre 1860 e 1950, foi o beneficiamento do fumo a indústria principal de Feira de Santana. (...) Somente em 1949 é que apareceram estatísticas dignas de confiança sobre essa indústria. Nesse Ano, havia quatro usinas de beneficiamento, com um total de 145 empregados. Em 1950, o volume total do comércio, ocasionado pela indústria do fumo no municípios, excedia de trinta e seis milhões de cruzeiros, mais do que todos os demais tipos de indústria em seu conjunto”, ver **Feira de Santana**, pp. 222-224. O cotidiano das fumageiras no Recôncavo baiano na primeira metade do século XX, bem como o caráter eminentemente feminino da produção de charutos, é discutido por Elizabete Rodrigues da Silva, **Fazer Charutos: uma atividade feminina**, Mestrado, UFBa, 2001.

manocava,<sup>30</sup> ainda trazia as trouxas pra casa. Todo mundo aqui, a maioria das mulheres fracas tudo trazia trouxa de roupa, de fumo pra destalar.

(...) Destalava em casa. Eu trazia a trouxa pra destalar em casa e trabalhava dentro do armazém. Era fumageira do armazém. Trazia minha trouxa de fumo pra destalar em casa e aquele dinheiro já era extra.

(...) Porque, quando chegava o tempo do verão, o armazém fechava... Fechava, porque tem a colheita do fumo e então aquele período do inverno, a gente tava trabalhando pra aquele fumo colhido do ano passado. Era, quando terminava, aí então o armazém fechava pra dar tempo, aquele que ia chegando, armazenar.<sup>31</sup>

Vale ressaltar que não era apenas esse aspecto de sazonalidade que levava essas mulheres a recorrerem a outras atividades, mas a própria desvalorização social a que estava sujeito o ofício de lavadeira e sua mísera remuneração, como lembrou Dona Helena, referindo-se aos valores pagos pelo seu trabalho: “*O pessoal pagava uma ninharia à gente... era uma ninharia*”!

A realização de faxinas nas casas das patroas, a venda de quitutes e artigos alimentares em geral eram outras atividades realizadas periodicamente por aquelas lavadeiras a fim de complementar a renda de subsistência de suas famílias. Dona Ivannide Rodrigues, ao lembrar do principal motivo de ingresso de sua mãe, e dela própria aos onze anos, no ofício de lavar roupas, elucida uma das mais comuns estratégias de sobrevivência usadas pelas mulheres pobres na época, a venda de refeições. Lembrou que sua mãe, também lavadeira, além das faxinas que esporadicamente fazia nas casas de algumas patroas para conseguir um aumento na renda mensal, durante mais de dois anos, comercializou mingau em um posto de gasolina no bairro dos Olhos d'Água. O alimento era vendido aos funcionários daquele estabelecimento e também para viajantes e motoristas que por ali passavam e permaneciam por uma ou mais noites, os quais constituíram, durante aqueles anos de 1961 a 1963, sua principal clientela de lavagem de roupas.

... minha mãe começou a lavar roupa, assim, mais efetivamente, a partir de sessenta e um também, porque em 1960 meu pai morre, em novembro de sessenta, e em sessenta e um, minha mãe, sendo exclusivamente doméstica, até aquele momento não tinha outras habilidades, só sabia fazer o serviço de casa, então a saída que ela encontrou pra me manter foi... E quando o meu pai morreu não deixou recurso pra que nós pudéssemos sobreviver, aí ela achou essa saída: lavar roupa e fazer mingau onde vendia no posto de gasolina.

(...) no princípio de sessenta e um ela lavava pra pessoas, pra viajantes, motoristas que... que passavam e paravam em Feira de Santana e precisavam lavar as roupas, que vinham de viagens longas, e ela lavava essas roupas. Depois, já pra metade, fim de ano de sessenta e um, é que ela começou a lavar roupas de família.<sup>32</sup>

Para Dona Maria Mota, assim como para outras lavadeiras hoje já falecidas, a exemplo de Dona Maria Santana, a venda de refeições nas feiras-livres dos sábados e

<sup>30</sup> “Manocar”: “fazer manocas de (folhas de fumo)”; “fazer manocas”. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975, p. 881.

<sup>31</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

<sup>32</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

segundas-feiras apresentava-se, juntamente com a lavagem de roupas, como uma importante fonte de renda. Dona Maria Mota lembrou que em sua barraca montada nos dias de feira vendia comida, “prato-feito”, para as pessoas que vinham de outras cidades para comprar ou mercadejar. Ela lembrou que vendia “*pra quem chegasse, de Governador Mangabeira, de Cachoeira, de Paulo Afonso, da donde viesse, de Salvador, da donde viesse*”. Afirmou que servia...

Almoço. Era arroz, feijão, um prato de salada, um moleiro... Que naquele tempo tinha moleiro, aquele moleiro de boi todo mundo comia, e aí... Eu mais Maria Santana que vinha se mordendo, porque Maria Santana comprava carne com osso e eu não comprava carne com osso. Um dia ela se danou... de poucos tempos que ela morreu é que nós ficamos de bem, era de mal por causa de carne com osso; e ela comprava com osso e eu comprava sem osso... Você já viu? (risos).<sup>33</sup>

A compra de comida em barracas era o modo mais fácil de acorrer-se a uma refeição em meio às feiras-livres, tanto que, em 1950, como atesta Rollie Poppino, em Feira de Santana “somente havia quatro de tais restaurantes [independentes e registrados], até porque um grande número de ‘cozinhas’ provisórias na feira semanal atendia aos clientes ocasionais”.<sup>34</sup> Essa atividade permitia àquelas mulheres ampliarem ainda mais a diversidade de suas relações e experiências, inserindo-as no âmbito de uma dinâmica central e fundamental para a cidade, uma vez que a feira-livre representava uma das principais expressões econômicas e simbólicas da cidade, pelo menos até 1950, como afirma Poppino:

O estudo do comércio, em Feira de Santana, não ficaria, contudo, completo, sem uma notícia da feira semanal. Esse mercado, em Feira de Santana, é que permitia aos residentes da região circunvizinha uma oportunidade para vender o gado em pé e os produtos agrícolas e para comprar as utilidades necessárias, que não poderiam obter onde residiam. Durante muitos anos, após 1860, esse comércio excedeu ao volume total das transações comerciais no município (...). Tanto em tamanho como no aspecto, a feira sofrera uma transformação radical nos noventa anos que estamos estudando [1860-1950]. Os interessados na compra e venda de produtos os mais diversos, todas as segundas-feiras, aumentaram sempre, nesse período, não sendo exagerado avaliar-se, nesses dias, em Feira de Santana, em dez mil pessoas o número de compradores e vendedores.<sup>35</sup>

A tradicional e movimentada feira-livre do centro da cidade, onde grande parte dos munícipes feirenses dirigia-se para mercadejar, era apenas mais um dos múltiplos espaços nos quais as lavadeiras, devido a características próprias de sua profissão, podiam freqüentar regularmente. Para lavar as roupas de ganho, as lavadeiras tinham que caminhar até o espaço mais próximo de suas residências que lhes oferecesse as condições necessárias – água em abundância, descampado para o quaradouro e a secagem e a companhia das demais colegas de

<sup>33</sup> Maria Mota de Jesus, 18/10/2005.

<sup>34</sup> Rollie Poppino, **Feira de Santana**, p. 240.

<sup>35</sup> Rollie Poppino, **Feira de Santana**, pp. 241-242.

profissão – no caso, o Tanque da Nação. Depois de engomá-las e passá-las, as lavadeiras dirigiam-se a vários locais da cidade com as roupas envoltas em um grande lençol em forma de trouxa que carregavam à cabeça para a entrega aos clientes.

Portanto, essa disposição para uma maior mobilidade espacial era uma especificidade que diferenciava a profissão das lavadeiras de outras ocupações domésticas remuneradas e de vários outros ofícios que exigiam algum confinamento para ser realizado, fosse na fábrica, na oficina ou no armazém de fumo, por exemplo.<sup>36</sup> As lavadeiras, ao contrário, estavam mais próximas de outras profissões prestadoras de serviços, como os carroceiros, as quituteiras, os aguadeiros e uma série de outras “profissões da rua”.<sup>37</sup>

Uma determinada flexibilidade no arranjo da jornada de trabalho era uma outra característica peculiar às lavadeiras enquanto prestadoras de serviço, o que lhes permitia acrescentar atividades diferenciadas à sua rotina diária, como exercer outras tarefas remuneradas em busca do aumento da renda, fosse com a barraca na feira-livre, a faxina na casa da patroa ou o trabalho com o fumo. Essa flexibilidade também podia lhes possibilitar a reserva de uma parcela de seu dia para outros aspectos de sua vida, como o cuidado e orientação de seus filhos. Dona Helena Gomes lembrou que, por ter muitos filhos, costumava não sair pela manhã logo cedo para lavar roupas no Tanque da Nação, como a maioria das lavadeiras o faziam: “*Eu só saía tarde, que minhas camaradas marcavam minha pia! Depois que eu dava café aos filhos, que eu tinha a casa cheia de filhos, né... Depois que dava café aos meninos, é que eu descia com a roupa*”.

Dona Anete Mota lembrou que, quando saíam ao amanhecer para lavar roupa, muitas lavadeiras levavam consigo seus filhos. Isso também era um elemento que, ao caracterizar a profissão das lavadeiras, representava um importante diferencial com relação a outras ocupações, a exemplo do trabalho em casas de família como empregada doméstica e mesmo

---

<sup>36</sup> Sandra L. Graham, em seu estudo sobre as relações entre criadas e seus patrões, nas décadas anos de 1860 a 1910, examina as tensões, repressões e resistências presentes nesses relacionamentos, tendo como foco de análise a separação entre o público e o privado. A autora ressalta que a distinção que considera tradicionalmente o *privado* como espaço da segurança, da proteção, da confiança e o *público*, o lugar da imprevisibilidade, da desordem e do perigo era constantemente invertida pelas criadas, à medida que na casa dos patrões sentiam a vigilância e o cansaço do trabalho excessivo, enquanto a rua, muitas vezes, era considerada lugar de distração, divertimento ou namoro. Essa flexibilidade no controle e disciplina do trabalho era experimentada de modo especial pelas *domésticas que “saíam às ruas”*. Era nessa categoria que, juntamente com as carregadoras de água e as que faziam compras, que se encontravam as lavadeiras. Caminhar até as fontes e chafarizes, onde além de trabalhar, cuidavam dos filhos e conversavam com amigas, proporcionava “prazeres sociais” próprios a essas mulheres. Embora, por outro lado, lembre que a autonomia das criadas prestadoras de serviço nunca era completa, pois “a rua impunha suas próprias regras e sua vigilância”. Cf. **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**.

<sup>37</sup> Sobre outras atividades profissionais incluídas na categoria “trabalhadores de rua” e as peculiaridades destes consultar Bruno José Rodrigues Durães, **Trabalhadores de Rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI**, Mestrado, Campinas, Unicamp, 2006.

outros trabalhos formais, e aponta para uma outra característica dessa profissão: o nível de autonomia na relação com os fregueses.

### 3.2. Padrões ou fregueses? Autonomia, submissão, paternalismo e opressão

A escolha ou aprovação da pessoa ou família a quem iriam prestar o serviço de lavar roupas se dava muitas vezes em meio a um rol relativamente variado de possibilidades. As mulheres que se dedicavam a esse ofício geralmente contavam, desde o início da carreira profissional, com indicações feitas por familiares ou vizinhos que trabalhavam em casas no centro da cidade, como aconteceu com Dona Anete Mota. Ela contou com a indicação da sua mãe, na década de 1950: *“Minha mãe era cozinheira, trabalhava pra João Marinho... a família desse pessoal, João Marinho. Era cozinheira de fama (...). [Ela me] passou esses conhecimentos”*.<sup>38</sup>

Uma vez iniciada na profissão, a própria mobilidade espacial exigida, sobretudo no momentos do recolhimento e entrega das roupas na casa dos fregueses, servia também como divulgação do seu trabalho. Alargavam-se, assim, as possibilidades de conseguir novos clientes, como acontecia com Dona Anete Mota que, algumas vezes, ao passar em direção a casa dos fregueses era questionada sobre seu ofício e, por vezes, contratada:

Naquele tempo eu lavava trouxa assim... “Ô, Dona, a senhora passa aqui de cabide de roupa, com a trouxa de roupa na cabeça passadinha; outra hora, roupa suja. A senhora não quer lavar pra mim, não”? Aí a pessoa se interessava: “Como é e tal...” e parava e ta, ta, ta, ta... Era pro povo da cidade.

Desse modo, ampliava-se a quantidade de clientes, sobretudo quando elas passavam a contar com outras indicações dos seus próprios fregueses, e a possibilidade de escolha passava a ser cada vez mais real à medida que crescia seu rol de conhecimentos. As “lavadeiras de fama” geralmente contavam com uma diversidade de clientes que possuíam as mais diversas ocupações e vínculos, integrando os mais variados grupos sociais, raciais e religiosos. Dentre eles havia famílias de administradores públicos, grandes comerciantes, funcionários públicos, um guarda civil, um pai-de-santo ou mesmo prostitutas. A relação com cada um dos clientes variava de acordo com a contrapartida oferecida, o que, de forma mais direta, retratava-se no pagamento imediato do serviço prestado e, de modo mais complexo,

---

<sup>38</sup> João Marinho Falcão foi prefeito de Feira de Santana entre os anos de 1955 a 1959. Para ver suas principais ações durante sua gestão ver o livro do memorialista Raymundo Pinto, **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana, Sicla, 1971. Oscar Damião Almeida, também memorialista, além de dados sobre sua administração municipal, informa alguns elementos de sua trajetória de vida. Cf. **Dicionário Personativo, Histórico e Geográfico de Feira de Santana**. Feira de Santana, Editora Gráfica Nunes Azevedo, 2002.

nas benesses de uma relação de cunho paternalista, que se dava principalmente com os componentes da classe dominante local.

### 3.2.1. Lavar para rico

Ter como clientes seus pares da mesma classe social, a exemplo de seus vizinhos, não era prioritário para aquelas lavadeiras, uma vez que esses não teriam condições de pagar os seus serviços a contento. Dona Anete de Jesus Mota afirmou que nunca lavou roupas para seus vizinhos, pois preferia lavar “*pro povo da cidade*”, e continua justificando suas razões: “*eu nunca lavei pro povo daqui [meus vizinhos], não. O povo não tinha condições; eu lavava pro povo da cidade*”.<sup>39</sup>

Essa mesma compreensão estava colocada para Dona Maria Mota de Jesus na seleção de seus clientes, ao afirmar que “*Lavar roupa de pobre é pedir esmola pra dois*”. A realização de um trabalho tão pesado e cansativo e, ao mesmo tempo, tão necessário, deveria ter uma retribuição à altura do esforço exigido, ou seja, um rápido e bom pagamento. Todavia, a solidariedade não era desconsiderada em função das retribuições financeiras, a exemplo do que lembra ainda Dona Maria Mota, quando ressalva as situações em que abria exceção nessa relação com os vizinhos:

Lavar roupa de pobre é pedir esmola pra dois. Às vezes eu lavava com... (risos). Às vezes eu lavava roupa de Jacira, lavava de Zé Canoa, quando Zé Canoa não tinha casa ali na [...], era na outra casa, cozinhava comida pra ele... Lavava. Às vezes, quando não tinha assim... a pessoa tava doente, precisando... Mas pra dizer que é pra lavar pra me pagar? Não. Porque chegava [e dizia], “minha lavadeira”!  
(...) É, diferente; porque o rico não fala minha lavadeira e o pobre chega: “Cadê minha lavadeira? A roupa tá mal lavada”. É... “Lá vai minha lavadeira ali”, e o rico não fala... Rico, não, rico é Deus, é quem tem dinheiro. Quem tem dinheiro não faz isso, né. Quem tem dinheiro trata você sério, tem você como minha amiga. Mas pobre... pobre... Eu sou pobre, mas pobre é uma desgraça (risos).<sup>40</sup>

Vários aspectos surgem nesse depoimento de Dona Maria Mota, que revelam interessantes questões acerca das relações estabelecidas com seus clientes e alguns de seus significados. Como foi visto anteriormente por meio da descrição de sua rotina, a lavagem de roupas era uma faina estafante para aquelas mulheres, ante a qual tinham como principal recompensa, além das margens de autonomia que vivenciavam, um pagamento minimamente razoável e que lhes fosse efetivado assim que terminassem o serviço, no momento da entrega da trouxa de roupas lavadas. Logo se depreende a primeira razão de não lavarem roupa para

---

<sup>39</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

<sup>40</sup> Maria Mota de Jesus, 18/10/2005.

seus vizinhos: a falta de recursos dos pobres, como elas próprias, para pagarem pelo serviço. O que não significava que isso nunca acontecesse. Uma lavadeira podia lavar a roupa de um vizinho ou conhecido, por elas mesmas categorizados como “pobres”, em situações excepcionais ou em qualquer momento em que tal gesto fosse lido como um favor, quando “a pessoa estava doente” ou “precisada”.

À negativa em prestar serviços a seus pares parecia estar também subtendida a idéia ou sentimento de que, no convívio com os vizinhos, mais valia priorizar a solidariedade que a relação mercantil, regida por códigos de caráter mais impessoais, de compra e venda de um produto ou serviço, que geralmente implicavam autoridade, cobranças e pagamento, de um lado, e deveres, submissão e muitas vezes subserviência, de outro. Essa compreensão revelase também no depoimento de Dona Maria ao afirmar que não gostava de ser chamada de “minha lavadeira” por um “pobre”. Ali, no espaço do bairro, em meio às relações de vizinhança, elas consideravam-se iguais aos demais e não estariam dispostas a submeter-se aos atritos e contratempos que um contrato não-formal ou um “acerto” para a prestação de seus serviços poderia implicar, como o fato de se referirem a ela como “minha lavadeira”, ou de receber reclamações de que “a roupa tá mal lavada”, ou seja, que seu trabalho teria sido mal realizado.

Dona Maria Mota de Jesus, assim como as outras lavadeiras entrevistadas, preferia prestar serviços a membros de outras classes sociais, uma vez que, ao falar sobre seu trânsito nas residências dos clientes, afirmou que *“entrava em tudo que era casa, de delegado a prefeito”*, para os quais lavava roupas.

Ao informar sobre seus clientes, os “ricos” também ganham destaque na fala de Dona Anete de Jesus, quando diz:

Eu já lavei pra tanta gente, viu! Pra tanto rico, já lavei pra Zeca Portugal [que] foi o último. Ele mora... morava, já são finados, naquela ladeira, numa casa bonita que tem na subida da ladeira [do Tanque da Nação, na Estrada do Calumbi], com frente pra entrada da Matriz! No Tanque da Nação. Já lavei pra Zeca Portugal, que foi o último; eu lavei pra... o pessoal de João Marinho, que são meus compadres, Lourdes, Marilourdes, compadre Nelson, filho de João Marinho, “genra”... Lavei pra um montão de, de... Pra comadre Vanda Magalhães.<sup>41</sup>

Esse depoimento revela um outro aspecto importante, além do presumido pagamento garantido, da escolha das lavadeiras em empregar-se com os ricos da cidade: o apadrinhamento de seus filhos e uma nova relação de compadrio com os seus patrões, como

---

<sup>41</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

ocorrera na relação de Dona Anete com “o pessoal de João Marinho” Falcão, prefeito da cidade de 1955 a 1959, para quem ela lavava roupa e dos quais se tornou comadre.<sup>42</sup>

A relação daquelas lavadeiras com fregueses integrantes das classes sociais média e alta ultrapassava o âmbito do trabalho, ao passo que elas buscavam estabelecer vínculos pessoais com os “ilustres” munícipes feirenses e suas famílias. O compadrio resultava geralmente algum compromisso entre as partes, que, avançando além da pia batismal, cumpria o papel de suavizar as dificuldades e conflitos comuns à relação patrão/empregado, ou mesmo, trabalhador/freguês.<sup>43</sup> Logo, o “rico” aparecia como “bom” à medida que prestava favores à “sua lavadeira”, a partir de então, elevada à condição de “comadre”. O senhor, José Pascoal Dias dos Santos, filho de uma lavadeira do Tanque da Nação, revela esse caráter paternalista na relação de uma das freguesas de sua mãe, que se tornou sua madrinha:

[A clientela] Era da rua, era o pessoal... O pessoal da Havana Móveis, de Edson. Que nossa família foi criada praticamente com eles, porque era aquele povo assim, que sempre ela tinha considerado: “Ah, minha comadre”, aquela história todinha, que lavava a roupa da casa e já recebia aquela ajuda. Que a minha madrinha mesmo me ajudou muito, minha madrinha é falecida, mas me ajudou. Quando eu formei, o primeiro curso que eu fiz foi em setenta e dois ela me deu anel, ela teve um problema de queimadura que ela se queimou, por causa de uma vela que queimou, mas mesmo assim ela mandou pelo correio, mandou cheque do BANEBA e mandou lembrança pra mim e tudo e sempre ela perguntava por mim, minha madrinha. Era daqui de Feira, irmã de Edson, da Havana Móveis... (...). Minha madrinha, então, era a pessoa de consideração da casa e essa pessoa que ajudava nós. E eu vou dizer a você, nós não criava... Nós nunca fomos na casa de moda, nós recebíamos aquelas roupas. Existia aquelas roupas dadas. Minha farda de ginásio, minha farda era pintada de tinteiro. Quando eu entrei no ginásio, mesmo, aquela farda era pintada. Pintava aqueles tinteiros todinho ali, passava todinho e pronto: arregaçava a blusa branca e ia pro colégio.<sup>44</sup>

Os favores geralmente traduziam-se na colaboração com os afilhados por parte dos padrinhos, fosse através da doação de fardamento e material escolar ou da indicação para um

---

<sup>42</sup> Ana Maria Fontes dos Santos faz uma interessante análise sobre o contexto de ascensão de João Marinho Falcão ao poder local: “Em Feira de Santana, desde meados dos anos 50, a administração municipal vem sendo ocupada pelos grupos sociais concebidos, no plano local, como ‘modernos’. As eleições ocorridas em 1954 afirmaram a liderança política do bem-sucedido empresário João Marinho Falcão, representante dos setores econômicos em expansão na cidade. Além de líder na atividade comercial de produtos industrializados, João Marinho é um dos pioneiros no setor financeiro e industrial do município. Esse perfil de empresário orientou suas ações à frente dos negócios públicos na gestão municipal compreendida entre 1955 e 1959, e o qualifica como grande liderança, não apenas no campo empresarial, mas, principalmente, como força política perante o seu partido, a união Democrática Nacional, que mantinha hegemonia política no estado da Bahia. A feição ‘moderna’ e urbana da UDN de Feira de Santana parece ser o motivo que atraiu o apoio do clandestino Partido Comunista Brasileiro. De outro lado, a tradicional força política da cidade, o Partido Social Democrático, PSD, comandada até o início dos anos 60 por Eduardo Fróes da Mota, que sustentava a herança política de seu pai, ‘Coronel’ Agostinho Fróes da Mota, entra em declínio, com a ascensão de João Marinho”. In: “O Ginásio Municipal no centro das lutas Populares em Feira de Santana”, in: **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 24, p. 34-35.

<sup>43</sup> Maria de Lourdes Janotti, em um ensaio sobre a política coronelista no Brasil, afirma, referindo-se a análises feitas por Raymundo Faoro, que “as relações de compadrio, tão difundidas no coronelismo, suavizam as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e o chefiado. O compadre recebe e transmite homenagens, de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a respeitar os padrinhos”. In: **O coronelismo: uma política de compromissos**, p. 57.

<sup>44</sup> José Pascoal Dias dos Santos, 17/10/2005.



emprego, e podiam se dar também das mais variadas formas, como por meio de contratação para um serviço extra na casa da patroa – uma faxina ou a preparação de um almoço, por exemplo – que poderia ser pago em dinheiro ou com “um agrado”, na forma de doação das sobras de comida, roupas usadas ou velhos móveis e utensílios da família dos fregueses às “comadres” lavadeiras, como afirmou Dona Ivannide Rodrigues, ao lembrar da relação de sua mãe, lavadeira, com alguns fregueses na década de 1960:

Eu vi minha mãe muitas vezes chorando porque... Tipo assim: Eu não me lembro qual era a moeda naquela época, mas eu sei que a gente ganhava dois alguma coisa, eu não sei se era dois cruzeiro, se era dois mil cruzeiro, não sei; eu sei que lavava pra ganhar dois cruzeiros e, daqueles dois, tinha que tirar um pra pagar uma roupa que rasgou, uma colcha de rechilieu que rasgou no arame. Às vezes, não recebia nada... Quando acontecia de rasgar uma colcha de rechilieu, a gente lavava o mês inteiro, quatro trouxas de roupa às vezes, ou muito mais, pra pagar uma trouxa dessas e minha mãe chorava muito e as patroas geralmente não dispensavam. Agora, tinha aquelas coisas também, assim, algumas davam sobra de comida pra gente. Minha mãe chegava com sobra de comida em casa, que trazia de algumas casas... Porque, quando ela já tinha muito tempo lavando pra uma casa, a relação já se modificava; então, aquela senhora que era dona da roupa já pedia a ela pra fazer uma faxina, já pedia a ela pra fazer um almoço e, aí, muitas vezes, dava algumas coisas a ela, assim. Então era muito... Eu não sei dizer muito bem como era, mas me parecia uma... Tinha coisa de rebeldia, às vezes, né. Eu via algumas lavadeiras, sempre foram muito faladeiras, muito... muito valentes, então muitas xingavam muito, né, quando as patroas reclamavam porque alguma roupa ficou mal lavada ou mal passada. Elas se aborreciam muito. Minha mãe, mesmo, chegava em casa falando muito, xingando, que ia largar aquela porcaria, que não ia lavar mais!<sup>45</sup>

Tensão, caridade, pedidos e favores são elementos presentes nesse depoimento de Dona Ivannide Rodrigues, os quais pareciam permear a relação de trabalho das lavadeiras com seus fregueses ou suas “patroas”. O compadrio entre as lavadeiras e seus clientes poderia, em certa circunstância, levar uma patroa a perdoar a falha de certa lavadeira, não cobrando o lençol rasgado no arame, mas é verdade também que não era necessário estabelecer esse vínculo parental-religioso para que a “benevolência” dos patrões fosse manifestada. Em contraposição a uma postura severa e impessoal das patroas, que geralmente não dispensavam a cobrança de uma peça de roupa rasgada ou manchada, foi apresentada a solicitação e pagamento de serviços extras, a doação de sobras de comida e algumas outras coisas, pois “quando ela já tinha muito tempo lavando pra uma casa, a relação já se modificava”. A relação que inicialmente possuía características mais impessoais, na busca, pelo contratante, de bons serviços prestados e de um bom e pronto pagamento, por parte das lavadeiras, com o tempo podia ganhar outros contornos, em função de favores e vínculos estabelecidos mutuamente. A patroa geralmente pedia-lhe favores – ao invés de mandar-lhe –, ao passo que a lavadeira fazia o favor de ajudá-la; como demonstração de sua gratidão, a

---

<sup>45</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

patroa lhe dava algum “agrado”, delineando, assim, um caráter fundamental para manutenção das relações paternalistas. Revelando, contudo, o aspecto desigual dessa relação, os patrões batizavam os filhos das lavadeiras e de outros empregados, mas esses não eram convidados a batizarem os filhos de seus patrões.

Contudo, o aspecto tenso presente naquela relação vinha à tona quando ocorria um contratempo, como o citado por Dona Ivannide: a danificação de uma peça de roupa, no caso, uma colcha de richelieu. Quando algo assim acontecia, “as patroas geralmente não dispensavam” o prejuízo e cobravam o pagamento daquela peça, que caso fosse muito cara, como a colcha de richelieu, podia exigir até um mês inteiro de trabalho da lavadeira. Assim como a reação das patroas variava em cobrar ou não o prejuízo, as lavadeiras, frente ao alto preço a ser pago por um erro cometido ou frente a uma reclamação da patroa de que a “roupa ficou mal lavada ou mal passada”, podiam abandonar aquela cliente, xingar muito ou simplesmente chorar, mas sempre, segundo a ótica de Dona Ivannide, com alguma coisa de rebeldia. Opressão, tensão, submissão e rebeldia apresentavam-se, ali, como diferentes aspectos de uma mesma relação paternalista, entendendo-a, à maneira de E. P. Thompson, como uma relação mútua de interdependência entre dominantes e subalternos, disfarçada no costume dos mais abastados prestarem favores aos menos favorecidos, em meio a uma espécie de teatro social, onde as tensões entre ambos os lados são teatralizadas em meio aos códigos da hegemonia cultural dos dominantes.<sup>46</sup> Nesse caso, os favores amenizavam a situação de opressão e eram conscientemente realizados por seus fregueses ou patrões porque tinham consciência de que pagavam mal às lavadeiras. Estas, por sua vez, recorriam a tais favores como estratégias individuais de sobrevivência, respondendo, dentro das regras do jogo estabelecidas pelos poderosos, com deferência. Isso pode-se ver no depoimento seguinte de Dona Helena Gomes, ao se referir com deferência a seus “bons clientes”, importantes políticos locais:

Lavei pra gente boa, lavei pra Francisco Pinto, lavei pra o professor Amorin, quando ele era prefeito; a mulher dele chama Arlete, eu lavei pra ele... Tudo eu lavava na lavanderia. Engomava e ia levar...

---

<sup>46</sup> E. P. Thompson, no estudo da relação entre os pobres e a *gentry* na Inglaterra do século XVIII, reflete que a “hegemonia cultural” daquela classe dominante “não acarreta que os pobres aceitem o paternalismo da *gentry* nos próprios termos da *gentry* ou segundo sua auto-imagem consagrada. Os pobres podiam se dispor a conceder sua deferência à *gentry*, mas apenas por um preço, que era substancial. E a deferência era frequentemente desprovida de qualquer ilusão: a partir de baixo, podia ser vista em parte como auto-preservação necessária, em parte como extração calculada do que podia ser conseguido. Visto desta maneira, os pobres impunham aos ricos alguns dos deveres e funções do paternalismo, assim como a deferência lhes era por sua vez imposta. Ambos os lados da questão estavam aprisionados num campo de força comum”. In. “Patrícios e plebeus”, **Costumes em Comum**, p. 78.

(...) Mas tu não fala, não; não faz eu lembrar, não, viu! O pessoal pagava uma ninharia a gente... era uma ninharia.<sup>47</sup>

Ao ser questionada sobre sua remuneração, ela reconhece que recebia muito pouco, “uma ninharia” pelos serviços prestados às famílias dos políticos, segundo ela “gente boa”. Nesse depoimento, o reconhecimento da condição de explorada por parte de Dona Helena é um outro aspecto da relação paternalista vivenciada por ela e por outras lavadeiras do Tanque da Nação com seus fregueses ou patrões e, algumas vezes, compadres da “alta sociedade feirense”.

O contato dinâmico com facetas importantes do mundo dos ricos, que se dava sobretudo ao pegar e entregar as roupas naquelas casas, permitia-lhes uma percepção profunda das contradições entre aqueles diferentes mundos. Àquelas mulheres era possível divisar as distâncias existentes entre os modos de vida e valores das classes média e alta e sua própria experiência cotidiana de luta pela sobrevivência – também imersa em esferas materiais e simbólicas mais amplas, compartilhadas por outros sujeitos sociais no seu espaço de trabalho e na vizinhança. Através dessa mobilidade, caracterizada por esse trânsito entre os diferentes mundos e espaços, as lavadeiras iam definindo noções contrastantes: de um lado, a de “rico”, como aquele “que tem dinheiro”, gente com vida bem estruturada, que mora em “casa bonita”, “sério”, de nível elevado, próximo a “Deus”, e, de outro lado, a idéia de “pobre”, como aquele que não era bem remunerado por seu trabalho, recebe “ninharias”, um explorado, um “fraco”,<sup>48</sup> próximo ao um mendigo ou um desgraçado, como referiu-se Dona Maria Mota.

Ante a consciência de sua condição de oprimidas, de sua “fraqueza” diante dos ricos, as lavadeiras do Tanque da Nação não buscaram, durante todo período estudado, alternativas coletivas a fim de alterar suas relações de trabalho, como a sindicalização, as manifestações ou outras estratégias de luta organizadas. De outra maneira, tentavam ampliar sua margem de lucro na relação com seus fregueses abastados, utilizando-se de contratos e vínculos pessoais, como favores, compadrios e mesmo alguma rebeldia. Frente ao forte caráter paternalista presente em suas relações, buscavam o máximo de vantagens para si e sua família, forçando a

---

<sup>47</sup> Helena Gomes Cerqueira, 18/10/2005. É interessante notar que, ao se referir aos ex-prefeitos para quem prestou seus serviços de lavadeira, Dona Helena afirma ter lavado as roupas de Francisco Pinto, prefeito eleito que foi deposto em 1964 pela ditadura militar e para seu substituto, o interventor Joselito Falcão de Amorim. Para informações acerca de sua trajetória de vida e sua carreira política ver Oscar Damiano Almeida, **Dicionário Personativo, Histórico e Geográfico de Feira de Santana**. Feira de Santana, Editora Gráfica Nunes Azevedo, 2002.

<sup>48</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005, ao referir-se ao trabalho que ela fazia no armazém de fumo usou a expressão “fraca”, referindo-se a mulheres com pouco dinheiro: “(...) *Todo mundo aqui, a maioria das mulheres fracas tudo trazia trouxa de roupa, de fumo pra destalar*”.

retirada de algo mais de quem tanto tinha e portanto podia lhes dar: seus clientes ou compadres ricos.

### 3.2.2. Outros fregueses, outros espaços... outros mundos

A clientela das lavadeiras não se reduzia à “gente boa” da alta sociedade feirense, uma vez que a lavagem de roupas era uma atividade que estava atrelada às mais variadas áreas de trabalho e da vida de pessoas de todas as classes e grupos sociais. Uma atividade que crescia e se profissionalizava ainda mais à medida que os óleos, resíduos e fuligens da industrialização ganhavam espaço ao longo dos anos na cidade.

Feira de Santana se firmou como a cidade que possui o maior entroncamento rodoviário das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ao crescimento das vias de transporte, principalmente rodoviárias, seguiam-se o aumento dos automóveis, a chegada de postos de gasolina, o comércio de peças automotivas e a instalação de oficinas mecânicas que se tornaram um importante setor para dinamização da economia local, que, na década de 1950, registrava mais de quarenta estabelecimentos nessa área.<sup>49</sup> Novas possibilidades eram abertas para empregos diretos, como para os mecânicos, funcionários dos postos e caminhoneiros, e para ocupações indiretas, dentre as quais, encontravam-se as lavadeiras, cujo trabalho fazia-se indispensável para aqueles que tinham seus instrumentos e uniformes de trabalho sempre envoltos em óleos, combustíveis e graxas.

Dona Anete de Jesus Mota recordou que iniciou sua carreira lavando roupas para casas de família, mas que, nas décadas de 1950 e 1960, ao tempo que seu marido empregava-se em alguns postos de gasolina e de conserto de automóveis, ela o acompanhava:

[Eu] Lavava nas casas. Depois eu, eu... Meu marido [Virgílio] começou a trabalhar no Shell, ele era lavador de carro. Depois ele começou... Já trabalhou no Posto Moura (...). No Shell foi o último, sim. Trabalhou no posto Moura, trabalhou no... no Texaco e aí ele mudou pro Shell. E aí eu fui labutando mais ele, labutando, labutando conseguimos, foi que compramos essa casa “derrubada” aqui.<sup>50</sup>

Foi em sessenta e dois, por aí. De sessenta e um a sessenta e dois. E continuando no Shell... (...) Meu marido começou trabalhando de ajudante desde a construção e o patrão, o senhor finado Aluizio, prometeu que aqueles que fossem direitinhos, que começaram ali a trabalhar com ele, que ali ele ia reinar um posto de lavagem com tudo. Então, que os melhores continuavam com ele e assim foi. E aí meu marido era lavador de carro e aí continuou com ele. E ali, ele também, “Você tem mulher, Vi”? – “Tenho”. Aí contou os documentos dele, fez carteira e tudo e aí: “Você tem os teus, família”. Nesse tempo eu tinha [os filhos]... Neide... Neide, Luiz, Marivalda e tava de barriga de Du, de Du não, de Mia. (...) Foi cinquent e poucos.

<sup>49</sup> “O entusiasmo com que as classes comerciais recebiam os novos tipos de mercadorias e as novas oportunidades verifica-se, perfeitamente, pela circunstância de, em 1950, estarem registrados mais de quarenta estabelecimentos exclusivamente a serviço de reparo de automóveis e caminhões e da venda de peças sobressalentes”. Rollie Poppino, **Feira de Santana**, p. 240.

<sup>50</sup> “Derrubara”, nessa fala, pode ser entendida como ruim ou mal estruturada.

Já quando eu mudei pro Shell, que terminaram o prédio de tudo, fizeram dormitório, que era naquele tempo que tinha... Andavam de pau-de-arara, aqueles caminhões, aquele pessoal que vinha do sertão com sede, os nortista, então dormiam lá. E aí ele [Aluízio, o patrão de Virgílio] disse: “Então, a sua mulher já lava”? Ele disse: “Lava”. Ele precisava muito de mulher lavadeira, isso e aquilo outro. Aí ele mandou me chamar, eu fui lá: “Você sabe lavar”? – “Sei doutor, seu Aluízio, eu vivo disso, pra ajudar meu marido”. E tudo isso na conversa... “A partir de hoje, tu já tá empregada e eu vou arrumar um quarto também pra você vir pra cá, fica mais fácil”. E assim foi...<sup>51</sup>

Como cita Dona Anete, a construção desses postos, muitas vezes compunha-se de um complexo com oficinas, restaurantes e pensões, que agregava uma gama de serviços e exigia uma variedade de trabalhadores, com ocupações e especializações diferentes. Seu marido era um deles, que, como havia trabalhado desde a construção do posto e destacou-se entre “os melhores” trabalhadores que comportaram-se “direitinho”, conseguiu empregar-se com carteira assinada na função de lavador de carros no Posto Shell. Na pensão desse posto, Dona Anete, seu esposo e seus três filhos moraram durante alguns anos na década de 1950.

A cidade de Feira de Santana urbanizava-se aceleradamente entre as décadas de 1940 e 1960. O incremento das estradas ampliava também o número da população flutuante, composta por diversos sujeitos sociais, de caminhoneiros à “nortistas” que fugiam da seca, como lembrava Dona Anete, situação que exigia um número crescente de hospedarias, tanto que, no ano de 1950, “havia na cidade, pelo menos, seis hotéis e mais de cinquenta pensões”.<sup>52</sup> Ali também eram empregadas lavadeiras, para lavar tanto a roupa dos hóspedes, como os lençóis e outras peças de tecidos necessárias ao funcionamento do estabelecimento. Dona Anete, além de lavar, servia de engomadeira e arrumadeira, o que podia lhe trazer ganhos extras ou ajudar a pagar a moradia.

[Fui morar no Posto Shell] Com meus filhos, meus três filhos. Aí nisso eu cheguei a morar no Ponto Central, do Ponto Central eu passei pro Shell... Morei no Ponto Central, morei nessa Feira toda. Só casa de aluguel, naquele tempo não tinha, não tinha, viu, e aí, assim, voltei pro Shell, pronto. Aí fiquei, no Shell. Eu lavava, era lavadeira, engomadeira, arrumadeira tudo isso no Shell. Era. O marido trabalhava na frente e tinha os quartos de, de... Eram uns quartos de pensão, de dormitórios no fundo, tinha em cima no prédio, e eu lavava aquelas roupas tudo. Foi muitos anos. Era [melhor], porque eu tava trabalhando ali, tava cuidando do marido tudo ali, tava cuidando dos meus filhos, não era! Pra mim melhorou.<sup>53</sup>

Comerciantes, professoras, policiais e prostitutas eram outras categorias de profissionais que estavam entre os clientes das lavadeiras do Tanque da Nação. Dona Maria Mota de Jesus afirmou ter lavado roupa para o Tenente Pedra, para o senhor Agnaldo, dono do Café Tabajara, para o médico Mario Lustosa e para professora Mariinha, que morava perto

<sup>51</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

<sup>52</sup> Rollie Poppino, **Feira de Santana**, p. 240.

<sup>53</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

do Posto Shell, dentre tantos outros, que não lhe cabia citar ou de quem ela já não mais lembrava: “*Era tanta gente! Era pra polícia, era pra tanta gente e eu nem sei mais pra quem é que eu lavava*”! Dentre aqueles que ela fez questão de mencionar estavam as prostitutas, ou quengas, como ela prefere denominar:

Foi no tempo que eu peguei a lavar roupa. Fui morar mais Zé, aí peguei a trabalhar [como empregada doméstica] mais a finada Joaninha, mas já tinha as duas meninas e o dinheiro era pouco... Porque eu sou assim, adonde tem dinheiro mais, é aí que eu fico. Aí depois das famílias... O dinheiro das famílias que eu lavava também era pouco, passei a lavar roupa das quengas, lá no Minador e o dinheiro recebia. Mas na hora que tracejava, que não me pagava, eu pegava, batia, picava na parede pra me dar o meu dinheiro... As quenga, as quenga, eu chamava era “as quenga”.<sup>54</sup>

A relação com as prostitutas dava-se de modo diferente daquele estabelecido com as famílias de classes média e alta locais. Mesmo reconhecendo que o serviço prestado a muitas daquelas famílias não era, na maior parte das vezes, bem remunerado, que elas ganhavam “uma ninharia” ou que o dinheiro pelas roupas lavadas “era pouco”, o tratamento pessoal com boa parte dos fregueses “de família” tinha como base o respeito, a “consideração” e os favores, o que não acontecia com as prostitutas. A prestação do serviço de lavar roupas para “as quengas do Minador” tinha como única recompensa um pagamento à altura e efetivado de forma imediata, no momento da entrega. Dona Maria não esperava favores e não queria maiores vínculos com elas além daquela relação de caráter mercantil, cujo principal instrumento era o dinheiro e que se resumia no cumprimento de ambas as partes de seus deveres: o da lavadeira, de lavar bem a roupa e entregá-la no dia marcado, e o da cliente, no caso, a prostituta, de pagar pelo serviço no ato da entrega. Cumprida essa expectativa, Dona Maria estaria “satisfeita” e não precisaria de mais favor algum ou vínculo qualquer com sua cliente prostituta, ao contrário do que geralmente buscava estabelecer com os clientes ricos:

(...) Olhe, eu não sei pra quem lavava, porque até as quenga eu lavava e lavava satisfeita. Tinha umas anáguas, aquelas anáguas de goma, era dez tonho uma anágua daquela. Tinha dia que eu tinha cinquenta conto só daquelas roupas que eu lavava das quenga. E ali era cú no chão, dinheiro na mão. Era levando já trazendo logo o dinheiro, se não eu já dava era... Elas guardava o dinheiro, se não eu não levava. E eu levava e tornava a trazer, se não tivesse o dinheiro, pra não me dar... Tornava a trazer, se não me tivesse o dinheiro! Era quebra a cabeça pra ir embora e levar meu dinheiro. Não. “Tem o dinheiro”? – “Não”. Então...<sup>55</sup>

A diferença evidenciada na reação de Dona Maria em relação ao baixo pagamento do seu trabalho pelas “famílias” e ao não-pagamento de seus serviços pelas prostitutas parece ter motivo no nível social e de poder em que se encontravam cada um desses grupos e o lugar

---

<sup>54</sup> Maria Mota de Jesus, 18/10/2005.

<sup>55</sup> Maria Mota de Jesus, 18/10/2005.

dela própria frente a ambos. Na relação com “as quenga”, Dona Maria sabia que podia usar da violência física – “pegava, batia, picava na parede pra me dar o meu dinheiro” – a fim de receber o que considerava justo: o pagamento por seu trabalho. Usava dos mecanismos que lhe fossem possíveis para que a outra parte cumprisse o acordo previamente estabelecido. Tal ação, ela sabia não poder realizar frente a problemas semelhantes que viesse a ter com os “ricos”. Dona Maria e as demais lavadeiras reconheciam sua condição de opressão, enquanto “mulheres fracas”, junto aos “fortes” membros das classes dominantes para quem lavavam roupas. Dentro da escala que organizava a hierarquia da sociedade feirense, os profissionais liberais e os funcionários públicos de baixo escalão também se encontravam acima da posição em que estavam as lavadeiras e os demais trabalhadores autônomos, como carroceiros, aguadeiros e feirantes, além de tantos outros trabalhadores que exerciam algum trabalho precário.

Para aquelas trabalhadoras que não possuíam um modo formal de organização no âmbito do trabalho, as questões e querelas que porventura surgissem deveriam ser resolvidas, quando considerassem ser necessário, por elas próprias. Lavar roupas, tanto para os ricos quanto para pobres, exigia um alto grau de pessoalidade na relação de trabalho e no estabelecimento dos acordos e contratos, mesmo que implícitos. Os preços, os modos de pagamentos, o prazo de entrega, a especificação do serviço – com ou sem goma, por exemplo – dentre outros, eram acertos realizados com base na palavra dos acordantes. Consideração, desconfiança e compromissos permeavam aquelas relações, que ainda estavam sujeitas aos contratempos diversos. As lavadeiras do Tanque da Nação precisavam, assim, estar atentas às brechas na relação com seus fregueses, fossem eles de quaisquer classes sociais ou categorias profissionais, a fim de adquirir o máximo de vantagens que conseguissem, ao tempo que deveriam estar de prontidão para resolução de seus conflitos trabalhistas.

A clientela das lavadeiras podia, assim, diversificar-se nas diferentes dimensões de classe, raça e gênero, a partir das quais, e do modo como tais dimensões cruzavam-se, iam sendo definidos os termos da relação de trabalho que estabeleciam com os seus fregueses. Outros elementos poderiam ampliar a complexidade de suas relações e de suas visões de mundo, a exemplo da religiosidade. Dona Maria, durante o relato sobre seus clientes, faz menção a um determinado Frei, “seu Prédi”, que fazia questão de ele próprio contar sua roupa, antes e depois de ser lavada.<sup>56</sup> Dona Helena Gomes Cerqueira, por sua vez, não faz

---

<sup>56</sup> “Eu lavava roupa de gente, gente! Ele [o médico Mário Lustosa] é que eu juntava roupa, ele e esse frade que eu tô falando, seu Prédi, ele é quem contava roupa”. O fato de ele contar sua roupa parecia estranho à Dona Maria, provavelmente por ser ele do sexo masculino, uma vez que ela própria faz referência, como sendo

menção a muitos dos fregueses para os quais lavou roupas, além dos dois ex-prefeitos, Francisco Pinto e Joselito Amorim, e de Dona Lali, “a branca” que morava na Rua Marechal Deodoro, para quem trabalhou de babá logo que chegou à cidade, vinda da zona rural feirense, em março de 1945, aos quinze anos. Todavia, dentre os poucos que lhe mereceram citação estava Seu Licinho, o pai-de-santo:

(...) E eu era procurada, eu era procurada pra lavar. Aqui morava um rapaz, que tinha casa de... Pai-de-santo, né, o finado Licinho. Eu morava no Calumbi nesse tempo, nera, seu Licinho, quando ia fazer as festas dele, as matanças dele... Ele dava caruru todo ano e dava festa. Ele era pai de santo, nera... Que ia fazer a festa dele, ele trazia aquela anágua pra eu lavar, pra eu engomar. Trazia aqueles pano que ele amarrava por aqui [no tórax], trazia aquela toalha de mesa, tudo ele trazia pra eu lavar e engomar porque ficava brilhando. Me pagava, me agradava: “Dona Helena, estou com a senhora essa semana e não abro”![risos] Eu digo: “É isso mesmo Seu Licinho, vá mandando que eu tô recebendo! O que vem do céu não me atinge”! Porque o povo tinha medo de lavar pra ele porque diz que ele era curador, olhe! O que é que ele ia fazer pra mim? Ele tinha a seita dele lá, né. E ele me reclamava porque eu não ia na festa dele.

Quando ele fazia festa, eu não ia na festa, não... Julia ia, Júlia que morava minha vizinha aí no Calumbi, nera. Aí, Júlia ia, mas eu não ia. Eu tinha um receio da casa de seu Licinho no tempo de festa, que só tu vendo! Eu tinha um receio danado.<sup>57</sup>

Seu Licinho, famoso pai-de-santo da região do Calumbi era mais um dos fregueses que atestavam a diversidade da clientela das lavadeiras do Tanque da Nação e a boa fama possuída por Dona Helena, que era “muito procurada”, tanto que mesmo afirmando que não era adepta da “seita” do “curador” e muito menos freqüentadora de sua casa durante “as festas” ou “as matanças”, foi por ele escolhida para lavar suas roupas, mesmo aquelas utilizadas durante os rituais religiosos: “aquela anágua”, “aqueles panos” que ele amarrava ao corpo e “aquela toalha de mesa”.<sup>58</sup> Ele provavelmente a escolhera não por outro motivo senão por sua fama de boa lavadeira, o que parecia corresponder à verdade, pois, como considera a própria Dona Helena, “tudo ele trazia pra eu lavar e engomar porque ficava brilhando”; e ele lhe pagava e lhe agradava.

Dona Helena, por sua vez, parecia não possuir nem mesmo querer maiores vínculos com seu vizinho pai-de-santo, pois “tinha um receio da casa de Seu Licinho no tempo de festa”. Contudo, o preço pago por seus serviços de lavadeira parecia compensar o medo que dizia sentir daquela religião e, enquanto houvesse trabalho bem pago, ela continuaria lavando sua roupa: ele poderia continuar mandando as roupas para ela lavar, que ela iria continuar

---

comum, a patroas que contavam as peças de roupa que iam e vinham na trouxa. Cf. Maria Mota de Jesus, Entrevista, 18/10/2005.

<sup>57</sup> Helena Gomes Cerqueira, 18/10/2005.

<sup>58</sup> Sobre o caráter festivo-religioso dos rituais do candomblé ver Rita Amaral, **Xirê! O modo de crer e de viver no candomblé**, Rio de Janeiro, Pallas; São Paulo, EDUC, 2002.



recebendo-as – o que sugere, por outro lado, que ela não tinha tanto medo assim do candomblé.

### **3.3. Na vizinhança do Calumbi: um bairro operário, um território negro**

O relato de Dona Helena sobre a relação com seu cliente e vizinho, Seu Licinho, lança luz sobre um outro espaço que possuía um importante significado para aquelas mulheres: sua vizinhança. Um território que ganhava sentido nas vivências e relações ali firmadas, as quais em muito distavam daquelas estabelecidas com seus clientes, sobretudo os “ricos da cidade”.

#### **3.3.1. Região do Calumbi: o Tanque do Urubu, a estrada, o Tanque da Nação**

A maior parte das lavadeiras que lavavam roupas no Tanque da Nação morava na Estrada do Calumbi ou em suas imediações, como no Tanque do Urubu, no Barro Vermelho e no próprio Tanque da Nação. Desse modo, as lavadeiras ganharam destaque na memória daquela região, empregando-lhe uma marca especial. Dona Helena Gomes, ao lembrar das práticas de trabalho e de algumas de suas colegas, exagera: “*Era tanta gente que lavava, era dona Zulmira... Todo mundo aqui era lavadeira, todo mundo*”! Guardado o exagero, dada sua necessidade enfática, essa afirmação revela algo da força dos traços deixados por aquelas mulheres no bairro, traços impressos a partir da dinâmica de seu cotidiano:

A maioria já morreu. Era Joana, era Matilde, Zulmira também era lavadeira... Tinha muitas, muitas delas Deus já levou.

Essas que eu tô dizendo moravam daqui [no antigo Tira Cambão, na Estrada do Calumbi] até o Tanque do Urubu. Ia um bocado mais eu, dizia assim, “Ô, Nete, me espera que é pra gente ir... pra gente descer junto”! (...)

(...) Todo mundo corria pra ali [pra o Tanque da Nação] pra lavar. Era aquele tangente tudo de mulher lavando!

Umás moravam aqui por, naquele... Era aqui no Calumbi, que o Calumbi é compridão...! Hoje em dia já tem o [conjunto habitacional] Feira Nove, que já é uma parte que dependia, que era do pasto do doutor Eduardo, aí foi, aí já fizeram...

Eduardo Fróes da Mota. E... E aí hoje em dia já existe o Feira Nove, mas era Tanque do Urubu, esse povo tudo, as mulher tudo vinha lavar aí na Nação.

Não tinha [o bairro] Rua Nova, não, era mato.<sup>59</sup>

O bairro, obviamente, não era habitado somente por lavadeiras. Havia muitos outros trabalhadores que por ali moravam, alguns formalmente contratados, com carteira assinada, como funcionários de postos e oficinas mecânicas, funcionários públicos de baixo escalão, como um guarda civil ou uma professora, e muitas fumageiras. Todavia, certamente a maior

---

<sup>59</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

parte daqueles da vizinhança era composta de homens e mulheres que trabalhavam com contratos informais ou por conta própria, como empregadas domésticas, aguadeiros, leiteiros, ferreiros, carpinteiros, carroceiros, sapateiros, engraxates, quitandeiras e as próprias lavadeiras, como se pode depreender do relato literário de Muniz Sodré sobre aquela região:

Tanque do Urubu.

Nunca se soube por que os negros e a gente muito pobre de Feira haviam se agrupado ao longo dos anos na saída sul da cidade, já que existiam outras zonas de ocupação possível nos arredores. O fato é que ali havia gente antiga, gente nova, todos identificados com o bairro conhecido como Tanque do Urubu. Era a senzala da cidade – de onde saía grande parte das empregadas domésticas, dos pedreiros, marceneiros, prestadores de pequenos serviços para os moradores abastados de Feira.<sup>60</sup>

Empregadas domésticas, pedreiros, marceneiros e tantos outros prestadores de serviço, como os carroceiros da Rua das Carroças, próxima ao Tanque do Urubu – com os quais Dona Magnólia e outros jovens pegavam carona até o Tanque da Nação para buscarem água para o uso doméstico – movimentavam, e muito, aquele cenário, em suas constantes idas e vindas para o centro da cidade e para as casas dos “moradores abastados de Feira”. Ali, naquele vai e vem, as lavadeiras diferenciavam-se com suas trouxas de roupas equilibradas à cabeça e através de outros signos que marcavam todo aquele espaço, como as roupas estendidas nas cercas das fazendas que entremeavam as fileiras de pequenas casas, onde moravam elas e os demais trabalhadores, ao longo de toda a Estrada do Calumbi:

E essa [...] onde tá esse muro era uma cerca, aí de Mimito Pinto. Todo mundo estendia roupa nessa cerca! De fora a fora, daqui até lá na entrada do... Como é que chama aquela?... Um conjunto que tem no caminho...  
(...) É, mas ele já é separação do Feira Nove. Monte Pascoal! Essa cerca ia até muito pra lá daí dessa Morada do Sol. Era desse pasto, depois que ele vendeu e fizeram essas... esses conjuntos [residenciais]. Todo mundo estendia roupa!<sup>61</sup>

Nem todos os nomes lembrados nos depoimentos, como Maria Santana, Dezinha, Zulmira, Maria da Luz, Jacira, Dona Bela, Júlia Pau, Tieta, Terezinha de Valentin, Lourdes dentre tantas outras, eram de lavadeiras profissionais. Muitas eram vizinhas que se dirigiam ao Tanque para lavar as roupas de sua própria família e que também, muitas vezes, estendiam as roupas nas cercas à frente de suas casas. Aquelas cercas enfeitadas com lençóis e roupas de todos os tipos e cores, não obstante a beleza que emprestavam ao cenário, enunciavam um aspecto peculiar à vida daquelas mulheres: uma jornada contínua de trabalho, na qual geralmente não se separava o espaço ou o tempo do lar, do trabalho ou do lazer. Após o por

---

<sup>60</sup> Muniz Sodré, **O bicho que chegou a Feira**, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1991, p. 104.

<sup>61</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

do sol, o trabalho continuava em outra etapa do ofício de lavar: passar as roupas a ferro. Ao falar sobre a ocupação com o fumo, Dona Ivannide revela o caráter contínuo de seus afazeres:

(...) em determinadas épocas do ano, eu não me recordo agora quais as épocas, a demanda era muito grande para os armazéns e essas funcionárias não davam conta, essas operárias, então, eles contratavam... entregavam essas trouxas de fumo. Faziam aquelas trouxas de fumo, onde a gente ia separar ali o bagaço, que era pra enchimento do charuto... pras capas, fazer o que a gente chamava de “manoca”, que eram umas... uns tarugos com umas folhas de fumo grande pras capas, com as folhas de fumo menores e ali a gente tirava o talo daquilo tudo, de todas aquelas folhas, desde as grandes, que serviam pra capa, que tinham uma forma de... de empacotar; como os bagacinhos de pequenas folhinhas, a gente tinha que tirar os talos; e as médias, que era pra esse enchimento do charuto. Então, esse trabalho absorvia o tempo da gente. Se a gente passava a maior parte do tempo na fonte, quando voltava, fazia esse trabalho com a trouxa de fumo, geralmente o hábito da gente era fazer isso de quatro da tarde até seis, seis e meia, sete horas. Era um hábito engraçado, que todas as mulheres, geralmente, daquelas casas, pegavam essas trouxas de fumo, botavam no passeio, na calçada... A gente sentava na calçada, ficava ali olhando a rua, o povo passar e ficava ali fazendo esse trabalho. Quando dava seis, sete horas, a gente entrava para passar ferro na roupa, que eram as horas mais frescas; à noite era um horário mais fresco e gente passava com ferro de brasa, que no início não tinha muito acesso a... ao ferro elétrico, então passava com ferro de brasa. Aí, nesse horário da noite, de seis horas em diante, era o horário que começava a refrescar e a gente passava roupa até meia noite, pra amanhecer o dia e já entregar aquela roupa. Então, por conta disso, a gente não tinha muito tempo de tá próximo depois que saía da fonte, até porque tinham mulheres que vinham de muito distante, de casas... Por exemplo, a Avenida Tomé de Souza [antiga Estrada do Calumbi], me parece que tem uns três quilômetros de extensão; então, tinha gente desde lá da ponta até onde eu morava, que era o início da rua. Então, nem sempre a gente era amigo.<sup>62</sup>

A volta para casa podia significar a continuação do trabalho de lavadeira, passando ferro nas roupas lavadas durante aquele dia, aproveitando “as horas mais frescas” do fim da tarde, uma vez que era utilizado o “ferro de brasa”. Além disso, nesse ínterim, podia ser acrescentada uma outra tarefa em busca do aumento da renda, como a “manocagem” do fumo. O acúmulo de atividades, por ocupar a maior parte do tempo daquelas mulheres, geralmente dificultava a vivência de outras sociabilidades entre elas que não estivessem diretamente ligadas ao trabalho, como visitarem-se umas às outras mais constantemente ou mesmo cultivar relações de amizade com todas as lavadeiras que moravam ao longo da comprida Estrada do Calumbi. Dona Anete, ao falar sobre seu trabalho com o fumo, segue reafirmando a participação das lavadeiras e das demais mulheres da vizinhança nessa e em outras atividades:

Tanto pra coisar, quanto pra... [As lavadeiras] Lavava, como ia buscar trouxa pra casa, fretá as caixa... Caminhão de fumo, como eu já botei aqui dentro de casa e as vizinha tudo, aquelas mais metida a besta que não queria ir buscar... “Acho que eu tenho um destalo aí e te entrego”, era assim. Eu fretava caminhão de trouxa de fumo, carroça de trouxa de fumo, era, era... Caminhão de saco de feijão... De seu tio Ladinho, na roça naquele tempo a... A colheita era boa, então tinha inverno mesmo que... Tinha um inverno forte que o feijão enferrujava; quer dizer que, por causa da chuva, aquele feijão que ficava, que caía assim no chão, ficava aquelas coisinhas enferrujadas, então tinha que apurar. Então os fazendeiros

---

<sup>62</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

contratavam aquelas pessoas pra pagar pra pessoa limpar o saco de feijão, tirar o... aquele que tá tingido e deixar o puro pra ele vender purificado. E nisso aí, a gente ganhava dinheiro com isso.<sup>63</sup>

Fosse com a “manocagem” do fumo ou com o “destalo” do feijão, o trabalho continuado daquelas mulheres em casa, ou melhor, na frente das casas, de algum modo, transformava aquele espaço, que era um espaço de moradia, em um lugar onde também se realizava o labor diário. Aquele bairro tinha um perfil operário no sentido de abrigar os mais diversos tipos de trabalhadores e, com aquele trabalho das mulheres às tardes, nas frentes das casas, ganhava uma outra característica peculiar, qual fosse, a de um espaço de trabalho coletivo. Obviamente, um espaço muito diferente do pátio das fábricas – mesmo das de charuto, onde muitas mulheres dali trabalhavam – cuja presença do mestre era fundamental. Ali, sentadas à porta de suas casas na Estrada do Calumbi, as mulheres – as lavadeiras e suas vizinhas – trabalhavam num ritmo que elas considerassem ser viável e necessário diante de suas necessidades e possibilidades. Assim, aquele trabalho colaborava com o sentimento de comunidade, na construção de uma identidade entre mulheres moradoras do Calumbi.

### 3.3.2. Conflitos, sociabilidades e prazeres

Os relatos revelam um outro aspecto que certamente integrava as relações estabelecidas naquele espaço: a tensão. Muitas vezes manifestado em forma de rixa ou antipatia, como na fala de Dona Anete sobre as vizinhas “mais metidas a besta”, o conflito era um elemento que permeava as relações entre os moradores do Calumbi. Os motivos podiam ser os mais diversos, como demonstrou Dona Maria Mota, ao relatar sua discussão com sua vizinha Dona Maria Santana, por conta do tipo de carne que vendiam na feira-livre, às segundas-feiras e aos sábados.<sup>64</sup> Dona Helena Gomes, na continuidade de seu relato sobre as festas de Seu Licinho, pai-de-santo, fala sobre outras querelas que se davam entre a vizinhança, que tinham no “fuxico”, na intriga e nas disputas amorosas seu principal combustível:

D. Helena: Quando ele [Seu Licinho] fazia festa, eu não ia na festa, não. Júlia ia, tu lembra de Júlia?

Julia ia, Júlia que morava minha vizinha aí no Calumbi, nera. Aí, Júlia ia, mas eu não ia. Eu tinha um receio da casa de seu Licinho no tempo de festa, que só tu vendo! Eu tinha um receio danado.

(...) Então, minha filha, [eu morava] de junto de Júlia! Não tem Terezinha de Valentin? Não tinha a casa de Maria da Luz, que tinha o mudo, Tide. (...) de frente a casa de Mimi. Eu morava ali. Morava eu, Júlia, Tieta... Viu, morava eu, Julia morava minha vizinha, vizinha de Julia era Tieta, depois de Tieta era Maria da Luz, depois de Maria da Luz, Terezinha.

---

<sup>63</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

<sup>64</sup> Maria Mota de Jesus, 18/10/2005.

Magnólia: No tempo que Júlia namorava mais Ramalho, nera...

D. Helena: Hahaha [risos altos]...

Magnólia: ... Pai também... Era um fuxico dos diabos!

D. Helena: Éta confusão! [risos] E Dezinha [esposa de Ramalho]! Dezinha subia e descia, bom dia e o cacete! Mas menina, Dezinha ficava jararaca! Quando ela me vê, ela pergunta: “Helena, cadê tua camarada”? Eu digo: “Tá lá, mora lá no mesmo lugar”! [risos] Tu vai lá?...<sup>65</sup>

Ao descrever a ordenação das casas de sua vizinhança no Calumbi, Dona Helena, com a ajuda de Dona Magnólia, desvenda mais detalhes sobre a dinâmica do lugar. A traição de um marido com uma vizinha podia provocar brigas que alcançavam o espaço da rua, como fazia “Dona Dezinha” ao dirigir-se à casa de “Dona Júlia”, a qual ela acusava de “namorar” seu marido, para “descer o cacete”, como se dizia. Dona Júlia, acusada de também namorar o pai de Dona Magnólia, em função de sua má fama e provavelmente também das desavenças em que se via envolvida, foi apelidada de “Júlia Pau”. Essas brigas mostravam como em um bairro popular o espaço da casa e da rua podia confundir-se, uma vez que questões de caráter pessoal e íntima podiam ser comumente resolvidas no espaço da rua. A rua que também nesse contexto deve ser vista diferentemente das ruas da cidade, pois ali no bairro, apesar das brigas, as relações entre os vizinhos eram entrecruzadas por relações de parentesco e sentimentos de amizade. As fofocas e intrigas também serviam de elemento dinamizador das relações entre a vizinhança, muitas vezes, como visto, divertindo quem apenas assistia à distância suas conseqüências. Contudo, geralmente constituía-se em motivação para desavenças, que poderiam ter desdobramentos até mais sérios e longos. Um processo criminal instaurado em 1953, contra Antônia Pereira de Araújo, revela outras possibilidades de conflitos ali presentes e elucida um pouco mais da complexidade de realidades e relações vivenciadas naquele pedaço do subúrbio feirense. A ocorrência teria se dado porque, segundo o promotor público, no dia primeiro de setembro daquele ano, “no ‘Calumbi’, nesta cidade, a mundana Antonia, por motivos de somenos, agrediu a bofetadas a sua companheira Flora de Jesus”. Ambas se referiam à outra como “meretriz” e, ao que parece, a contenda foi gerada por intrigas ou razões afetivas, pois a acusada afirmava ter agredido a “meretriz Flora de Jesus a socos”, porque esta havia lhe difamado com seu companheiro: “uma vez que Flora de Jesus passara a comprometer [Antonia Pereira de Araújo] perante o companheiro desta, com a grave calúnia de que ela o traia com outros homens”.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> A entrevista de Dona Helena Gomes Cerqueira foi realizada dia 18/10/2005 com a presença de Dona Magnólia de Oliveira que fez algumas intervenções registradas na gravação.

<sup>66</sup> Ver Processo Crime. Antonia Pereira Araújo (ré). Lesões Corporais. 1953-1958. Centro de Pesquisa e Documentação de Feira de Santana (CEDOC/UEFS).

Os conflitos revelavam o sentido de disputa também presente naquelas relações de vizinhança. Querelas que tinham como motivos o comércio, a família, a intriga ou mesmo o amor. Contudo, o sentimento de tensão não era certamente o que prevalecia entre os moradores do Calumbi. O bairro era principalmente o espaço onde se davam as experiências de diversão para as pessoas que ali viviam. Um lazer não necessariamente formalizado ou institucionalizado, o que fez Dona Anete de Jesus hesitar ao ser questionada sobre quais os tipos de diversão para as lavadeiras que moravam na região:

Tinha não. A diversão daqui era assim, às vezes, assim: “Ah! Na casa de fulano tem uma novena. Ah! Tem um samba”! A diversão era assim, essas besteiras. Não tinha festa organizada. Na cidade tinha clube, tem isso, aquilo outro, aqui não, era: “Na casa de fulano vai...”. Outro chegava e convidava: “Ô, fulano... Ô Dete, eu vou rezar uma novena, vai chama o menino, vai chama Virgílio, que era o marido e vai pro samba. Vai ter um samba”! Ave Maria! O samba era a folia da festa. Sambava até de manhã!<sup>67</sup>

A diversão podia confundir-se com o trabalho, no momento da lavagem de roupas na “Nação” ou em frente das casas, na lida com o fumo ou o feijão, e também se entremear com a religiosidade. As novenas, geralmente realizadas em homenagem a Santo Antônio, em junho, São Roque, em agosto, e aos santos gêmeos, Cosme e Damião, em setembro, ao fugir da rotina, constituíam-se em distração, que muitas vezes tinha o significado de descanso na vida daquelas mulheres – vida que se confundia com trabalho. Momento em que se dedicavam às promessas e pedidos por dias melhores, para si e para os seus, a novena constituía também um importante espaço de sociabilidade, onde as lavadeiras visitavam-se umas às outras ou às suas demais vizinhas não-lavadeiras, fazendo frente à falta de tempo de seu dia-a-dia. Novena e samba não apareceram juntos por acaso na fala de Dona Anete. Nas casas onde aconteciam as rezas, ao fim do período religioso – que geralmente variava entre um, nove ou treze dias, dependendo do santo da devoção – muitas vezes ofereciam-se fartos banquetes de comidas próprias à ocasião, como caruru, vatapá, bacalhau, licor, arroz doce, mungunzá, pipoca, etc. Os sambas, por sua vez, integravam muitos desses acontecimentos, revelando o caráter polissêmico daqueles ritos do catolicismo popular, onde é muito presente o cruzamento das dimensões de culto com música e divertimento. As novenas realizadas na casa de Dona Maria Mota, em devoção a Santo Antônio, estava entre aquelas mais concorridas da região, onde o samba tinha espaço garantido após as rezas.

Outrossim, as “festas” de religiões de matrizes africanas, como aquelas da “casa de Seu Licinho”, era um outro espaço que entrecruzava diversão e religiosidade para os moradores do bairro. As festas deste pai-de-santo não eram freqüentadas por Dona Helena

---

<sup>67</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

Gomes, sua vizinha e lavadeira, e possivelmente por muitos outros, que, como ela, “tinham medo” daquela “seita”. Contudo, como mesmo lembrou Dona Helena, uma outra vizinha sua, Dona “Júlia, ia”, e lá encontrava Dona Magnólia de Oliveira e tantos outros que viam naquela ocasião um lugar de culto e/ou de entretenimento. O candomblé de Seu Licinho, no entanto, não era o único da região, senão integrava um território rico em templos religiosos de tradições africanas, como demonstra o senhor José Pascoal, ao descrever a cartografia dos “cultos afros” daquela região:

*Helena do Bode* morava ali naquela rua... Rua Góes Calmon, Doutor Góes Calmon, que aquela rua era a Rua da Cajarana [antigo Barro vermelho] (...). Descendo Helena do Bode, vinha *Terezinha Almeida da Conceição*, Tereza de Cabocáçú, tá endendo? Do outro lado tem *Seu Afonso Queiroz*; depois vinha, *Maria do Socorro Romão*, que é Socorro que morreu; depois vinha *Elício Borges* [Licinho], que é aqui na Bandeirantes e muitos outros, muitos outros. Tinha *Napané*, pessoas que eu conheci, que eu convivi, tá entendendo? *Seu Caboquinho* que morava nas Panelas, num bairro que chama As Panelas, lá pra baixo, depois do Tanque do Urubu, que tinha também, era pai-de-santo. (...).<sup>68</sup>

Outras festas também movimentavam o bairro em diversas ocasiões ao longo do ano, como o Natal, o Sábado de Aleluia, com a queima do Judas, e as festas juninas. O São João figurava entre os dias mais animados do ano, com as fogueiras, as bombas, as comidas típicas, o licor e os forrós. Muitos daqueles festejos, como as quadrilhas e os bailes de vitrola, serviam de diversão principalmente para os mais jovens, sobretudo na década de 1960, que se esforçavam em sua organização e incumbiam-se de animá-los.

(...) Por exemplo, a Avenida Tomé de Souza, me parece que tem uns três quilômetros de extensão; então, tinha gente desde lá da ponta até onde eu morava, que era o início da rua. Então, nem sempre a gente era amigo. Quando acontecia, muitas vezes acontecia a gente ficar, as jovens, as meninas ficavam amigas, as filhas das lavadeiras; ficavam amigas porque a gente tinha outro espaço de convivência, que era o espaço do lazer: as festas nas casas de umas das outras, as festas de São João, que era uma festa extremamente familiar; então a gente se juntava muito e era ali no meio, naquele espaço. Aí, muitas vezes, filhas de lavadeiras eram amigas. E as lavadeiras não deixavam de ser, agora eu digo, assim, não se freqüentavam, nem sempre se freqüentavam porque não tinham tempo. Se encontravam nas procissões de Santana, nas procissões do Senhor Morto, nas Micaretas, nas festas de largo, assim, no São João e tal, mas não se freqüentavam diariamente.<sup>69</sup>

A festa de São João constituía-se também em um momento importante para o fortalecimento dos laços de amizade estabelecidos entre os vizinhos, quando se reconstituíam relações de parentesco por meio do “batismo de fogueira”.<sup>70</sup> Naquela ocasião, em que aquelas

---

<sup>68</sup> José Pascoal Dias dos Santos, 17/10/2005. Os grifos são nossos e destacam os nomes dos mães e pais-de-santos da região do Calumbi por ele mencionados.

<sup>69</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

<sup>70</sup> O batismo de fogueira geralmente realizava-se por meio do seguinte ritual: retira-se dois paus em brasa da fogueira, montando-os em forma de cruz, sobre os quais os compadres saltam três vezes, repetindo as palavras, “São João, São Pedro, São Paulo, São Felipe, São Tiago. Juro, por Deus do Céu, que fulano é meu compadre” ou minha comadre.

mulheres entregavam um de seus filhos para um casal de amigos o batizar, reforçavam-se os laços de amizade e sobretudo “consideração”, passando da condição de vizinhos a compadres e comadres. O batismo de fogueira, embora não-formalizado, não requerendo um contrato escrito ou a presença de uma autoridade religiosa, tinha a força de um verdadeiro compromisso entre as partes envolvidas, fossem eles o afilhado, os seus pais ou os padrinhos eleitos. Diferentemente do que acontecia com o apadrinhamento dos “ricos” da cidade, geralmente os mesmos patrões ou fregueses dos moradores do Calumbi, os padrinhos do bairro tinham a função de socorrer seus afilhados e compadres nas ocorrências do dia-a-dia, da mesma maneira que recorrer a eles em caso de necessidade ou urgência, como na hora do parto. Dona Helena Gomes, ao contar sobre uma amiga, Dona Emilinha, que quando ia parir não queria que as filhas mais velhas presenciassem, revela que ela “*mandava as filhas lá pra baixo e mandava compadre Pedro chamar a parteira*”.

Dona Laura, a parteira, era uma pessoa importante na vizinhança, que, por exemplo, “pegou” muitos dos doze filhos de Dona Helena, e de várias mulheres que ali moravam. Madrinha de muitas crianças na região, Dona Laura era também cunhada de Dona Helena, pois que seus esposos eram irmãos. Tal evento parecia não ser muito raro por ali, onde os laços de parentesco eram rearranjados não apenas por meio do compadrio, mas também através dos casamentos entre vizinhos. Dona Anete de Jesus Mota e Dona Maria Mota de Jesus não têm o sobrenome parecido por pura coincidência. A primeira casou-se com o irmão da segunda, ou seja, o senhor Virgílio Mota, funcionário do Posto Shell e esposo da senhora Anete, era irmão de Dona Maria Mota, lavadeira. As duas, por sua vez, não lhes bastando o vínculo de cunhadas, tornaram-se também comadres, uma vez que Dona Maria entregou sua filha mais velha, Iraci, para que Dona Anete e seu irmão a batizassem, como revela esta última, ao falar sobre os moradores mais antigos da região:

Tem o *compadre* Valentin e Terezinha, que são casal. Tinha Júlia, que morava nessa casa que tá desmanchada aí; que já são finados.  
(...) Tem uma *comadre* minha também, que é mais velha que eu, é Maria Lavadeira. É minha cunhada. Conhece! *Ela é minha cunhada, irmã do meu marido*. Tu conhece ela? Olhe! (risos) Isso... *Iraci [filha de Dona Maria] é minha afilhada*.<sup>71</sup>

Mulheres vindas da zona rural da cidade e de diferentes regiões do estado da Bahia que chegando à Feira de Santana tornaram-se companheiras de trabalho, vizinhas, amigas, cunhadas e comadres. Experiências, em alguma medida, comuns naquele bairro, como se observa com o casal acima citado, o vizinho e compadre de Dona Anete, senhor Valentin,

---

<sup>71</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005 (grifos nossos).



ferreiro, e sua esposa, Dona Terezinha, que tinha uma quitanda na Estrada do Calumbi, e também eram padrinhos de Dona Ivannide Rodrigues. Palco de brigas, intrigas, amizades e paixões, o Calumbi constituiu-se em um território negro e operário, no qual os homens e mulheres que para lá migraram estabeleceram novos laços afetivos e de solidariedade, recriando sentimentos de pertencimento e dignidade.

Esse espaço, seus acontecimentos e valores informavam a experiência das lavadeiras que, por seu turno, também deixavam suas marcas, impressões e informações naquele território, preenchido diariamente também com as notícias que elas ouviam, apreendiam e viviam na cidade e na casa de seus fregueses. Imagens e significados da família, da vizinhança e da cidade voltavam a ser trocadas a cada dia no Tanque da Nação, quando as mulheres da região do Calumbi se encontravam, em mais um dia a ser ganho. Aquele espaço coletivo de trabalho também sofreu interferências da municipalidade ao longo do tempo e foi palco de diferentes relações entre as lavadeiras. Sociabilidades e conflitos que somaram para construir os significados de ser lavadeira do Tanque da Nação.

### **3.3.3. De volta ao trabalho: mais alguns significados de uma experiência complexa**

Em abril de 1948, o vereador João Batista Carneiro apresentou um Projeto de Lei “autorizando o Executivo Municipal a construir no Tanque da Nação, nesta cidade, um abrigo para as lavadeiras”.<sup>72</sup> Esse projeto, de número 13, foi “rejeitado” alguns meses depois, após os “pareceres favorável do Sr. vereador José Joaquim Saback e contrários dos Srs. Vereadores Antonio Cabral e Antonio Cunha”, membros da Comissão de Viação e Obras Públicas.<sup>73</sup> Ao voltar à pauta, no ano seguinte, a proposta da construção “de um abrigo para as lavadeiras do “Tanque da Nação”” fora aprovada por unanimidade pelos vereadores da Câmara Municipal. Contudo, as lavadeiras do Tanque da Nação esperariam mais 15 anos para que tal empreendimento fosse edificado.

Em 1963, o recém-empossado Prefeito Francisco Pinto encaminhou à Câmara de Vereadores sua proposta de Lei Orçamentária para o ano seguinte, na qual constava uma diversidade de “projetos de caráter popular”, uma vez que “fora elaborada com ajuda da população, organizada nas Sociedades de Bairro, nas quais se previam pequenas cotas de recursos para investimentos relativos a pequenos serviços e/ou equipamentos urbanos nas ruas

---

<sup>72</sup> Ata da 4ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, 30/05/1948.

<sup>73</sup> Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, 02/08/1948.

ou bairros”.<sup>74</sup> Mesmo diante da resistência da maioria oposicionista na Câmara, o orçamento para 1964 foi votado após um motim estudantil do dia 29 de dezembro de 1963, que ficou conhecido como “Quebra-quebra” após a depredação da Câmara Municipal.<sup>75</sup> No ano seguinte, o esperado abrigo do Tanque da Nação seria inaugurado.

As lavadeiras receberam com entusiasmo aquela novidade que traria melhorias consideráveis às suas condições de trabalho. A partir de então, já não era mais preciso puxar água, com balde ou com lata, das cisternas e muito menos fazia-se necessário que ficassem agaixadas no chão diante das bacias para ensaboarem e enxaguarem as roupas – e o “Cú no chão, dinheiro na mão”, lembrado por Dona Maria, passaria a perder o sentido. Ao ser questionada sobre as diferenças produzidas no modo de lavar roupas com o advento do novo instrumento de trabalho, Dona Helena Gomes afirmou que, antes da lavanderia pública, “*Era ruim, minha filha! Era muito ruim, a gente ficava de cócoras! De cócoras! Quando chegava em casa isso aqui [apontando para as pernas] ficava tudo arrebitado, de tanto trabalhar de cócoras*”. Dona Anete de Jesus, também reflete nesse mesmo sentido sobre as transformações causadas pela lavanderia:

Ficou melhor! Ficou melhor porque a gente lavava puxando de balde na fonte. Fila! Todo mundo, toda mulher que trabalhava, até os homens que carregavam água pra vender, água de gasto pra vender nas casas, ele tinha seu balde e sua corda; ele jogava seu balde lá naquela distância e puxava com aquele sacrifício e puxando, puxando, despejava. E a gente também pra lavar era assim. Depois João Durval, acho que foi João Durval, que criou a lavanderia... Ah! Uma lavanderia enorme!... Fez aquela sombra, aquele sombreiro, assim, aquela cobertura de mais de cem metros e criou... Ligou a fonte, né, e fez um banheiro embaixo, como eu tô te dizendo, o banheiro, e o tanque em cima da fonte, e ali só era ligar o motor.<sup>76</sup>

A lavanderia pública trouxe um sentimento de melhoria das condições de trabalho, com a sombra proporcionada pelo teto, as pias acomodadas em uma altura mais confortável e a água corrente nas torneiras, diminuindo parte do esforço que seu serviço exigia. Isso fora percebido por todas as mulheres que ali labutavam, as quais obviamente queriam desfrutar o máximo possível das inovações empreendidas em seu espaço de trabalho, passando a fazer uma corrida diária à lavanderia, como lembrou ainda Dona Helena: “*Mudou, mas se não chegasse cedo era briga, viu, pra pegar as bacias. Êta, diaxo! E o povo levantava de madrugada, pra botar pedra dentro da pia, pra marcar a pia*”.<sup>77</sup> A estrutura moderna exigia

---

<sup>74</sup> Ana Maria Fontes dos Santos, “O Ginásio Municipal no centro das lutas Populares em Feira de Santana”, in: **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 24, p. 39.

<sup>75</sup> Ana Maria Fontes dos Santos, “O Ginásio Municipal no centro das lutas Populares em Feira de Santana”, in: **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 24, p.38-39.

<sup>76</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

<sup>77</sup> Helena Gomes Cerqueira, 18/10/2005.

novos códigos e estratégias na demarcação do espaço, fosse por meio da utilização de uma pedra sobre a pia ou levando mais um membro da família para adiantar o serviço:

A prefeitura fez uma lavanderia pública, com doze pias, doze não, vinte e quatro pias, doze de cada lado, e ali a gente ia muito cedo. Aí melhorou as condições, que essas pias de cimento, elas eram cobertas, tinham telhado, era toda cimentada, o piso, e aí a gente ia muito cedo, porque tinha muita lavadeira, então, a concorrência era grande. Quem chegasse mais cedo era quem tinha direito de pegar as pias. Geralmente, ia eu e minha mãe, eu pegava uma pia, ela pegava outra, e a gente lavava. A gente chegou a lavar uma média de duas a três trouxas de roupa até por dia.<sup>78</sup>

De caráter modernizador e assistencial, o abrigo das lavadeiras foi construído em meio a outras intervenções do poder público municipal no intuito de higienizar e disciplinar os espaços públicos da cidade. Naquele momento, pela primeira vez, o ofício das lavadeiras do Tanque da Nação sofrera uma interferência tão direta das ações transformadoras das autoridades governamentais. Os gestores municipais, havia muito, implementavam alterações na arquitetura pública no centro de Feira de Santana – muito antes de 1945, quando pela primeira vez foi proposto a criação do “abrigo” para aquelas trabalhadoras.<sup>79</sup> Com aquele empreendimento, as lavadeiras eram incluídas numa outra dinâmica, também moderna, de relação com o tempo, quando a alteração do espaço, juntamente com a melhoria nas condições de trabalho, trouxe consigo as tentativas de disciplinarização do trabalhador<sup>80</sup> – disciplina ali exigida pela própria exigüidade de espaço, ou melhor, de pias, para todas.<sup>81</sup> “A concorrência era grande” e a disputa entre elas acirrava-se, pois o tempo tinha que passar a obedecer à lógica da velocidade, diferente do tempo vivido anteriormente, naquele mesmo território, que era regido mais pela dinâmica de uma tradição de trabalho, por elas apropriada e reinventada.<sup>82</sup> Mais um elemento exposto no relato de algumas delas revela o caráter

---

<sup>78</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

<sup>79</sup> Ver Aldo Morais Silva, **Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana (1833-1937)**.

<sup>80</sup> Sobre as tentativas de disciplinarização dos trabalhadores ver Maria Auxiliadora Decca, **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; Margareth Rago, **Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

<sup>81</sup> Nos relatos variaram as informações sobre a quantidade de pias existente na lavanderia: Dona Helena Gomes afirmou que havia doze pias: “fizeram seis bacias de casa lado, seis pias de cada lado”; Dona Ivannide Rodrigues afirmou que eram vinte e quatro pias, “doze de cada lado”; Dona Anete assim refere-se à quantidade de pias: “Era uma distância, as pias, eram mais de cem pias, de um lado e de outro da cobertura”.

<sup>82</sup> Tânia Gandon, no estudo do discurso da memória coletiva de uma antiga comunidade de pescadores do bairro de Itapoã em Salvador, define a diferença entre o tempo regido pelo ritmo e pela velocidade: “O modo de viver o tempo era regulado muito mais pelos parâmetros cíclicos da tradição que se deixa guiar pelo ritmo da natureza – como por uma ‘respiração’ natural –, do que pelo sentido linear do progresso, que se deixa conduzir pela racionalidade capitalista, em que a produção e os salários são calculados a partir da cronometria ditada pelo mecanismo dos relógios e em que *time is money*”. Cf. “Entre memória e história: templos múltiplos de um discurso a muitas vozes”. In: **Revista Projeto História**. SP, n. 22, junho, 2001, p. 152. Ver também E. P. Thompson, “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, in: **Costumes em Comum**, p. 267, onde o autor analisa esta questão na Inglaterra.

disciplinador daquele espaço: a presença de um vigilante, que tinha a função de preservar o local e controlar os horários de consumo de água:

Tinha um senhor que chamava... Esqueci o sobrenome dele, era José; a gente chamava de Zé Caboclo. Zé Caboclo era o senhor que morava ali no início [da Estrada do Calumbi, próximo ao Tanque da Nação], tinha uma quitandazinha e, então, pra lá da casa dele, tinha o guarda que trabalhava na prefeitura e, então, esse guarda arrumou pra ele ser o gerente dessa... dessa encanação, desde o início. E ali era ele que ligava; quando era seis horas, não tinha... “Enxaguou, enxaguou, quem não enxaguou agora vou desligar”. Desligava tudo, fechava a parte da fonte, [...] era aberto. “Vou desligar”. Também não deixava ligada porque toda vida tem menino buliçoso, estragava com a água, nera! Um momento bom danado! Tinha briga, porque tinha umas que chegava: “Ah! Você tá gastando água demais. Eu tenho que enxaguar a minha roupa. Você não sabe quanto custa”! Era uma chiada.<sup>83</sup>

O “gerente”, Zé Caboclo, que conseguira aquela colocação devido aos favores de seu vizinho, um guarda municipal, estava ali como um agente da administração do município, a fim de evitar desperdícios e depredação do patrimônio público. Nesse sentido, cumpria a função de manter a ordem no local, também podendo interferir nas discussões entre as lavadeiras; contudo, às seis horas da tarde, cumpria seu principal papel – e poder: quem “enxaguou, enxaguou, quem não”... Ele desligava a bomba que levava água até as torneiras e fechava o reservatório. Dona Helena Gomes, por exemplo, que costumava chegar mais tarde ao Tanque, após cuidar das coisas da casa e dos seus doze filhos, e voltar pra casa no final do dia, tinha que, a partir de então, acelerar sua atividade, pois corria o risco de não enxaguar as roupas, ou tê-las que enxaguar puxando água do Tanque.<sup>84</sup> Naquele cenário, a tensão entre as lavadeiras muitas vezes aumentava e também as contendas: era briga “por causa de cachaça”, como lembrou Dona Anete, e pelos mais variados motivos, como disse Dona Maria Mota, com alguma ironia, ao ser questionada sobre o ambiente no Tanque: “*Não tinha briga?! Era briga por causa de quarador; era briga por causa de sabão... Que o povo toda vida roubou, minha filha. Era briga por causa de roupa roubada. Ai, ai! Não tinha briga não... [risos]*”. As brigas entre as lavadeiras, como ela revela, sempre aconteceram naquele espaço, pois se davam por diversas razões. Mas, certamente, a presença da lavanderia trazia uma novidade, qual fosse o acirramento da disputa pelo espaço em função do tempo regulado, mais um motivo de tensão que exigia novos códigos de relacionamento:

Aquelas, quando chegavam... que as pias tavam ocupadas, levavam suas bacias e lavavam no chão como sempre. Não empatava, não... “Quando você acabar de enxaguar aí, eu vou enxaguar minha roupa na pia”! E era assim, quando uma desocupava a outra saltava naquela pia, era assim. Nunca teve briga, nunca teve presepada, não. Só tinha umas coisas, sempre tem presepada, não é. Mas aquelas compreensivas, era de todos. Tinha escrito, “Aqui é para todos”. “Aqui não é meu e nem teu, é nosso”, tinha escrito. Era. “Não é meu e

---

<sup>83</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

<sup>84</sup> Dona Helena diz que lavava a roupa muito devagar, “como uma aranha”.

nem teu, é nosso”. Todo mundo se guiava por isso, não era. Já foi muito duro aqui, muito duro mesmo.

(...) Era aquele atrito e batia a boca: “Aqui não é seu só, e tá escrito ali, aqui é nosso, não é seu, não. Não pense que é seu, não!” Eu dizia: “Não é meu nem seu, deixa eu terminar que eu dou, deixe eu terminar que eu lhe dou!” – “É, mas você tá botando banca e você tá passando três, quatro água! Tá passando três, quatro água pra enxaguar, o que é que tá achando? Achou governo pra dar!”<sup>85</sup>

O texto que viera escrito nas paredes da lavanderia versava sobre seu caráter público e servia de elemento para a reivindicação da utilização de forma igualitária por todas, solicitação geralmente feita por aquelas que chegaram mais tarde à lavanderia e queriam também dela fazer uso. A referência à mensagem deixada ali pela administração municipal como certificação de que aquele era um bem público, ao tempo que demonstrava a compreensão delas de que, pela natureza pública do estabelecimento, todas possuíam o direito de utilizá-lo, acabava por revelar, no momento das brigas, a interpretação daquelas mulheres sobre o caráter dessa realização: um donativo, um favor “do governo”. Ao afirmarem, mesmo em tom chistoso, que o desperdício de água se dava porque “achou o governo pra dar”, as lavadeiras questionavam-se, umas às outras, sobre o mal uso de tão precioso patrimônio, visto como um presente ofertado pelo governo, que geralmente personifica-se na pessoa do governante. Tal postura refletia a continuidade de uma compreensão paternalista entre setores subalternizados, que, assimilando a ideologia dominante, viam os serviços públicos a eles prestados como uma dádiva, um grande favor concedido pelos poderosos aos pobres – ainda mais dada a excepcionalidade do beneficiamento dos poderes públicos de regiões como aquela e outros subúrbios da cidade.

Conquanto a lavanderia trouxesse consigo melhoramentos concretos, impôs uma nova dinâmica às lavadeiras do Tanque da Nação. Antes de sua construção, os recursos naturais dos quais elas se apropriavam para exercer seu ofício estavam mais disponíveis a todas. Depois, a rotina de trabalho e mesmo a relação entre elas foi alterada, com o incremento do novo elemento da concorrência. A lavanderia oferecia uma estrutura limitada para o número de mulheres ali presentes, que passaram a ter que sair mais cedo de casa para garantir seu lugar. Todavia, como visto no relato de Dona Anete de Jesus, a relação não era sempre de brigas e disputas. Apesar de “sempre ter existido presepada”, geralmente predominava a negociação e a solidariedade entre elas, como se vê no sistema de permuta para o uso das pias exposto por Dona Anete, quando aquelas que chegavam mais tarde “lavavam no chão, como sempre”, até que uma pia fosse desocupada. O relato de Dona Ivannide reafirma esse revezamento:

---

<sup>85</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

[Havia] De trinta, de quarenta mulheres. Tinha dia de ter mulheres que arrodeavam a lavanderia toda com as bacias porque não tinha... Aí ficavam pedindo “pelo amor de Deus”, àquelas que chegaram cedo, pra acabarem mais rápido, pra elas poderem enxaguar a roupa, porque o processo de enxaguar é o que mais cansa na lavagem de roupa, principalmente se a gente tem que tá puxando água na cisterna pra encher a bacia. Aí elas pediam pra gente acabar logo com a roupa pra elas poderem enxaguar. Outras vezes elas, a gente, por exemplo, passava um primeiro sabão, tirava o sujo, passava o segundo sabão, botava a roupa pra quorar; aí elas vinham pra passar sabão na delas, tirar o sujo, passar o segundo sabão, botar pra quorar; quando elas iam botar a delas pra quorar, a gente vinha enxaguar a da gente.

[Era] Uma permuta, quando... Quando era alguém que a gente tinha uma relação boa, e que era a maioria, então, a gente revezava assim. Porque ficava aquela fila enorme de gente, como só tinha vinte e quatro pias, então não dava, tinha dias que não dava. Embora tivessem dias que ficassem vazias, tinham dias que não dava...<sup>86</sup>

O advento da lavanderia como elemento modernizador, que interferiu sobre a disciplinarização do espaço e do tempo e implicou no aprofundamento da tensão entre as lavadeiras, não solapou as sociabilidades existentes. Contrariamente, as relações de solidariedade continuaram predominando entre elas, embora, muitas vezes de forma negociada – como revelava o revezamento para utilização da pia que podia exigir um bom relacionamento entre as partes. Muitas outras experiências solidárias eram vivenciadas por aquelas mulheres enquanto freqüentavam o Tanque, como segue relatando Dona Ivannide, ao lembrar de como se fazia as refeições:

A gente levava comida. Levava o que podia, o que tinha. Geralmente não tinha muito. Na maioria das vezes, era uma carne de charque frita, assada na brasa ou frita, que a gente jogava dentro de um feijão ou da própria farinha pura e fazia aquela farofa; se tinha feijão, era uma farofa de feijão com carne frita; se não tinha, era só o pedaço da carne com a farinha. E outras mulheres assavam peixes, aqueles peixinhos na brasa e levava com feijão. E o bonito disso era que a gente sentava, geralmente deixava todo mundo pra comer no mesmo horário, depois que a gente enxaguava toda a roupa que a gente botava pra secar. (...) A gente botava tudo pra secar, tomava banho, aí já nessa lavanderia, tomava banho com a própria roupa, trocava a roupa escondidinha ali naqueles cantos, e sentava, enxugava tudo ali e sentava todas pra comer. E a gente trocava muito comida, quem tinha um peixe assado, trocava com um pedaço de carne de sertão; quem tinha uma farofa de feijão com toucinho, trocava por uma farofa só de farinha. O que tinha, se trocava ali. A gente comia e eu achava muito bom.<sup>87</sup>

A troca de comida, a rodinha para protegerem umas às outras enquanto trocavam de roupa após o banho, as piadas, fofocas e histórias contadas preenchiam aquele espaço que não distanciava necessariamente trabalho e lazer. Como demonstrado no relato acima, aquelas trocas imprimiam pequenos prazeres aos dias de trabalho das lavadeiras, como reafirmou Dona Anete ao lembrar a “camaradagem” presente naquele ambiente: “*Era bom, Ave Maria! Uma camaradagem enorme, imensa, Ave Maria! ‘Mas toma da minha comida’!* –

---

<sup>86</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

<sup>87</sup> Ivannide Rodrigues, 02/10/2001.

*Toma aqui! – Toma da minha! Eta! Era uma mistura, comprava cachaça ali pra beber meio dia e era aquela folia, aquela”...*<sup>88</sup>

Tais experiências vivenciadas por aquelas lavadeiras somavam-se na tessitura de uma rede de solidariedades e sociabilidades, muitas vezes recortadas pelo conflito e a negociação, que não começavam e nem se encerravam ali. No vai e vem de sua dinâmica diária de trabalho, passavam grande parte de seu tempo naquele descampado ou na lavanderia, informando e recriando, conhecimentos, notícias, sentimentos, as novidades e tradições. Ali delineavam um complexo significado de ser “lavadeira do Tanque da Nação”, que, diferenciado na experiência de cada uma, consolidava-se em sentimentos de autonomia, prioridade no cuidado dos filhos, pertencimento àquele território e à sua cultura. Elementos que fundamentalmente afirmavam, frente à condição de oprimidas a que estavam submetidas, um lugar de dignidade.

---

<sup>88</sup> Anete de Jesus Mota, 16/10/2005.

## CONCLUSÃO

Percorrer os caminhos trilhados por algumas lavadeiras de Feira de Santana, permitiu-nos conhecer determinados aspectos da história da cidade vivenciados por sujeitos sociais que compunham grupos majoritários na zona urbana feirense – como as mulheres e homens trabalhadores, em sua maioria, negros. Imersos em uma condição de opressão que lhes impunham variadas adversidades e situações de precariedade, os indivíduos desses grupos buscavam estabelecer alternativas, em seu cotidiano, que lhes permitissem ir além da simples sobrevivência, construindo laços de solidariedade, modos de diversão, preservando ou reinventando valores e práticas tradicionais.

Ser lavadeira, para as mulheres aqui estudadas, mostrou-se como uma importante alternativa dentre algumas poucas que lhes eram apresentadas como possíveis, a exemplo do trabalho como empregada doméstica, prostituta, fumageira ou simplesmente dona-de-casa. Essa ocupação lhes propiciou uma cultura própria de seu ofício, com saberes e práticas que também ajudaram a definir os termos de sua relação de trabalho, fosse no momento de negociar com os fregueses, ou entre elas próprias. Ter conhecimento e aplicar bem as técnicas no trato com as roupas podia definir sua boa fama, ao tempo que dava visibilidade ao seu trabalho, ampliando suas possibilidades de clientela e renda. O domínio das técnicas colaborava, assim, com seu poder de barganha frente aos fregueses, pois, à medida que eram muito procuradas, poderiam escolhê-los ou dispensá-los em função de interesses próprios de caráter diverso, onde se destacava a busca por um melhor pagamento por seus serviços. No espaço de trabalho do Tanque da Nação as lavadeiras também estabeleciam estratégias e regras de convivência em determinados momentos tensas, mas, que geralmente eram permeadas por sentimentos e ações de solidariedade e amizade.

O caráter autônomo da profissão de lavadeira mostrou-se como o principal atrativo para que as mulheres entrevistadas ingressassem nesse ofício. A liberdade de estabelecer seus próprios horários de trabalho, possibilitava-lhes um melhor arranjo das suas demais atribuições cotidianas. Nesse sentido, a prioridade pela constituição de sua própria família, sobretudo no que se referia à criação dos filhos de maneira mais próxima evidenciou-se como o principal elemento que condicionou as mulheres estudadas a escolherem ser lavadeiras.

Às experiências de independência nas relações de trabalho somavam-se a valentia necessária à sobrevivência dessas mulheres. Era preciso obstinação a fim de manterem-se trabalhando, de lutarem pela concretização de seus projetos pessoais e de defenderem seus valores e princípios. A família mostrou-se como um desses princípios fundamentais, pela qual



algumas estiveram dispostas a brigar com outras mulheres e mesmo com ou por os seus companheiros.

Um outro elemento que se mostrou comum e caro às lavadeiras foi sua mobilidade espacial, que, sendo uma exigência da profissão, ampliava-lhes o conhecimento dos espaços e da diversidade dos grupos sociais da cidade. Elas caminhavam diariamente rumo ao Tanque para lavar as roupas e encontrar-se com suas companheiras, e moviam-se também por outras ruas do centro da cidade em direção à casa de seus fregueses, com os quais vivenciavam relações diferenciadas, que iam desde a troca de favores a conflitos diretos ou velados. Por esses caminhos, as lavadeiras do Tanque da Nação conheciam e se faziam conhecer a diferentes sujeitos sociais de Feira de Santana. Nessas idas e vindas, a coragem fez-se fundamental para enfrentar contratempos que por ventura surgiam ao longo do percurso.

Em muitos dos percalços a serem resolvidos elas contaram com a colaboração de parentes, amigos e vizinhos. O bairro mostrava-se como um espaço fundamental de acolhimento, onde eram estabelecidas importantes relações de solidariedade. Amores, amizades e cumplicidades eram comuns no cotidiano daquela vizinhança, como sentimentos e relações que ultrapassavam o espaço do lar. Contudo, as brigas, rixas e fofocas integravam simultaneamente aquele ambiente como elementos fundamentais para o sentimento de pertencimento ao lugar. Elas constituíram recursos importantes na composição da memória comum dos moradores do local.

Nesse mesmo sentido, as manifestações culturais cumpriam um papel especial. As festas e ritos religiosos, ao tempo que dinamizavam a vizinhança, serviam como espaços de devoção e lazer. Essas manifestações informavam aos moradores da região do Calumbi sobre muitos de seus valores e costumes tradicionais, revelando-nos um território negro, não somente na cor, mas, sobretudo, no compartilhamento e vivência de elementos culturais de tradição africana.

O cordão das Melindrosas foi compreendido aqui também nessa perspectiva. Ele mostrou-se como uma expressão de uma identidade que teve como base sociabilidades empreendidas naquele local. Na região do Calumbi, onde se localizava o Tanque da Nação, as muitas lavadeiras que ali moravam imprimiram uma marca especial, em suas idas e vindas com as trouxas na cabeça ou com as roupas estendidas nas cercas das propriedades que circundavam a região. Naquele contexto, o bairro e as manifestações que de lá partiam, como o Cordão Carnavalesco Melindrosas, podiam ser entendidas como próprias das lavadeiras, embora, geralmente expressassem valores de moradores do bairro que pertenciam também a outros grupos profissionais. O Cordão revelava, inclusive, uma sociabilidade que ultrapassava

os limites do bairro e mesmo da cidade, estendendo-se a distritos da zona rural feirense e municípios do recôncavo baiano. Durante as festas, o cordão das Melindrosas levava às ruas do centro da cidade posturas e valores de sua comunidade, os quais também se faziam presentes durante todo ano naquele espaço, através das lavadeiras e de outros trabalhadores que partiam daquele e de outros subúrbios locais para trabalhar nas casas e estabelecimentos do centro.

As lavadeiras do Tanque da Nação mostraram-se, assim, mulheres valentes quando precisavam enfrentar sozinhas os desafios das relações travadas com os grupos do centro da cidade. Todavia, por vezes, elas utilizaram-se de regras estabelecidas pelos próprios grupos dominantes para forçarem o máximo de vantagens, dentro de sua condição de opressão, e garantirem seus interesses.

A criação de seus filhos, as possibilidades de diversão e culto, a liberdade de ir e vir, tendo um território ao qual pudessem afirmar pertencimento, o controle sobre seu próprio tempo, a independência financeira, e a autonomia na definição de seus objetivos e resolução de seus problemas mostraram-se, assim, como elementos fundamentais na constituição de um sentimento de dignidade pelo qual lutaram as lavadeiras do Tanque da Nação.

## FONTES

### *Arquivo da Câmara Municipal de Feira de Santana*

Livro de Atas das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Feira de Santana, n. 01.

### *Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC)/ Universidade Estadual de Feira de Santana*

Habeas-corpus. Alice Alves Cruz e outras. Casa de Prostituição. 1958.

Processo Crime. Antonia Pereira Araújo (ré). Lesões Corporais. 1953-1958.

Inquérito. Maria de Lourdes de Jesus (autora e vítima). Averiguação de suicídio. 1950-1958.

### *Entrevistas*

Anete de Jesus Mota, ex-lavadeira do Tanque da Nação.

Helena Gomes Cerqueira, ex-lavadeira do Tanque da Nação.

Ivannide Rodrigues Santa Bárbara, filha de lavadeira e ex-lavadeira do Tanque da Nação.

José Luiz Conceição Neves, morador da região Calumbi.

José Pascoal Dias dos Santos, filho de lavadeira.

Laura de Jesus, moradora do Calumbi.

Magnólia de Oliveira, moradora do Calumbi.

Maria Mota de Jesus, ex-lavadeira do Tanque da Nação.

Terezinha Costa da Silva, vice-presidente das Melindrosas a partir de sua reinauguração em 1988.

### *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (Vol. XXI)**. Rio de Janeiro, 1958.

IBGE. **Estado da Bahia. Censo demográfico. 1950. (Série Regional. Vol. 20, Tomo 1)**. Rio de Janeiro, 1955.

IBGE. **Censo Demográfico de 1960. Bahia (Série Regional, Vol. I, Tomo VIII)**.

### *Literatos*

BAHIA, Juarez. **Setembro na Feira**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

BARRETO, Lima. **Vida Urbana**. São Paulo, Brasiliense, 1961.

SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1991.

### *Memorialistas*

ALENCAR, Helder. **31 anos de Micareta**. Feira de Santana, s. ed., 1968.

ALMEIDA, Oscar Damião. **Dicionário Personativo, Histórico e Geográfico de Feira de Santana**. Feira de Santana, Editora Gráfica Nunes Azevedo, 2002.

LAJEDINHO, Antonio do. **A Feira na década de 1930 (memórias)**. Feira de Santana, s. ed., 2004.

SAMPAIO, Gastão. **Feira de Santana e o Vale do Jacuípe**. Salvador, Bureau, s.d.

PINTO, Raymundo. **Pequena história de Feira de Santana**. Feira de Santana, Sicla, 1971.

### *Museu Casa do Sertão/Universidade Estadual de Feira de Santana*

Jornal Folha da Feira (1932-1935)

Jornal Folha do Norte (1929; 1931-1933; 1939-1940; 1942-1943; 1948-1952; 1960-1961)

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; São Paulo, Fapesp, 1999.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- ALCAZAR i GARRIDO, Joan del. “As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 3, n. 25/26, pp. 33-54.
- ALMEIDA, Maria Amélia. “O ideário feminista na Bahia nos anos 30”. **História**. São Paulo, 12, 1993, pp. 63-83.
- AMARAL, Rita. **Xirê! O modo de crer e de viver no candomblé**. Rio de Janeiro, Pallas; São Paulo, EDUC, 2002.
- ARAÚJO, Maria da Conceição P. **Edith Mendes da Gama e Abreu: biografia**. Disponível em: <http://www.escriptorasbaianas.ufba.br/edith/bio.html>. Acessado em 26/05/2006.
- AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil. Aspectos históricos**. Petrópolis, Vozes, 1978.
- BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo, UNESP, 1998.
- BATISTA, Silvania. **Conflitos e Comunhão na Festa da Padroeira em Feira de Santana (1930-1940)**. Especialização. Feira de Santana, UEFS, 1997.
- BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- BRITES, Jurema. “Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de desilusões”. In: **Campos**, 2003, n. 3, pp. 65-82.
- CALDAS, Gessiene O. **Espaços Urbanos: uma produção popular. Qualificação e requalificação do bairro George Américo. Feira de Santana (1987-1998)**. Mestrado, Salvador, UFBA, 2000.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. **Mulheres, sexualidade e casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV a XVIII)**. Lisboa, Cosmos/GTMECDP, 1999.
- CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

CUNHA, Maria Clementina P. (org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

CUNHA, Maria Clementina P. **Ecoss da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

DAMASCENO, Karine Teixeira. “‘Larapio’, ‘Gatuno’... A imagem do negro na Imprensa Feirense (1910-1915)”. **II Encontro Estadual de História**. Painei. Feira de Santana, ANPUH-BA, 2004.

DECCA, Maria Auxiliadora. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

DIAS, Maria Odila Silva. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: Albertina de Costa; Cristina Bruschini (orgs.). **Uma questão de gênero**. RJ, Rosa dos Tempos; São Paulo FGV, 1992.

DIAS, Maria Odila Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1995.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de Rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI**. Mestrado. Campinas, Unicamp, 2006.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940**. Salvador, CEB, 2003.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

FONSECA, Cláudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: Mary Del Priore (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, Unesp, 1997, pp. 510-552.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro. “‘Eu vou para a Bahia’: a construção da regionalidade contemporânea”. In: **Bahia Análise & Dados**. Salvador, SEI, v. 9, n. 4, 2000, pp. 24-37.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização (1970-1996)**. Mestrado. Salvador, UFBA, 1998.

FRENCH, John. **Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2002.

GANDON, Tania Risério. “Entre memória e história: tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes”. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 22, jun., 2001, pp. 139-155.

GOMES, Tiago de Melo. “Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920”. **Cadernos Pagu**, n. 23, jul.-dez., 2004, pp. 121-147.

GRAHAM, Sandra L. **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

GRAND-SÉBILLE, Catherine Lê. “Como se lembrar de um lugar do segredo?”. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov., 1998, pp. 259-267.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo, Editora 34, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

JOUTARD, Philippe. “Reconciliar história e memória?”. In: **Revista da FAEEDBA: Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 14, n. 23, jan./jun., 2005, pp. 205-212.

LEITE, Marcia Maria da S. Barreiros. **Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930**. Mestrado. Salvador, UFBA, 1997.

LIMA, Zéli Jesus de. **Lucas Evangelista: o Lucas da Feira. Estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana**. Mestrado. Salvador, UFBA, 1990.

MACEDO, Concessa Vaz de. “Da lavagem de roupa às branquearias comerciais: sobre o papel das lavadeiras na Escócia setecentista”. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 16, fev., 1998.

MATOS, Maria Izilda S de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. São Paulo, EDUSC, 2002.

MOREIRA, Vicente Diocleciano. “Aguaoia ocular de uma cidade cega: seca, agressões ambientais e qualidade de vida em Feira de Santana (Bahia) – século XIX”. In: **Humanas**, ano 02, jan./jun., 2003, pp. 173-199.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico. **De empório à Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. Mestrado. Salvador, UFBA, 2000.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico. “Um poeta contra a ordem”, in: Ana Angélica Morais (org), **Aloisio Resende: poemas; com ensaios críticos e dossiê**. Feira de Santana, UEFS, 2000.

OLIVEIRA, Cristiana B. de. **A Mulher no Espaço Feirense: casa, rua e trabalho, 1870-1930**. Especialização. Feira de Santana, UEFS, 1997.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **No tempo dos valentes: os capoeiras na Cidade da Bahia**. Salvador, Quarteto, 2005.

OLIVEIRA, Sidney de Araújo. **Nos caminhos da República: Agostinho Fróes da Mota no cenário político de Feira de Santana (1900-1920)**. Especialização. Feira de Santana, UEFS, 2006.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. RJ, Paz e Terra, 1988.

PEREIRA, Leonardo. **O carnaval das Letras**. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

PINTO, Júlio Pimentel. “Os muitos tempos da memória”. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov., 1998, pp. 37-48.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador, Editora Itapuã, 1968.

PORTUGAL, Regina Suely. **As lavadeiras: Tanque da Nação**. Folheto. Feira de Santana, UEFS, 1979.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

REIS, Adriana Dantas. **Cora: Lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX**. Salvador, CEB, 2000.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX**. Salvador, CEB, 2001.

SANCHES, Maria Aparecida P. **Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador, 1900-1950**. Mestrado. Salvador, UFBA, 1998.

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. “O Ginásio Municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana”. In: **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 24, p. 38-39.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife, SOS Corpo, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil, vol. 3**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1999.

SILVA, Aldo José Moraes. **Natureza Sã, Civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)**. Mestrado. Salvador, UFBA, 2000.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer Charutos: uma atividade feminina**. Mestrado. Salvador, UFBA, 2001.

SILVEIRA, Renato da. “‘Os selvagens e a massa’. Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 1, n. 23, 2000, pp. 87-144.

SOARES, Cecília M. **Mulher Negra na Bahia do Século XIX**. Mestrado. Salvador, UFBA, 1994.

SOARES, Valter Guimarães. **Cartografia da Saudade: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja**. Mestrado. Feira de Santana, UEFS, 2003.

SOIHET, Rachel. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher: 1919-1937**. Mestrado. Rio de Janeiro, UFF, 1974.

SOIHET, Rachel. “Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas”. In: **Gênero em Debate. Trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo, EDUSC, 1997, pp. 53-82.

STOLCKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?”. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 20, 1991, pp. 101-120.

TELES, Adriana Silva. **Presença Negra da Festa de Santana (1930-1950)**. Especialização. Feira de Santana, UEFS, 2000.

TELLES, Ligia Fagundes. “Mulher, mulheres”. In: Mary Del Priore (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto; Unesp, 1997, pp. 669-671.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”. In. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, abril, 1997, pp. 51-84.

VOLDMAN, Danièle. “Definições e usos”. In: Marieta Ferreira; Janaina Amado. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

VOLDMAN, Danièle. “A invenção do depoimento oral”. In: Marieta Ferreira; Janaina Amado. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1998, pp. 247-265.